

ALEX FABIANI DE BRITO TORRES

**ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES
SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2003

ALEX FABIANI DE BRITO TORRES

**ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES
SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 28 de agosto de 2003.

Sheila Maria Doula

Geraldo Magela Braga

José Benedito Pinho
(Conselheiro)

France Maria Gontijo Coelho
(Conselheira)

José Norberto Muniz
(Orientador)

Dedico este trabalho, com todo o meu carinho,
aos meus pais, Célia de Brito Torres e Walfredo Guilherme Torres;
aos meus irmãos, Stefânia de Brito Torres, Stéfani de Brito Torres
e Charles de Brito Torres;
à minha esposa, Márcia Valéria Aparecida Simões Torres;
aos meus filhos, Fernanda Gabrielle Simões Torres
e Marcello Augusto Simões Torres.

AGRADECIMENTO

Agradeço a possibilidade de conclusão deste Mestrado aos meus familiares, que me deram apoio e carinho nesses anos em que estive ausente.

A José Maurício do Rêgo Feitoza, esse índio-velho com quem morei e aprendi muito. Trata-se de um irmão.

A Paulo Sérgio e à Rosely, dois irmãos que ganhei durante o Mestrado.

À Diva, à Luciana, à Maíra, ao Leonardo e ao Rosivaldo, colegas de curso, que compartilharam comigo momentos maravilhosos de aprendizagem e de lazer.

Às andorinhas do Mundial Residência.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, por me apoiarem e por me aconselharem em todos os momentos do Mestrado, especialmente os professores Sheila, Izabel, Ambrósio, Geraldo Magela, Fábio, Brício, Sônia Leite e Viviani.

Aos professores de outros departamentos da UFV, em especial os professores Dejour, Alfredo, Aluizio Borém, Valterley e Vicente Casali.

Aos meus conselheiros, professor José Benedito Pinho e professora France Maria Gontijo Coelho, que, com as suas valiosas contribuições, tomaram-me maduro, enquanto pessoa e pesquisador.

Ao meu orientador, professor José Norberto Muniz, o rigor científico e a crença nas minhas potencialidades, mesmo nos momentos mais turbulentos da academia e de doença (stress).

A todos os amigos que não detêm o conhecimento científico. É impossível citar o nome de cada um.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural.

À sociedade como um todo, razão do meu objeto de estudo.

A Deus, que sempre esteve comigo.

BIOGRAFIA

ALEX FABIANI DE BRITO TORRES, filho de Walfredo Guilherme Torres e de Célia de Brito Torres, nasceu em 09 de junho de 1965, em Montes Claros, Minas Gerais.

Em 1989, graduou-se em Letras na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (atualmente UNIMONTES). Em 1995, especializou-se em Leitura e Produção de Textos: Uma Perspectiva Lingüística, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Coordenou, durante dois anos, o Centro de Extensão do Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais. É professor de 1.º e de 2.º graus dessa instituição de ensino.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE SIGLAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	1
2. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	3
2.1. Definição dos objetivos	10
3. REFERENCIAL CONCEITUAL	11
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
5. A SISTEMATIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O FÓ- RUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES	22
6. OS AUTORES PELAS INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS	37
6.1. A extensão como atividades pontuais	37

	Página
6.2. Compromisso social	44
6.3. Ensino, pesquisa e extensão	47
6.3.1. Terminologias e conteúdos idênticos	49
6.3.2. Terminologias iguais e conteúdos diferentes	56
6.3.3. Terminologias diferentes e conteúdos idênticos	59
6.3.4. Terminologias e conteúdos diferentes	60
6.4. Política de extensão universitária	67
6.5. Troca de saberes	69
6.6. Financiamento da extensão universitária	70
6.7. Divergência dos conceitos	74
6.8. Influências sobre a extensão universitária brasileira	88
6.9. Inferências preliminares	90
7. AS UNIVERSIDADES PELOS DOCUMENTOS	93
8. AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	102
8.1. Universidade Federal de Viçosa	102
8.1.1. As atividades em 1998	102
8.1.2. As atividades em 1999	117
8.1.3. As atividades em 2000	137
8.2. As atividades na Universidade Federal de Minas Gerais	153
8.3. As atividades da Universidade de Brasília	171
8.4. As atividades da Universidade do Amazonas	179
9. COMPARAÇÃO ENTRE TERMOS, CONCEITOS E ATIVIDADES	189

	Página
10. CONCLUSÕES	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Atividades de extensão universitária, 1998	103
2	Número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 1998	109
3	Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1995-1998	112
4	Atividades de extensão universitária, eventos e participantes	118
5	Número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 1999	128
6	Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1996-1999	131
7	Atividades de extensão universitária, eventos e participantes	138
8	Extensão - número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 2000	145
9	Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1996-2000	147
10	Atividades de extensão universitária e participantes, 1998	154
11	Atividades de extensão universitária e participantes, 1998	171

		Página
12	Cursos de extensão na UnB, 1998	173
13	Evolução dos eventos de extensão, 1998-1999	175
14	Evolução de projetos de ação contínua por unidade acadêmica e centros	176
15	Comparação entre os termos utilizados pelos estudiosos e investigadores da extensão universitária brasileira, e as atividades realizadas pelas universidades investigadas	190

LISTA DE SIGLAS

ANDES - Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior.

CAA - Centro de Agricultura Alternativa.

CMCN - Centro Mineiro de Conservação da Natureza.

CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão.

CPC - Centro Popular de Cultura.

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária.

CTA - Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem.

DAC - Divisão de Assuntos Culturais.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras.

GEF - Grupo Entre Folhas.

IES - Instituições de Ensino Superior.

IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária.

JEV - Jogos Escolares de Viçosa.

JIMI - Jogos do Interior de Minas.
LESA - Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental.
MCP - Movimento Cultura Popular.
MINTER - Ministério do Interior.
NEICIM - Núcleo de Ensino Integrado de Ciências e Matemática.
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.
PROCAP - Programa de Capacitação de Professores do Governo de Minas Gerais.
PROLER - Programa de Incentivo à Leitura.
SEC - Serviço de Extensão Cultural.
SEE - Secretaria de Estado de Esportes.
SIF - Sociedade de Investigações Florestais.
UA - Universidade do Amazonas.
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora.
UFLA - Universidade Federal de Lavras.
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso.
UFSC - Universidade Federal de São Carlos.
UFV - Universidade Federal de Viçosa.
UnB - Universidade de Brasília.
UNE - União Nacional dos Estudantes.
UNESP - Universidade Estadual Paulista.
UNICAMP - Universidade Estadual Paulista.
UNOPAR - Universidade Norte do Paraná.
USAID - United States Agency for International Development.
USP - Universidade de São Paulo.

RESUMO

TORRES, Alex Fabiani de Brito, M.S., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2003. **Análise e sistematização das proposições sobre a extensão universitária brasileira.** Orientador: José Norberto Muniz. Conselheiros: France Maria Gontijo Coelho e José Benedito Pinho.

O trabalho se apresenta como uma proposta de análise e sistematização das proposições sobre a extensão universitária pública brasileira, apresentadas por três interlocutores: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, alguns autores e algumas universidades públicas brasileiras (UFV, UFMG, UnB e UA). A escolha do primeiro interlocutor se deveu ao fato de ser o órgão normativo, responsável pela organização da extensão universitária pública brasileira. A escolha do segundo interlocutor ocorreu em função da acessibilidade deste pesquisador às investigações e aos estudos. A escolha do terceiro interlocutor se deu em razão da acessibilidade de dados: duas universidades representam a região sudeste, sendo uma tipicamente rural (a UFV), a outra urbana (UFMG); uma representante da região centro-oeste (a UnB) e uma representa a região norte do Brasil (a UA). A comparação entre esses três interlocutores possibilitou identificar como a extensão pública brasileira é pensada, de um lado, e como é

implementada, de outro, além de conhecer as suas fragilidades, o que permite a reestruturação de ações, para fortalecer a interação entre a Universidade e a sociedade. Assim, o estudo se estrutura através de uma análise dos principais documentos produzidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, passando pelas investigações e estudos sobre a extensão universitária pública brasileira, até alcançar as universidades públicas brasileiras. Ficou evidenciado pelas análises desenvolvidas neste estudo que as proposições desses três interlocutores acerca da extensão universitária pública brasileira são difusas, não havendo uma política de extensão universitária brasileira, além da centralização da extensão universitária pública brasileira nos limites acadêmicos da própria Universidade.

ABSTRACT

TORRES, Alex Fabiani de Brito, M.S., Universidade Federal de Viçosa, August 2003. **Analysis and systematization of propositions on the Brazilian university extension programs.** Adviser: José Norberto Muniz. Committee Members: France Maria Gontijo Coelho and José Benedito Pinho.

This work is a proposal to analyze and systematize propositions on the Brazilian Public University Extension Programs presented by three academic entities: the National Forum of Extension Deans of Brazilian Public Universities, some researchers and some Brazilian universities (UFV, UFMG, UnB and UA). The National Forum of Extension Deans was chosen because it is a normative organ in charge of organizing the Brazilian Public University Extension Program. The second choice was made because of the access researchers have to investigations and studies. The third choice was due to university data availability: two of the universities chosen represent the southeastern region, one being typically rural (UFV) and another urban (UFMG); one representing the Midwest (UnB) and one the Northern region (UA). Comparing these three propositions has led not only to an understanding of the Brazilian public extension planning but also of its implementation, besides providing an insight on its weaknesses, thus allowing a restructuring of the actions needed to

strengthen a university x society interaction. Thus, this study analyzes the main documents provided by the National Forum of Extension Deans, the investigations and studies conducted on the Brazilian public university extension programs and the Brazilian public universities proper. It became evident that the propositions presented on the Brazilian Extension Program are diffuse, revealing a lack of a national university extension policy, which is limited to the academic boundaries of each university.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta investigação é a extensão universitária, como um segmento das atividades de interação entre a Universidade e a Sociedade. Como um desses segmentos, ela foi criada, oficialmente, através da Lei n.º 5.540-68, como uma terceira função da universidade, explícita na Reforma Universitária. As duas outras funções são o ensino e a pesquisa, as quais também se constituem em formas de interação entre a Universidade e a Sociedade.

Enquanto formas de interação, o ensino, a pesquisa e a extensão universitária refletem uma trilogia clássica de envolvimento do conhecimento científico com a sociedade em geral. Se por meio do ensino e da pesquisa este envolvimento parece ser compreensível, especialmente sob a perspectiva da formação técnica e da definição da política universitária, o mesmo não acontece com a extensão universitária. Por princípio, o Estado tem assumido que ela é importante e necessária, se estruturando por meio de leis, de órgãos, de institutos e de fóruns de discussão, mas permanecendo, no conjunto das três funções da universidade, como um resíduo de ações que não se enquadram nem no ensino e nem na pesquisa.

Considerando que o ensino e a pesquisa formam, sistematicamente, profissionais para serem absorvidos pelos diferentes processos sociais e produtivos, a extensão universitária emerge para ocupar o “espaço” delineado, de

forma geral, onde não há a presença sistemática do ensino e da pesquisa. Os estudos desenvolvidos sobre a extensão universitária pública brasileira delineiam a natureza das intervenções, os seus significados e os impactos sobre os segmentos sociais. Entretanto, são investigações isoladas que não se estruturam pelos resultados gerados, dificultando a geração de proposições alternativas para a extensão universitária. Decorrente desta identificação é que emerge a proposta desta investigação, que possui como expectativa de trabalho a proposição de que a fundamentação em resultados estruturados pode alterar a visão que se tem da intervenção da universidade no exercício de sua função extensionista. Como irá ser demonstrado a seguir, este é um trabalho de identificação e interpretação de leis, de textos e de relatórios publicados sobre o assunto, uma vez que o objetivo da investigação é a análise sobre as interpretações, as proposições institucionais e as realizações apresentadas oficialmente como extensão universitária.

2. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Um problema a ser investigado, conforme propõe KOPNIN (1978:239), deve começar pela teoria. Ao considerar que o termo teoria não é unívoco, este autor a considera, de forma geral, como sinônimo de conhecimento, pois descreve e explica os fatos. Assim, qualquer problema deve emergir da teoria, pois ela identifica lacunas de conhecimento sobre os fatos, e não apenas a identificação dos próprios fatos. Com isso, se pretende ilustrar que problemas de pesquisas não se resumem aos fatos, contrariamente à proposição pragmática e utilitarista, que entende como problema apenas questões ligadas às necessidades imediatas dos segmentos sociais. Sob esta perspectiva, a interpretação dada ao fato se afasta dos fundamentos teóricos.

Ao se delimitar a extensão universitária como objeto de estudo, seguindo a proposição de KOPNIN (1978), o ponto de partida desta pesquisa foi, então, concentrar-se nas proposições apresentadas sobre a extensão universitária pública brasileira. Ao analisar a literatura sobre o assunto, identificou-se a tendência das investigações concentrarem-se as suas proposições no relato sobre os fatos. Ao sugerir que a extensão universitária deve enfatizar a formação humana do estudante, TOALDO (1977) sugere que há a necessidade, via extensão universitária, de complementar a profissionalização adquirida por meio do ensino e da pesquisa. Para este autor, o maior beneficiário da extensão é,

inicialmente, o estudante, pois obtém o conhecimento da realidade, adquire a formação prática, o treinamento interdisciplinar e interprofissional, a consciência social, a motivação e a maturidade. Como consequência, a extensão universitária, por meio do estudante, atingiria os segmentos sociais, visando à solução de problemas imediatos.

Com a preocupação inicial diferente, DEMO (1980), ao comparar as três funções da Universidade, admite a ausência de uma fundamentação teórica satisfatória sobre a extensão universitária. A partir desta identificação, o autor se insere em sugestões pragmáticas, como a exigência do caráter curricular da extensão, onde os estudantes deveriam permanecer em projetos por seis meses, no mínimo. O interessante é que, sob esta sugestão, está a pressuposição de que há, também, um débito social por parte da universidade brasileira em relação à sociedade, tornando a ação prática universitária necessária à solução dos problemas das comunidades e das regiões.

ROCHA (1980), ao analisar as oito dimensões ou teses, através das quais a extensão universitária é percebida equivocada, ambígua ou erroneamente, quando consideradas isoladas, identifica a possibilidade de se sistematizar a extensão universitária por meio dessas dimensões, que são: 1) A extensão concebida como forma de prestação de serviços; 2) A extensão como função da agregação da universidade aos programas governamentais; 3) A extensão identificada como sendo estágio; 4) A extensão como forma de captação de recursos; 5) A extensão como forma de levar estudantes isoladamente ao conhecimento da realidade; 6) A extensão como função optativa e secundária; 7) A extensão como função dissociada do ensino e da pesquisa; 8) A extensão compreendendo todas aquelas atividades que não se enquadram no âmbito das demais funções da universidade. Para ele, essas dimensões, quando investigadas dentro de um todo, sob uma perspectiva histórica, passam a não conduzir equívocos, ambigüidades ou erros.

É evidente que essas dimensões não são mutuamente exclusivas, e que podem possuir significados diferenciados quando analisadas sob contextos históricos distintos. Entretanto, pode-se considerá-las como referência para,

sobretudo, agregar as ações práticas realizadas pelas universidades, desde que essas dimensões se refiram a uma disposição geral. Deve-se ressaltar que este é, novamente, o esforço de sistematizar atividades.

Nessa mesma perspectiva, direcionam-se outros tipos de estudos, como o de CARNEIRO (1985), por exemplo, que, ao investigar a extensão universitária brasileira, constata a existência de problemas de natureza conceitual, organizacional e operacional. A questão deixa de ser as ações utilitárias, simplesmente, mas a sua vinculação à própria indefinição do significado de extensão universitária e da sua estrutura organizacional.

Dessa forma, do final da década de 70 até a metade da década de 80, questões enfatizadas por esses estudos passam a direcionar as investigações posteriores sobre a extensão universitária. Uma dessas tendências foi o estudo sobre programas específicos, como o Programa Gilberto Melo, da Universidade Federal de Viçosa, realizado por VIDAL (1987). Neste estudo, esse programa é caracterizado como instrumento de difusão de tecnologia, sendo o objetivo da pesquisa investigar a satisfação dos clientes em relação a ele. Assim, há o registro de que o atendimento é assistemático, casual, descontínuo e sem registro das atividades executadas e da população atendida. Como consequência, tem-se que a extensão praticada pelo Programa Gilberto Melo não é a esperada pelos produtores rurais.

A constatação do distanciamento entre a Universidade e o atendimento das necessidades dos segmentos sociais também é feita por SAVIANI (1984), ao analisar o Projeto Rondon. Se há este distanciamento, este autor admite que a universidade se constitui em um gueto, voltada para si mesma, não abordando questões práticas. Sem entrar no mérito das proposições deste autor, a sua ênfase sobre a extensão universitária é associá-la a instrumento de correções de distorções, complementando as funções do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar que a constatação desse distanciamento induz às proposições sobre a integração da universidade com a sociedade. Assim SILVA (1995), ao analisar a 63.^a Semana do Fazendeiro, atividade de extensão realizada pela Universidade Federal de Viçosa, admite esta integração, mas em termos do

conhecimento sistematizado e acadêmico do professor/instrutor com o conhecimento não-sistematizado e não-acadêmico do produtor/participante. São, em outras palavras, estratégias de ações comunicativas que deveriam orientar a interação entre o conhecimento de indivíduos ou grupos de pessoas.

Sob a perspectiva da integração, há o trabalho de PEREIRA (2001). Para esta autora, a integração deve envolver a universidade, a sociedade e o Estado, por meio da criação de condições de ensino–aprendizagem propícias à realidade, co-participando no processo de desenvolvimento, por meio das pesquisas básicas e aplicadas. Para ela, a extensão da ESALQ atinge esses objetivos. Esta inferência é resultado da análise do Projeto Assessoria Técnica, Organizacional e Financeira à associação de pequenos produtores e suas microunidades produtivas (MUPs), dos pequenos produtores de leite do município de São Pedro, SP. Ao investigar a organização da universidade para atuar junto aos segmentos sociais produtivos, PEREIRA (2001) concebe a extensão universitária como um conjunto integrado de atividades, focalizando, simultaneamente, a multidisciplinaridade e o enfoque político.

Um aspecto importante nesse estudo de integração é a pressuposição, assumida implicitamente por esses autores, de que ela ocorre quando a universidade exerce as funções de ensino e de pesquisa. É uma falácia, visto que os estudos de BUSCH (1984) e de MACDONALD (1991) evidenciam, em diferentes décadas, que a pesquisa agrícola pública está na encruzilhada, ao se afastar dos interesses imediatos dos produtores rurais, da conservação dos recursos naturais e em “perder” espaço para a pesquisa privada.

Se a comparação entre as três funções clássicas da universidade pode se constituir em objeto de análise para futuras investigações, ela é apenas o resultado de reflexões sobre os estudos já realizados sobre a extensão universitária pública brasileira, comparando-os com as tendências analíticas sobre as atividades de ensino e pesquisa na universidade. Como se depreende até aqui, as proposições sobre comparações entre funções não ocorrem, reforçando os estudos isolados sobre programas ou comparações entre programas de diferentes instituições.

SILVA e SPELLER (2002) são um outro exemplo de investigação que problematiza a política de extensão em uma instituição, no caso a Universidade Federal de Mato Grosso, através da análise de um único programa, que compreende projetos e envolve diversos cursos. O interessante nessa investigação é que os autores agregam as práticas extensionistas sob três concepções de extensão universitária:

- a) A concepção tradicional (ou funcionalista): a universidade é concebida como um complemento do Estado, onde a extensão universitária é concebida como função específica, autônoma, desarticulada do ensino e da pesquisa, visando ao atendimento de carências imediatas da população, numa concepção apolítica e assistencialista;
- b) A concepção processual: a extensão possui a função articulada entre a universidade e as demandas sociais, com a tarefa de promover o compromisso social da universidade, mas politizado, combatendo o assistencialismo. Nesta concepção, propõe-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão adquire um espaço próprio na universidade, sob a forma de pró-reitoria, coordenação, etc.;
- c) A concepção crítica: a extensão é intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa, transformando-se em ensino e em pesquisa, não se justificando, portanto, a sua institucionalização isolada. Supõe-se que o ensino e a pesquisa sejam comprometidos com a realidade.

Apesar de chegar a esta categorização, os autores se prendem aos problemas da extensão universitária apontados pelos docentes, que são os seguintes: falta de uma política institucional de extensão, limitação de recursos financeiros, desvinculação entre a extensão, o ensino e a pesquisa e a não inserção da extensão no currículo. Com isso, pode-se apontar que o interesse das pesquisas normalmente se concentra na identificação destes obstáculos, sem aprofundar se é possível desenvolver, por exemplo, a extensão universitária processual ou crítica dentro das limitações de recursos, da falta da política institucional, dentre outros.

De modo geral, os problemas abordados pelas investigações listadas até então, possuem uma característica comum: abordam aspectos pontuais da extensão universitária brasileira, sob o pressuposto de que esta identificação pode induzir a mudanças. Mas como obter mudanças se as constatações são pontuais e independentes uma da outra? Quais são os resultados de pesquisas que podem ser agregados, fundamentando proposições de mudanças? Se os resultados são comparados, a problemática da extensão universitária se afasta, inclusive, de sua manifestação institucional local. A questão deixa de ser a extensão universitária em Lavras, em Viçosa ou no Mato Grosso, para se constituir em um problema com origem institucional mais abrangente. Nota-se que se inicia com a constatação das informações isoladas, a comparação entre elas, visando ao acúmulo de informações por meio da sistematização, o que permitirá a elaboração de proposições sobre a mudança institucional da extensão universitária.

Não se descarta que a categorização apresentada por SILVA e SPELLER (2002) pode ser um início, da mesma forma que a de ZOUENIN (2001). Para este autor, a análise do conceito de extensão e dos principais fatores que dificultam ou impedem a execução de suas atividades na Universidade Federal de Lavras, permitiu uma breve sistematização de proposições sobre a extensão universitária a partir dos objetivos e das finalidades dessa função. Com esta referência, o autor propõe oito concepções de extensão universitária:

- a) A Concepção Acadêmica: as atividades de extensão são concebidas como uma oportunidade para aluno e professor se desenvolverem;
- b) A Concepção Social: a universidade deve integrar-se com a sociedade;
- c) A Concepção Política: como uma prática que permeia as outras concepções. Esta é caracterizada pelo paradigma do conflito;
- d) A Concepção Institucional: é multifacetada e promove o nome da instituição, funcionando como propaganda institucional;
- e) A Concepção Cultural: entende as atividades de extensão como forma de difusão cultural;

- f) A Concepção Financeira: a extensão é considerada como forma de complementação orçamentária para a instituição;
- g) A extensão como uma redundância: as atividades de extensão seriam dispensáveis. As práticas de ensino e de pesquisa seriam modificadas, tomando-se articuladas; e
- h) A extensão como um apêndice: considera a extensão como uma função menos importante.

É interessante destacar que estas duas últimas investigações evidenciam, nitidamente, a perpetuação dos resultados isolados das pesquisas. Esta é uma situação interessante, pois se a tendência das pesquisas é referenciar estudos que justifiquem ou induzem às novas investigações, onde questões pesquisadas podem induzir a novas questões ou a novas perspectivas interpretativas, o mesmo não acontece com os resultados das investigações. Isto é, os resultados da categorização em SILVA e SPELLER (2002) em nada referenciam os resultados do estudo de ZOEIN (2001), e ambos não se reportam aos resultados das oito dimensões apresentadas por ROCHA (1980) sobre a extensão universitária.

Além disso, as classificações de ZOEIN (2001) e ROCHA (1980) não são reportadas e interpretadas em termos do fenômeno do distanciamento entre a universidade e a sociedade, resultado de outras investigações. Portanto, é dessa ausência de referências aos resultados das pesquisas que emerge o problema que, aqui, se pretende investigar. Isto é, a questão principal desta pesquisa está em analisar os resultados das investigações e de proposições sobre a extensão universitária, relacionando-os para interpretá-los e apresentá-los sob uma forma sistemática. A partir desta questão, duas pressuposições estão envolvidas: a primeira é que as proposições desenvolvidas não resultam apenas de pesquisas, mas que são expressas por documentos oficiais e leis que institucionalizam, organizam e estruturam esta função na universidade, e, a segunda, é que há ações práticas que expressam, operacionalmente, a implementação da extensão na universidade.

Neste momento, nota-se a importância de se associar os resultados das investigações realizadas, as proposições em leis e documentos e as atividades

executadas sob a designação da extensão universitária. A hipótese de trabalho é que esse conjunto de informações permitirá fundamentar, mais adequadamente, as vulnerabilidades apontadas sobre a extensão universitária, tomando possível sugestões coerentes aos propósitos funcionais da universidade brasileira.

2.1. Definição dos objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo geral fornecer, a partir de um conjunto de informações, subsídios teóricos e práticos sobre a Extensão Universitária, visando conhecer as suas fragilidades e reestruturar ações que a reorganizem , no sentido de fortalecer a interação entre a Universidade e a Sociedade. Especificamente, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- a) analisar as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e contrastá-las com as atividades executadas, consideradas como de extensão pelas universidades;
- b) contrastar as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com os resultados gerados pelas pesquisas;
- c) comparar as ações desenvolvidas como extensão pela UFV, pela UFMG, pela UnB e pela UA e caracterizar o seu conteúdo;
- d) subsidiar as decisões dos administradores, para alterar a interação universidade-sociedade, via extensão.

3. REFERENCIAL CONCEITUAL

Sob a perspectiva metodológica, a teoria é relevante por se constituir no elo de ligação entre o conteúdo do problema e o significado atribuído ao conjunto de dados a ser coletado. Os dados são coletados de forma a expressar uma linguagem específica de uma teoria, com propósitos delimitados pelo objetivo da investigação. De uma forma geral, os autores admitem que este objetivo é explicar, pois a ciência caracteriza-se como tal pela explicação. Entretanto, autores como SELLTIZ et al. (1987) admitem que o objetivo da investigação pode iniciar pela exploração, descrição, passando pela explicação, chegando-se até a avaliação. Por conseguinte, a função teoria na investigação possui um outro papel importante. Ela não se restringe à explicação, mas aos outros objetivos que os diferentes investigadores atribuem aos objetos estudados, dependendo do estágio de conhecimento relacionado a estes objetos.

Portanto, se há diferença entre empregar a teoria com fins explicativos e empregar a teoria com fins exploratórios ou descritivos, por exemplo, esta diferença não se estende ao papel que ela desempenha entre a definição do problema e a coleta de dados. Vários autores têm-se preocupado com este hiato entre a teoria e os dados, destacando-se a proposta de MERTON (1970) sobre a teoria de médio alcance, que, como alternativa, também não consegue superá-lo. Considerando-se a interpretação que GALTUNG (1969) atribui às dimensões e

funções da teoria na pesquisa, além de COHEN e NAGEL (1971) sobre a relevância das hipóteses no processo de pesquisa, pode-se inferir que a dificuldade em superar o hiato está na incompreensão do papel da teoria em função dos objetivos da pesquisa.

Em função desta discussão, levada a intenso debate nos anos 70 e 80, é que se justifica o título deste capítulo, ou seja, o emprego do referencial conceitual. Aqui, se utilizam concepções sobre a forma de representar o conjunto de proposições teóricas e empíricas derivadas dos estudos sobre a extensão universitária. Nota-se que não se está utilizando teoria com fins explicativos, mas conceitos que permitem representações, de forma sistemática e sintética, de resultados e proposições sobre um objeto de estudo específico. Por isso, uma teorização de médio alcance.

Como definido no problema, esta estratégia é proposta como uma alternativa para sistematizar o acúmulo de conhecimento existente sobre um determinado objeto de estudo, como é sugerido por SZTOMPKA (1974). Não obstante a preocupação deste autor estar além dos propósitos desta investigação, para ele, os cientistas sociais têm gerado teorias sem dados e coletado dados sem teoria. Entretanto, para esta investigação, a importância da sua abordagem está em investigar resultados e em apresentar sua síntese, inferindo proposições sobre o objeto de estudo. A preocupação do autor em construir teorias está, evidentemente, muito além dos limites desta investigação.

Deve-se ressaltar que a preocupação de SZTOMPKA (1974) é uma forma de reação ao empirismo nas investigações sociológicas, mas que isso não é específico desta área do conhecimento. Pelo contrário, esta reação pode ser estendida às diferentes áreas das ciências sociais, conforme destacam CASTELLS e ÍPOLA (1973) e HINDESS (1976). Para estes autores, o maior obstáculo epistemológico nas ciências sociais é o empirismo. Não obstante, sem assumir a crítica ao empirismo nos estudos e proposições sobre a extensão universitária, procura-se, aqui, explicitar fundamentos teóricos que passam a justificar a forma de empregar conceitos no tipo de investigação que está se propondo.

Sob esta trajetória, SZTOMPKA (1974) propõe a constituição de uma teoria geral da sociedade, fundamentada em referências empíricas, mas em termos de um sistema de proposições. Evidentemente, esta proposta não se estende a todas as proposições sobre a sociedade. Por isso, a necessidade de delimitação, a qual ocorre quando o autor se concentra nas análises de duas questões que preocupam os estudiosos da sociedade, ou seja, por que ela se mantém e por que ela muda. Em outros termos, são duas questões que expressam apenas uma dimensão da sociedade, que é a mudança social.

O aspecto a ser investigado nesta vinculação da proposta ao trabalho de SZTOMPKA (1974) é a orientação metodológica que ele emprega para o desenvolvimento teórico sobre um tema exaustivamente investigado. Para tanto, este autor concebe teoria como um sistema de explicações, destacando dois aspectos para a sua criação: um formal (expresso pelo papel explicativo de uma teoria) e o outro, substancial (fundamentado no modelo conceitual sistemático-funcional). Em outros termos, as explicações ocorrem sob os princípios funcionais da interpretação sistêmica, evidenciando a associação entre a explicação e como essa explicação é expressa funcionalmente, uma vez que pode-se definir formas alternativas de explicação, como a causal, por exemplo. Assim, o sistemático-funcional é o modelo com uma linguagem explicativa específica.

Para esta investigação, esta referência é necessária porque ela realça a necessidade da identificação de procedimentos para a interpretação e de que o sistemático-funcional é um deles. Entretanto, ele não é o único, pois tem-se outros, que são identificados a partir dos propósitos da investigação. Em outros termos, enquanto SZTOMPKA (1974) se preocupa com o desenvolvimento teórico na área da mudança social, esta pesquisa se preocupa com o desenvolvimento dos argumentos sobre um outro objeto de estudo, que é a extensão universitária. Em ambos os casos, a ênfase é a crítica à herança empírica decorrente da análise dos fatos singulares isolados e a observação de argumentos fundamentados em experiências interpretadas. O aspecto comum tanto para SZTOMPKA (1974) quanto para esta investigação é que existe um

numeroso registro de afirmações e de hipóteses, derivadas de dados empíricos, que requerem novas estratégias de análises. Por isso, a necessidade de uma sistematização teórica dos fatos isolados, das generalizações e dessas hipóteses. A grande diferença é que, fundamentando em Homans, SZTOMPKA (1974) reativa a sua discussão, qual seja, que as Ciências Sociais não deveriam se preocupar com descobertas, mas com explicações, sobrepondo a organização teórica das descobertas à constatação dos fatos.

Contrapondo descobertas e fatos, da mesma forma que há técnicas alternativas para a coleta dos fatos, o mesmo ocorre com os procedimentos vinculados à sua organização, ou seja, à descoberta, conforme admite HAGE (1972). Entretanto, devido ao não usual processo de investigação sob este objetivo, alguns esclarecimentos tornam-se necessários. Inicialmente, as teorias em ciências sociais não estão estruturadas sistematicamente, apesar de estarem logicamente coerentes na apresentação dos seus conceitos. Do mesmo modo, as afirmações e proposições sobre a extensão universitária não estão organizadas sistematicamente, apesar de serem logicamente coerentes com os propósitos dos diferentes autores.

Sob esta situação, HAGE (1972) propõe estratégias para investigar, ordenar e estabelecer formas de relações entre as variáveis gerais na teoria, entre os conceitos que não são variáveis gerais, entre as definições teóricas, entre os índices operacionalizados, entre as afirmações teóricas, etc. Existem, do ponto de vista teórico, diferentes dimensões que podem ser delimitadas. Entretanto, uma outra delimitação toma-se necessária, ou seja, tem-se que especificar conteúdos analíticos na teoria social. Por exemplo, na teoria de mudança social, pode-se centrar o interesse apenas no conflito social. É a proposição de dividir a teoria em conteúdos e em partes constituintes, de tal forma que a investigação possa ser conduzida adequadamente, sem normas específicas para cada investigação, mas com coerências internas que devem ser apresentadas.

Seguindo esta proposição, após a exposição da fundamentação para a organização e síntese dos estudos e propostas sobre a extensão universitária, torna-se necessário identificar as dimensões através das quais ela será

investigada. Para tanto, essas dimensões foram inferidas a partir das análises realizadas, se constituindo nas seguintes:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: revela se as atividades realizadas, consideradas como extensão pelas universidades são indissociáveis do ensino e da pesquisa.
- Troca entre os saberes acadêmico e popular: identifica se, na realização da extensão universitária, ocorre a troca entre esses saberes.
- Interdisciplinaridade: identifica, se nas atividades executadas, ocorre a interdisciplinaridade.

Portanto, partindo-se dessas dimensões, admite-se que nem todas poderão ser detectadas para uma unidade de análise e que elas poderão, também, ocorrer ou não entre as diferentes unidades de análise¹. Assim, as dimensões serão empregadas para organizar e sintetizar proposições em termos de atividades e em termos de conceitos e argumentos, originários de duas unidades distintas.

Em termos analíticos, o interesse centraliza-se na comparação entre o que é concebido e o que é executado em diferentes instituições. Nota-se que, enquanto os argumentos e proposições são gerais, a execução da extensão universitária se expressa pelas ações de diferentes instituições, revelando a possibilidade de comparação entre um e outro. Como definido no problema, a questão não é apenas sistematizar conhecimento sobre um objeto, mas que este conhecimento possa ser comparado com a sua execução.

¹ Neste momento, pode-se identificar que esta investigação possui duas unidades de análises complementares: a universidade e os autores, ambos sendo interpretados sob fontes alternativas de documentos. Deve-se explicitar que esses aspectos serão delimitados na definição dos procedimentos metodológicos a serem empregados nesta investigação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A prática metodológica a ser empregada neste estudo sobre as proposições acerca da extensão universitária pública brasileira deve proporcionar a esta investigação a capacidade comparativa entre as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, os resultados gerados pelas pesquisas e as ações desenvolvidas como extensão pela UFV, pela UFMG, pela UnB e pela UA.

Considerando a extensão universitária pública brasileira como objeto de análise desta investigação, e que este objeto é problematizado em termos de resultados de pesquisas e de proposições elaboradas, convém destacar a diferença entre dados e informações. Com relação aos dados, eles se constituem em referências secundárias para as análises, especialmente obtidos, por exemplo, dos relatórios de atividades da universidade. Por sua vez, as informações constituem-se em interpretações apresentadas sobre a extensão universitária pública brasileira, sejam elas em termos de proposições, como apresentadas pelo Fórum de Pró-Reitores, por exemplo, ou em termos de conclusões de pesquisas.

Para BABBIE (1983), essas fontes de informações constituem-se em uma classe de artefatos sociais, permitindo a análise de uma variedade de fenômenos sociais por meio da interpretação dos conteúdos que elas apresentam. A especificidade desta investigação vem da preocupação em identificar quem

diz o quê, o que afirma e em que contexto ocorrem os dados e as informações sobre a extensão universitária.

Realizou-se uma análise dos documentos produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, durante os encontros realizados no período de 1987 a 2000; do Plano Nacional de Extensão Universitária; dos relatórios de atividades emitidos pela UFV, UFMG, UnB e UA e dos documentos produzidos por essas universidades, em que há proposição sobre a extensão universitária pública brasileira. A escolha do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se deveu ao fato de ser um órgão normativo, responsável pela organização da extensão universitária pública no Brasil. Quanto aos relatórios das universidades consideradas neste estudo, essa vertente permite referenciar como essas instituições operacionalizam e implementam a extensão universitária pública brasileira, em função de suas diversidades geográficas e de organização. Assim, serão consideradas como referências as atividades executadas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade do Amazonas (UA). Procurando utilizar das informações disponíveis, pode-se considerar que neste conjunto de atividades de extensão sobressaem algumas especificidades interessantes para as comparações. Por exemplo, há a dualidade entre universidade essencialmente agrícola e duas universidades complexas em número de cursos e de atividades direcionadas a diferentes segmentos. Além disso, a UFMG é considerada modelo pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com relação à extensão universitária e ao registro dessa atividade, conforme Relatório de Gestão 1994-1998 da UFMG.

A partir desta delimitação geográfica e institucional das atividades de extensão universitária, é necessário delimitar temporalmente a investigação. Novamente, é interessante reportar-se aos propósitos do estudo e, a partir deles, apresentar esta delimitação. Assim, ao trabalhar com os documentos e legislação, a delimitação temporal torna-se a mais extensiva, dependendo de quando os documentos foram divulgados. Do mesmo modo, quando se analisaram as

pesquisas e os livros publicados, o interesse foi obter referências ao longo do tempo, mostrando, principalmente, como a extensão universitária está internalizada nesses estudos. Entretanto, ao considerar as atividades das universidades em extensão, essas ações foram restritas ao ano de 1998, em função da acessibilidade aos dados. Somente a extensão da UFV foi investigada no período de 1998 a 2000.

Deve-se enfatizar que as análises, a partir dos documentos oficiais, se estenderam a todas as universidades públicas brasileiras, sendo que as pesquisas e os livros foram centralizados em algumas universidades, como, por exemplo, sobre a extensão universitária da Universidade Federal de Lavras e a Universidade Federal do Mato Grosso. Portanto, um grupo maior de universidades passou a ser o objeto desta investigação, decorrente do que é publicado por elas. Neste sentido, esta seleção dependeu dos estudos e livros encontrados, e não do interesse sobre a universidade em questão. Somente com relação à UFV, UFMG, UnB e UA é que a investigação se centralizou sobre as suas atividades, e não naquelas que foram identificadas a partir dos estudos e publicações. No geral, os documentos utilizados foram os seguintes:

- CORRÊA, E.J. Implementação de áreas temáticas e linhas programáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002.
- FARIA, D.S., QUEZADO, S. Transformando a extensão: o processo na Universidade de Brasília. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - Pensar o Futuro: a Extensão no Século XXI**, Brasília, n. 8, dez. 2000.
- FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. 65 p.
- NOGUEIRA, M.D.P. (Org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. 196 p.

- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Extensão. **Resolução da Câmara n.º 04/2000**. [12 maio 2003]. (<http://www.unb.br/dex/programas/cex/reso-4.htm>).
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Pró-Reitoria para Extensão. **Relatório de gestão de julho de 1997 a junho de 2001**. Manaus, 2001. 141 p.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Pró-Reitoria para Extensão. **Guia de extensão**. 2.ed.rev.aum. Manaus, 2001. 100 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **2.º Congresso de Extensão Universitária - 2002**. Bauru, 2002. 407 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de atividades 1998**. Belo Horizonte, 1999. 92 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de atividades 1998**. Viçosa, 1999. 104 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de atividades 1999**. Viçosa, 2000. 109 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de atividades 2000**. Viçosa, 2001. 106 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Conselho de Extensão. **Programa de treinamento prático de estudantes mediante assistência técnica e social a pequenos e miniprodutores rurais e comunidades carentes – síntese**. Viçosa, 1980. 3 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Catálogo de pós-graduação 2001/2002**. Viçosa, 2001. 196 p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Reitoria. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, n. 19, ago./set. 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Reitoria. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, n. 22, fev./mar. 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Reitoria. **Informativo 1973**, Viçosa, 2.ed., p. 32, 1973.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos institucionais 1998**. Viçosa, 1998. [02 out. 2002]. (<http://cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos institucionais 1999**. Viçosa, 1999. [02 out. 2002]. (<http://www.cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos institucionais 2000**. Viçosa, 2000. [02 out. 2002]. (<http://www.cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>).
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **Síntese das principais atividades realizadas em 1998**. São Paulo, 2003. 5 p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **Seminário Cultura e Extensão 2001 - Diálogo com a Sociedade**. São Paulo, 2001. 141 p.

Utilizou-se, ainda, uma revisão bibliográfica que lida com as linhas de pesquisa e estudo sobre a extensão universitária pública brasileira, de forma a comparar os resultados gerados pelas pesquisas com as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e com as atividades consideradas como extensão pelas universidades investigadas.

Dada a natureza desse estudo, voltado para a identificação, a explicitação e a sistematização do conteúdo das mensagens sobre a extensão universitária e dos significados de suas ações, será utilizada como técnica de investigação a análise de conteúdo, que, conforme BARDIN (1979: 42), visa à obtenção, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, de indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Para esse autor, a análise de conteúdo possui duas funções: uma, heurística, enriquecendo a tentativa exploratória e aumentando a propensão à descoberta; outra, como função de administração da prova. As

hipóteses, através desse método, são verificadas, para confirmação ou informação.

Dentre as técnicas de análise de conteúdo, utilizou-se, nesta investigação, uma análise categorial temática dos significados das proposições sobre a extensão universitária pública brasileira, a partir dos seguintes indicadores: o que é extensão universitária pública brasileira, como se caracteriza e como ocorre.

Para BARDIN (1979:41), a tentativa do analista do conteúdo é dupla:

“(...) compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira”.

5. A SISTEMATIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES

Este capítulo apresenta como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras sistematiza e incorpora conceitos e proposições da extensão universitária.

Como esclarece NOGUEIRA (2000), no contexto pré-constituente dos anos oitenta, esse fórum foi criado como “fruto de uma articulação”, que se deu em nível nacional. Outras formas de organização e de discussão dos problemas nacionais vinham sendo ativadas, como a ANDES, a FASUBRA e a UNE na difinição de novos rumos que o país devia assumir depois dos anos de regime autoritário. Nesse contexto, surgiram como temas principais de reivindicação:

“a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e democratização das universidades, isonomia salarial e regime único de trabalho” (NOGUEIRA, 2000:7).

O compromisso da universidade com “os setores menos favorecidos da população” foi realçado nos debates e:

“(…) começaram a se registrar nas diversas regiões do país, ações que visavam a discussão e a articulação das universidades em torno da questão de sua relação com a sociedade. Criam-se os fóruns regionais, no nordeste, norte e sudeste, e em novembro de 1987, durante a realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a participação de representantes de trinta e três universidades públicas, federais e estaduais, na Universidade de Brasília, cria-se o Fórum Nacional...” (NOGUEIRA, 2000:8).

Esse fórum surgiu como uma tentativa de unificar as atividades de extensão realizadas no país, como esclarecem os estudos de NOGUEIRA (1999) e SOUSA (2000). Nessa tentativa, foram produzidos, ao longo dos encontros do fórum, documentos que se apresentam como diretrizes conceituais e políticas de extensão.

O relatório do I Encontro é emblemático e sempre foi retomado nos debates anuais. Esse documento está dividido em três partes (Conceito de extensão; Institucionalização da Extensão e Financiamento da Extensão) e apresenta a definição de uma coordenação provisória, recomendações de encaminhamentos e um regimento sobre a constituição, objetivos e funcionamento do Fórum.

Quanto ao conceito de extensão apresentado nesse documento, reafirmado na íntegra no relatório do III Encontro, são explicitadas expressões que se pode dizer como fundantes da concepção:

“A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico (grifo nosso) que articula (grifo nosso) o ensino e a pesquisa de forma indissociável (grifo nosso) e viabiliza (grifo nosso) a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla (grifo nosso), com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes (grifo nosso) sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento (grifo nosso) resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico (grifo nosso) e a participação efetiva da comunidade (grifo nosso) na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora (grifo nosso) deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar (grifo nosso) que favorece a visão integrada do social” (NOGUEIRA, 2000:11).

Quando o Documento Final do I Encontro trata do que chamou de Institucionalização da extensão, encontram-se expectativas para a prática da extensão que complementam o que se poderia dizer sobre o conceito de extensão que esteve presente neste encontro, como:

“(...) um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades)”, “(...) um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade” (NOUEIRA, 2000:12).

Outras idéias são apresentadas ao longo dessa parte quando o documento explicita o que chamou de “Medidas e procedimentos de ordem metodológica”, “Medidas referentes à estrutura universitária” e “Medidas para valorização de Extensão Regional e Nacional” e nas Recomendações. Nessas partes, é possível perceber uma intenção de vincular as atividades de extensão universitária à “transformação social”, que implique na “melhoria das condições de vida da maioria da população”. A universidade deveria então ter órgãos para a coordenação dessas atividades que estariam no “mesmo nível dos órgãos de ensino e pesquisa”, “gerenciada de forma colegiada”, cabendo aos

“departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa” (NOGUEIRA, 2000:13).

O documento prevê a necessidade de computar essas atividades nos relatórios de docência dos docentes, a participação de discentes e de

“representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade” (NOGUEIRA, 2000:14).

Como Recomendação, o documento afirma:

“Que se busque uma integração efetiva entre os Pró-Reitores de Extensão, de Ensino e de Pesquisa e pós-graduação a níveis regional e nacional, através de encontros periódicos” (NOGUEIRA, 2000:14).

Na terceira parte, referente ao financiamento, o documento assinala que seria “imprescindível” que fossem

“reservados recursos do tesouro para extensão”, com “destaque orçamentário”, mas também sugere que as “IESP deverão (grifo nosso) captar recursos junto a agências e, ou, fontes financiadoras, para os projetos de extensão” (NOGUEIRA, 2000:14),

sem, no entanto, explicitar quais seriam essas fontes. Sugere, ainda, o

“restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e de monitoria, além de bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências” (NOGUEIRA, 2000:14)

sem maiores detalhes sobre quais.

Dentro da parte que trata das Recomendações para a Comissão Provisória do Fórum, destaca-se o cadastramento das agências financiadoras de extensão, a discussão do papel do Projeto Rondon e o envio de documento

“aos órgãos financiadores, ressaltando a importância da extensão enquanto atividade acadêmica e a necessidade de que programas e projetos de extensão sejam contemplados em igualdade de condições com projetos de pesquisa” (NOGUEIRA, 2000:15).

Percebe-se, nesse I Encontro, uma tentativa de construir um conceito e de definir diretrizes, mesmo que muito amplas para as atividades de extensão, para as quais são apresentadas muitas atribuições e funções que poderiam ser resumidas na intenção de articular politicamente as ações da universidade com um projeto de transformação social. Entretanto, a tentativa de conceituação e as concepções que as atividades de extensão envolvem apresentam-se ainda de forma imprecisa.

O pressuposto para a elaboração do conceito de extensão universitária, aprovado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no seu I Encontro, realizado na Universidade de Brasília, em 04 e 05 de novembro de 1987, fundamenta-se na capacidade de a universidade brasileira promover a transformação da sociedade, o que significa o pleno exercício da cidadania, para superar a exclusão ou marginalização a que está submetida grande parte da população. Esse órgão concebe cidadania

“(...) como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais (...)” (NOGUEIRA, 2000:64).

Por sua vez, a construção da cidadania é admitida como o ingrediente indispensável à universidade, para que a mesma tenha a cara da sociedade. Desse modo, há a expectativa de que a preocupação com a cidadania esteja presente no cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, a extensão é concebida como solução de problemas internos às funções de ensino e pesquisa, e externos, enfatizando apenas o relacionamento entre a universidade e a sociedade. Atribui-se, portanto, várias finalidades à extensão, de caráter pragmático, sem contudo, alterar a estrutura organizacional do ensino e da pesquisa. Apresentam-se soluções simples como condições suficientes para a resolução de problemas complexos e diversos, sem uma fundamentação teórica, implicando num reducionismo.

Nessa definição, a extensão universitária é ainda entendida como um processo educativo, científico e cultural. A relação entre a universidade e a sociedade, vista pelo ângulo do Fórum de Pró-Reitores, assinala a preocupação com as transformações necessárias à maioria da sociedade brasileira, no sentido de se estabelecer um maior compromisso da universidade com a sociedade, em busca de soluções dos problemas sociais do país, atendendo às demandas populares. Dessa forma, os pressupostos que nortearam as orientações emanadas do Fórum para as universidades públicas brasileiras têm encontrado os seus fundamentos nos seguintes termos: indissociabilidade entre os elementos da tríade ensino, pesquisa e extensão, a idéia de relação transformadora entre a universidade e a sociedade, a idéia de via de mão dupla, troca entre os saberes acadêmico e popular, e trabalho interdisciplinar.

Em relação ao primeiro termo, concebe-se a extensão universitária enquanto articuladora das demais funções, de forma indissociável. O II Encontro, realizado em Belo Horizonte, no período de 23 a 24 de maio de 1988, tratou, dentre outras coisas, da estratégia de articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Quanto à relação entre a extensão e a pesquisa, o Fórum admite ocorrer quando essa contribui para a transformação da sociedade, implicando em

“(...) saber-se o que deverá ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam os novos conhecimentos” (NOGUEIRA, 2000:20).

Para tanto, esse órgão propõe a realização de uma mudança estrutural do comportamento acadêmico, no âmbito das bases (docente, discente e técnico-administrativo) e uma nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superiores das universidades. Quanto à relação entre a extensão e o ensino, o Fórum propõe a adoção de um conceito crítico de sala de aula, ampliando-se a sua abrangência, uma vez que passa a referir-se a todos os espaços dentro e fora da universidade, expressando um conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar.

Apesar das proposições apresentadas, os conteúdos dos documentos básicos elaborados durante os diversos encontros, revela que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras atribuiu, na

época, vários significados vagos à relação entre ensino, pesquisa e extensão, implicando em imprecisão conceitual desse termo. Para exemplificar, foram destacados os seguintes trechos:

- 1) “A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula (grifo nosso) o ensino e a pesquisa de forma indissociável (grifo nosso) (...)” (NOGUEIRA, 2000:11).
- 2) “Como um processo que permeia (grifo nosso) o ensino e a pesquisa, integrando (grifo nosso) essas atividades (...)” (NOGUEIRA, 2000:12).
- 3) “(...) ações conjuntas que visem a real integração (grifo nosso) da extensão, ensino e pesquisa” (NOGUEIRA, 2000:18).
- 4) “(...) maior articulação (grifo nosso) dentre as atividades-fins universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de programas e práticas de integração (grifo nosso) da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal” (NOGUEIRA, 2000:30).
- 5) “(...) a Extensão ocupa um lugar próprio, bem definida como atividade-fim que se relaciona/articula (grifo nosso) com o Ensino e a Pesquisa (...)” (NOGUEIRA, 2000:56).
- 6) “(...) a ação da extensão, articulando (grifo nosso) ensino e pesquisa (...)” (NOGUEIRA, 2000:20).
- 7) “c) A Extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social” (NOGUEIRA, 2000:58).
- 8) “(...) a qualidade como meta a ser alcançada pelo processo de ensino-aprendizagem e pela produção do conhecimento através da extensão enquanto mecanismo de revitalização (grifo nosso)” (NOGUEIRA, 2000:68).

Pelos exemplos apresentados, nota-se a ênfase sobre a articulação, a integração e os componentes dessa articulação e integração, que são ensino, extensão, pesquisa, comunidade acadêmica e sociedade. É a definição pela composição, assumindo-se que a sua operacionalização deve ocorrer naturalmente. Enquanto a noção de composição se refere à constituição de elementos, a operacionalização se refere à intervenção desses elementos sobre a realidade.

Com relação ao segundo termo, a idéia de relação transformadora entre a universidade e a sociedade, sob a perspectiva do Fórum, decorre da compreensão de que a universidade, enquanto parte integrante da estrutura social, é produtora e socializadora do conhecimento. Essa instituição, enquanto geradora de conhecimento científico e tecnológico, que diz respeito às mais diversas áreas do conhecimento e aos mais distintos interesses expressos pelos diferentes segmentos sociais, recorre aos serviços da extensão universitária como a mais efetiva forma de intervenção sobre os problemas concretos da sociedade, bem como reafirma o seu compromisso social, que, na visão do Fórum, significa a

inserção da universidade em ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, para o resgate da cidadania e a luta contra a dependência econômica, cultural e política, além de contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento da pesquisa e do processo ensino-aprendizagem, aproximando, dessa forma, a universidade das demandas sociais. Para o Fórum, essa transformação social implica na melhoria de vida da maioria da população, reduzindo a distância entre a universidade e a sociedade,

Objetivando alcançar tal transformação, o Fórum, de acordo com NOGUEIRA (2000:33), sugere a adoção, por parte das universidades públicas brasileiras, de metodologias a serem aplicadas em programas ou projetos de extensão, orientadas pelos seguintes princípios:

"a) explicação da Teoria que fundamente a prática; b) afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de Universidade, claramente explicitada; c) inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população das perspectivas de mudança".

Além desses princípios, há a sugestão, ainda, da utilização de metodologias participativas, delimitando formas de interação entre a universidade e a sociedade. É nesse contexto que, na visão do Fórum, ganha expressividade a idéia de extensão universitária como via de mão dupla, uma vez que a universidade

"(...) encontrará na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico" (NOGUEIRA, 2000:11),

isso que, ocorrendo, possibilitaria a criação e a recriação do conhecimento, através da troca entre os saberes acadêmico e popular, resultando na democratização do conhecimento, na participação efetiva da comunidade e numa conseqüente produção baseada no confronto com a realidade.

Outro termo que, segundo o Fórum, deverá estar articulado àqueles anteriormente mencionados é o da interdisciplinaridade, que pressupõe a possibilidade de realização das atividades acadêmicas, envolvendo distintas áreas do conhecimento, em uma perspectiva integrada de fazer ciência, contexto em que a visão fragmentada e compartimentalizada é superada, no estudo do conhecimento da realidade. O Fórum afirma considerar a extensão estratégica

para promover atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, implicando nas seguintes vantagens:

“dar aos alunos a oportunidade de uma atuação conjunta com profissionais de outros campos de conhecimento em projetos coletivos; viabilizar a vivência de alunos através de trabalho junto às comunidades, possibilitando a problematização e o questionamento do ensino e da ciência realizada pela Universidade” (NOGUEIRA, 2000: 27).

Constata-se, portanto, que essa instituição vincula, prioritariamente, interdisciplinaridade à formação dos alunos, e não à solução ou diagnóstico dos problemas tematizados pela extensão universitária. A ênfase sobre a interdisciplinaridade é tão fundamental que, ao tratar da extensão no contexto da autonomia, o Fórum afirma considerar a interdisciplinaridade um fator importante para a avaliação da extensão.

Além da dimensão conceitual da extensão universitária, o Fórum, ao tratar das medidas referentes à estrutura universitária, transfere aos departamentos a responsabilidade pela promoção e pela execução da extensão:

“Caberá aos departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa” (NOGUEIRA, 2000:13).

Nessa mesma perspectiva interpretativa, durante o V Encontro, realizado em São Luís, no período de 12 a 14 de junho de 1991, o Fórum, ao abordar a institucionalização da extensão, orienta que:

“A Institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada universidade” (NOGUEIRA, 2000:13).

Portanto, a partir dessas orientações, o Fórum atribui ao departamento acadêmico duas funções, pela origem do projeto e pela interdisciplinaridade, confundindo as suas proposições sobre a questão “mão dupla” da extensão universitária. Contudo, esse órgão, ao tratar da interdisciplinaridade, durante o III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, realizado em Belém, no período de 23 a 27 de julho de 1989, recomenda a continuidade de estudos e debates nas universidades públicas brasileiras, objetivando, principalmente, a

“(...) modernização administrativa coerente com as necessidades de atuação interdisciplinar, dentro da extensão, de forma a permitir avanço e inovação” (NOGUEIRA, 2000:26).

Essa proposição também se expressa durante o VIII Encontro, realizado no período de 10 a 13 de maio de 1994, em Vitória, quando o Fórum, ao discutir a relação entre a extensão universitária e a cidadania, critica a departamentalização, evidenciando a evolução conceitual de extensão universitária:

“A estrutura interna da universidade reflete a estrutura de poder da sociedade. As práticas corporativistas, a tecnoburocracia, a segmentação entre as diversas categorias e a departamentalização fragmentadora do conhecimento, emperram as ações e comprometem a continuidade do processo de produção científica, resultando na ausência da universidade na definição de políticas de setores estratégicos da nação” (NOGUEIRA, 2000:64).

O conceito de extensão universitária aprovado no I Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresenta, portanto, os elementos constituintes de uma concepção de extensão universitária, não de um modelo: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; relação transformadora entre a universidade e a sociedade; via de mão dupla; troca entre os saberes acadêmico e popular, e trabalho interdisciplinar. O Fórum, naquele momento, não atribuiu significados a esses elementos, não os exemplifica e nem define os mecanismos de operacionalização da extensão.

Embora o Plano Nacional de Extensão Universitária enfatize o amadurecimento do conceito de extensão universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores, no seu I Encontro, verifica-se, através dos conteúdos expressos nos documentos básicos produzidos durante os vários encontros, que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem apresentado várias concepções sobre essa função, o que torna a sua compreensão difícil, devido à imprecisão conceitual (NOGUEIRA, 2000):

“1) A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização

do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (p. 11). 2) Uma condição essencial identificada para se viabilizar a extensão como prática acadêmica (...) (p. 22). 3) A extensão é um dos espaços estratégicos para promoção de atividades de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento, contribuindo à modificação progressiva de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade (p. 25). 4) (...) maior articulação entre as atividades-fins universitárias privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de Programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal (p. 30). 5) (...) a atividade extensionista expressa a função social da universidade (p. 35). 6) (...) a Extensão ocupa um lugar próprio, bem definida como atividade-fim que se relaciona/articula com o Ensino e a Pesquisa, dos quais se diferencia pelo modo de fazer e por suas relações estreitas com a sociedade, seu campo de atuação e objetivo (p. 56). 7) A especificidade da extensão se define pelo fato de que sua abrangência ultrapassa os currículos em suas práticas de ensino e os limites metodológicos dos projetos de pesquisa (p. 56). 8) Por articular as atividades-fim, a extensão atua como somadora das relações com a comunidade (...) (p. 57). 9) A extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido de transformação social (p. 58). 10) (...) extensão enquanto mecanismo de revitalização (p. 68). 11) (...) a extensão como prática acadêmica capaz de articular a universidade e a sociedade, aproximando sujeitos/atores na busca e proposição de soluções para os problemas emergentes (p. 68). 12) Em outros termos, quando essa preocupação se tornar visível nas salas de aula, nos laboratórios e nas atividades extra campus. Enfim quando o ensino, pesquisa e extensão se harmonizam numa ação cidadã” (p. 64).

A análise dos Documentos Finais dos Encontros do Fórum, no período compreendido entre 1987 e 1999, permite verificar que alguns temas são retomados com frequência, dentre os quais o conceito de extensão e autonomia universitária. Contudo, o conceito de extensão universitária, elaborado e aprovado durante o I Encontro, é repetido, parcial ou integralmente, em seis encontros, expressando, portanto, pouca discussão ou avanço em torno dessa questão, o que pode comprometer o aludido amadurecimento. Parece haver uma necessidade de reafirmação desse conceito, por parte do Fórum. Ilustrativo dessa situação é a tese elaborada por NOGUEIRA (1999:162), quando analisa o IV Encontro Nacional:

“E assim, nesse IV Encontro foi distribuído aos participantes uma compilação dos principais documentos produzidos pelo Fórum, ou seja, os Documentos Finais do I, II e III Encontros Nacionais, para que todos os integrantes conhecessem e assumissem as propostas consensuais (grifo nosso) que essa comunidade vinha construindo ao longo de seus três anos de existência”.

Como se observa, os conceitos não têm sido discutidos, de forma suficiente, para justificar essa idéia de amadurecimento conceitual em relação à extensão universitária, uma vez que o Plano Nacional de Extensão Universitária não atribui significados a amadurecimento conceitual e nem utiliza exemplo, o que dificulta a sua compreensão e ausência de orientação para a sua implementação.

NOGUEIRA (1999:164-165), analisando as conferências e os debates realizados no IV Encontro, destaca contradições entre os participantes quanto ao conceito de extensão: de acordo com ela, um participante do encontro defendia a necessidade de uma clareza conceitual para a extensão universitária, uma vez que entendia que o papel da universidade era a produção de conhecimento (ciência e tecnologia). Outros concebiam a extensão universitária como mecanismo para a viabilização da credibilidade da universidade. Por outro lado, em alguns textos, provenientes dos encontros regionais, a extensão era ainda concebida como componente do tripé, concepção esta defendida pelo CRUB e considerada superada pelo Fórum, conforme essa autora. O interessante é que, apesar dessas divergências constatadas por NOGUEIRA (1999:11), essa autora ainda considera o Fórum de Pró-Reitores

“(...) como uma comunidade de comunicação, como um espaço permeado pelo diálogo e direcionado pelo entendimento (...)”.

Por outro lado, uma análise mais aprofundada do conteúdo dos documentos referentes aos aludidos encontros, permite identificar algumas possíveis estratégias utilizadas pelo Fórum, no sentido de escamotear contradições presentes no contexto de alguns dos seus encontros.

Com base no Documento Final do III Encontro do Fórum dos Pró-Reitores, conforme exposto no Anexo I, é possível identificar, de acordo com NOGUEIRA (2000:27), várias dúvidas conceituais, apresentadas pelos participantes desse encontro, os quais indicaram a necessidade de distinção entre:

“a) prestação de serviços e comércio de serviços; b) assistencialismo e assistência; c) paternalismo e prestação de serviços; d) relação com o setor produtivo e atrelamento ao setor produtivo; e) atender demandas e ofertar serviços; f) reagir ao mercado e criar campos de atuação (influenciar no mercado); g) substituição do Estado e potencialização da população para obtenção dos serviços que lhe cabem de direito; h) reforço ao

paternalismo/assistencialismo do Estado e reforço aos movimentos e organizações populares; i) atividade fim e atividade meio”.

Deve-se destacar que, além desses conteúdos, outro que recebeu tratamento equivalente foi o da interdisciplinaridade. Os obstáculos subjacentes à operacionalização da interdisciplinaridade são os seguintes:

“desarticulação entre atividade fim e meio; descompasso entre a administração universitária e as propostas inovadoras; discontinuidades das atividades de extensão em função da ausência de projetos acadêmicos que contemplem a interdisciplinaridade; insuficiência de suporte administrativo especialmente para sustentar propostas interdisciplinares” (NOGUEIRA, 2000:28).

Pelo que se observa, há a tendência a críticas constantes às universidades, esquecendo-se de como a extensão universitária poderia, inclusive, se constituir em propósitos para reorganizar a universidade.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado em 1988, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reafirmou o conceito de extensão universitária, construído pelo Fórum, no seu I Encontro, por considerá-lo amadurecido. Porém, além desse conceito, os conteúdos expressos nesse documento permitem identificar a presença de várias outras concepções sobre extensão universitária, implicando numa ausência de clareza conceitual e de procedimentos para a sua operacionalização (Plano Nacional de Extensão Universitária/Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2001):

"1) Por outro lado, retira da extensão o caráter de “terceira função para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo intervindo na realidade concreta (p. 31); 2) (...) a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários (p. 31); 3) (...) a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (p. 32); 4) a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos (p. 40); 5) A partir dessas premissas é que se considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolvem e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas (p. 42); 6) Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade,

indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (p. 44).

O documento, onde esses conceitos e proposições são apresentados, é constituído de quatro partes: a primeira parte é intitulada Apresentação (Universidade e sociedade, Ponto de partida e Políticas públicas), a segunda, Breve história (Gênese e caminhos, Movimentos sociais, Nova concepção, Extensão e conhecimento), a terceira é denominada O que é extensão (Conceituação, Institucionalização, Pesquisa e ensino, Ação global) e a quarta, Plano Nacional (Princípios básicos, Profissional cidadão, Instrumento de mudança, Significado e importância, Objetivos, Metas, Organização da Extensão Universitária, Articulação com a sociedade, Áreas temáticas, Universidade cidadã, Financiamento e avaliação, Instituições signatárias). O ponto de partida para a sua criação foi o Programa Universidade Cidadã, que era composto de oito eixos temáticos considerados importantes pelas universidades. De acordo com NOGUEIRA (2000), esses oito eixos temáticos do Programa Universidade Cidadã foram priorizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras, em virtude do atendimento a áreas consideradas mais carentes, possibilitando um impacto significativo da extensão e, por conseguinte, uma maior inserção social da universidade. Essas áreas são: 1) Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente, 2) Promoção à Saúde e à Qualidade de Vida, 3) Educação Básica, 4) Desenvolvimento da Cultura, 5) Transferência de Tecnologias Apropriadas, 6) Atenção Integral à Criança, Adolescente e Idosos, 7) Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas, 8- Reforma Agrária e Trabalho Rural. Contudo, o Plano Nacional estabeleceu outras áreas temáticas: 1) Comunicação, 2) Cultura, 3) Direitos humanos, 4) Educação, 5) Meio ambiente, 6) Saúde, 7) Tecnologia, 8) Trabalho. Com isso, espera possibilitar às diferentes universidades brasileiras unidade nacional aos seus programas temáticos.

O Plano Nacional de Extensão Universitária apresenta onze objetivos a serem alcançados pelas universidades públicas brasileiras. A sua maioria concebe a universidade como conhecedora das necessidades dos segmentos sociais e

ofertante das ações extensionistas; e a sociedade, como demandante dessas ações, pelas suas carências. Esses objetivos permitem identificar com clareza os benefícios da extensão para o segmento universidade: formação do aluno, qualificação do professor, a participação da universidade na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas dirigidas à maioria da população, valorização das atividades de que a universidade dispõe. Por outro lado, nesses objetivos a relação entre a universidade e a sociedade é concebida de forma imprecisa, vaga: utilizam-se termos como intercâmbio com a sociedade, relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, atendimento às necessidade sociais emergentes. Não se atribui significado a esses termos e nem se explicita como o processo de extensão deverá ser inserido na administração universitária. O que se infere é que o conhecer, possuir experiências se constituem na condição suficiente para a solução dos problemas sociais, sem se preocupar com a mudança social, propriamente dita.

Quanto à relação ensino, pesquisa e extensão, a única referência, nesses objetivos, é relativa à extensão enquanto processo acadêmico definido e efetivado por meio das demais funções, atendendo às exigências da realidade.

A análise acerca do Plano Nacional permite identificar algumas proposições sobre a extensão universitária, que revelam as orientações e a concepção de extensão universitária do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e do MEC:

- a) Segundo o Plano Nacional, para que a extensão, como prática acadêmica, ocorra, faz-se necessária a discussão da sua proposta de ação global e a sua inserção nos departamentos, para a definição das linhas de ensino e de pesquisa, em sintonia com a realidade. Portanto, ela é uma questão posta à organização e à estrutura da universidade.
- b) O Plano Nacional vincula extensão universitária à formação do aluno, quer na sua perspectiva histórica, quer cultural, quer na sua formação técnica, objetivando a interação desse “profissional cidadão” com a sociedade, vindo, dessa forma, a aproximar a extensão às demandas da maioria da população. A

“mão dupla” se afasta desse propósito, onde o segmento social não é referenciado.

- c) Necessidade da consolidação dessa atividade, concebida como instrumento incomparável de mudança na universidade e na sociedade, no âmbito das instituições de ensino. Essa consolidação permitirá uma constante busca do equilíbrio entre as demandas da sociedade e os saberes e as inovações acadêmicas. Aqui, o pressuposto é que a universidade é o centro suficiente para induzir soluções.

Mais especificamente, no que diz respeito à primeira proposição, constata-se ausência de explicitação referente ao que é “proposta de ação global”. Indefinição quanto aos atores sociais que irão discuti-la, bem como de que forma ocorrerá a sua inserção nos departamentos, esses que, sob essa perspectiva, deverão assumir a centralidade do processo, definindo as linhas de ensino e de pesquisa em consonância com a realidade.

Quanto à segunda proposição, não se define qual é a concepção de cidadania que deverá orientar a formação do “profissional cidadão”. Por outro lado, observa-se que a proposta de efetiva interação desse profissional com a sociedade ocorre em virtude de uma necessidade do ensino – justificada pelos problemas que o aluno terá que enfrentar - , e não como expressão das demandas da maioria da população.

Com relação à terceira proposição, verifica-se que a idéia de equilíbrio que deverá existir entre as demandas da sociedade, os saberes e as inovações acadêmicas fica comprometida, uma vez que, de acordo com os termos desse documento, cumpre a esta última produzir os saberes e as inovações acadêmicas, enquanto que à primeira cabe tão somente apresentar as demandas, isso que contraria o próprio conceito de extensão universitária, quando esse vincula esta prática à troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular. Além disso, atribui-se à extensão universitária uma importância superior ao ensino e à pesquisa, como instrumento de mudança em relação à sociedade e à própria universidade.

6. OS AUTORES PELAS INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS

Este capítulo apresenta como os estudiosos e os investigadores sistematizam e incorporam conceitos e proposições da extensão universitária. É a apreensão do objeto estudado pelos significados atribuídos a ele, que são categorizados em termos dos seguintes aspectos: a extensão como atividades pontuais; pela proposição do compromisso social; pela concepção da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa; pela troca de saberes; como financiamento; pela divergência dos conceitos e pelas influências sobre a trajetória da extensão universitária.

6.1. A extensão como atividades pontuais

Nessa dimensão, reúnem-se investigações relacionadas à concepção sobre extensão universitária, desenvolvidas em diferentes períodos: NEVES (1993), SILVA (1995), ZOUEN (2001), SILVA e SPELLER (2002), mas que possuem pontos convergentes: abordam-se experiências pontuais da extensão universitária brasileira, com constatações pontuais e independentes entre si, apesar de os resultados apresentarem comunalidades (na maioria das vezes, os estudos se limitam a investigar a concepção de extensão universitária

manifestada pelo segmento universidade; ausência de consenso sobre essa concepção e dissonância entre essa e a sua prática).

NEVES (1993) investiga a concepção de extensão universitária da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre docentes, chefes de departamentos, presidentes de Comissões de Extensão dos departamentos e outras pessoas envolvidas na coordenação de setores específicos de extensão na estrutura organizacional ufeviana. Ela admite que a UFV ainda não definiu qual é a sua concepção sobre essa atividade, ao contrário de outras instituições, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O seu estudo demonstra não haver consenso na comunidade acadêmica da UFV sobre a concepção de extensão universitária.

De acordo com essa autora, as atividades concebidas como de extensão universitária pelos respondentes - mas não consideradas como de extensão pela UFV - foram as seguintes: educação para a saúde, atendimento a escolas de 1.º e 2.º graus, atendimento clínico-cirúrgico de rotina no Hospital Veterinário; outras atividades de orientação social, de assistência técnica e de prestação de serviços e casos de atendimento a consultas por carta, telefone, ou pessoalmente sobre problemas técnicos específicos.

Ao analisar o que deveria ser extensão universitária, na concepção dos respondentes, NEVES (1993:268) aponta a existência de uma certa confusão: algumas respostas se referem a conceitos ou à sua estruturação, outras, a objetivos, linhas de ação ou a uma visão geral da sociedade.

Essa autora, investigando o que tem sido a extensão universitária na UFV, na concepção dos respondentes, ressalta a frequência de respostas relativas à desvalorização e ao não reconhecimento dessa atividade. Ela destaca a percepção, por parte da população pesquisada, da ocorrência de uma dissonância entre o discurso sobre essa atividade e a sua prática:

"... muito se fala e pouco se faz para a comunidade carente de recursos e conhecimentos" (NEVES, 1993:271).

Além disso, ao analisar as características metodológicas das atividades de extensão universitária, na concepção dos docentes da UFV, essa autora apresenta os seguintes resultados:

- a) as atividades consideradas como de extensão, para mais de 60% da população pesquisada são aquelas tipicamente pedagógicas, de assessoria e assistência técnica, de assistência social e culturais. Essas atividades são dirigidas à comunidade universitária e à coletividade em geral (indivíduos, comunidades, empresas, instituições, etc.);
- b) as diferentes concepções sobre extensão universitária se expressam na divergência de opiniões, entre a população pesquisada, quando da classificação das atividades relacionadas à participação em semanas acadêmicas, em excursões acadêmicas, em simpósios, em congressos e em seminários. A autora associa essa divergência de opiniões à ausência de diretrizes sobre extensão universitária na própria instituição;
- c) as atividades consideradas como não integrantes da extensão pela UFV, mas concebidas como sendo de extensão pelos respondentes são: participação em banca de defesa de tese em outras instituições, orientação a estágios curriculares e extracurriculares e fomento de programas de estágios curriculares e extracurriculares.

Aproximando-se de NEVES (1993), SILVA (1995:93-96), ao investigar a 63.^a Semana do Fazendeiro, destaca a presença de três concepções de extensão universitária nesse evento, apresentadas pelos professores participantes:

- 1) para 43,86% dos professores entrevistados, a extensão universitária foi concebida como via de mão única, em que o processo de produção e difusão do conhecimento é entendido como sendo composto de dois momentos estanques: inicialmente, realiza-se a acumulação, depois, a distribuição;
- 2) 24,56% dos professores entrevistados entenderam a extensão universitária como via de mão dupla, em que ocorre a integração entre o conhecimento sistematizado e acadêmico do professor e o conhecimento não-sistematizado e não acadêmico do produtor;

3) 14,03% dos professores entrevistados conceberam a extensão universitária como compromisso da Universidade com a sociedade, como uma contribuição política que possibilita a apropriação do conhecimento na prática social do professor e do produtor.

De acordo com essa autora, os professores participantes desse evento consideraram como extensão universitária as seguintes atividades: cursos, atividades em outras instituições, atendimentos específicos de conhecimentos técnicos, encontros, simpósios, congressos, seminários, atividades de comunicação, programas de extensão específicos e treinamento de profissionais.

Segundo SILVA (1995:97-98), a maioria dos professores entrevistados que participou desse evento qualificou a extensão como:

“... muito tímida, ineficiente, incipiente, deficiente, moderada, tendenciosa, capitalista, assistencialista, descontínua, paternalista, folclórica, nula”.

Ela associa essas críticas à existência de um distanciamento entre a concepção dos docentes e as formas de implementação da extensão universitária pela instituição.

Quanto à elaboração da proposta extensionista, os professores entrevistados não se sentiram responsáveis por ela, posto que, para eles, essa competência é da administração da Universidade Federal de Viçosa. A responsabilidade dos professores entrevistados, segundo esses atores, se refere à execução de palestras, cursos e demonstrações. No tocante à organização da Semana do Fazendeiro, os professores participantes consideram-na deficiente, devido à falta de recursos humanos na definição e na operacionalização das metas, que deveriam ser dirigidas para a região de Viçosa. (SILVA, 1995:98-99). Neste momento, ressalta-se, nessa concepção, a função da universidade em administrar eventos, se afastando da organização complementar de atividades que possam caracterizar a extensão universitária.

De acordo com essa autora, a maioria (67%) dos professores entrevistados concorda com a idéia de que a extensão praticada na Semana do Fazendeiro pode influenciar no desenvolvimento da região de Viçosa e de outras do país. Para parte desses entrevistados, essa influência ocorre com maior

intensidade em outras regiões brasileiras. Conforme a autora, essa limitação da influência regional/local do evento e da UFV é explicada pelos professores entrevistados como sendo devido ao perfil e ao comportamento dos agricultores, que são pobres, desinteressados e apáticos. Ela associa essas críticas à existência de problemas referentes às articulações internas e às relações externas com a sociedade. Contudo ela não especifica quais são esses problemas.

Com relação à concepção do produtor rural sobre a extensão universitária, SILVA (1995) destaca a ausência da fala desse ator nos relatórios institucionais e nos documentos referentes à Semana do Fazendeiro. Quanto aos cursos, a autora enfatiza que a maior demanda foi por áreas que não são consideradas tradicionais, tais como Administração Rural, Criação de Peixes, Criação de Minhocas, Plantas Medicinais e Criação de Abelhas. Em relação às culturas específicas, o curso mais procurado foi sobre o maracujazeiro (10%). Os cursos referentes à cafeicultura, atividade essa importante para os produtores da região, que tratam a ferrugem-do-cafeeiro, colheita, preparo, beneficiamento, armazenamento e comercialização do café, secagem de grãos, obtiveram, na época da pesquisa, pequena demanda.

Conforme essa autora, o principal motivo pelo qual os produtores entrevistados participaram desse evento foi a busca de conhecimento (93,2%), uma necessidade que relaciona a questão econômica com o conhecimento e racionalidade para a produção. A autora associa essa necessidade dos produtores à solução de problemas concretos, ampliando as possibilidades do homem que trabalha na agropecuária. É a abordagem que questiona a transferência de informações técnicas.

Nessa mesma linha de apreensão, ZOUERIN (2001) analisa a concepção de extensão universitária da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Esse estudo evidencia a ausência de clareza conceitual sobre extensão universitária por parte da comunidade acadêmica, quanto às funções, aos objetivos e à importância dessa atividade. Assim, destacam-se os seguintes resultados:

- a maioria dos respondentes concebeu como funções da extensão universitária: a difusão de inovações, a articulação ensino, pesquisa com prática; a

divulgação da instituição, a articulação ensino, pesquisa com demandas da sociedade; a difusão cultural, a disseminação de conhecimentos, a articulação com os órgãos públicos e o intercâmbio acadêmico/popular;

- quanto aos objetivos: a maior parte dos respondentes considerou, respectivamente, como: contato com a realidade, instrumento de aprendizagem, dimensão prática do ensino-aprendizagem e democratização do saber;
- quanto à importância dessa atividade: a maioria dos respondentes, apontou, respectivamente, como: incremento à consciência crítica, participação na sociedade, papel social, construção do conhecimento e promoção do desenvolvimento local.

Esse autor ressalta o desapontamento, por parte da comunidade acadêmica da UFLA, em relação à implementação da atividade extensionista na própria Universidade. Assim, quanto aos fatores considerados impeditivos para a execução da extensão universitária na UFLA, as variáveis que obtiveram maiores índices de concordância entre os respondentes foram: falta maior incentivo, vai contra a departamentalização, desinteresse dos professores, não há planejamento, as atividades de extensão são descontínuas, não há avaliação, a extensão não é valorizada pela academia. Com relação aos fatores impeditivos da extensão ligados à área rural, a maioria dos respondentes considerou como principais: há uma maior dificuldade de mobilização no setor rural, dificuldade de locomoção, a linguagem técnica é difícil, a tecnologia é inadequada para a agricultura familiar, a tecnologia é muito cara.

O estudo realizado por SILVA e SPELLER (2002) apresenta um avanço em relação aos estudos mencionados anteriormente, uma vez que focaliza, além da concepção de extensão pelos docentes e dirigentes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), as conseqüências, para a universidade, das concepções manifestadas e se a extensão praticada pela UFMT corresponde às expectativas da comunidade. Esse estudo demonstra haver uma diferença entre a concepção e a prática da extensão universitária: embora a maioria dos docentes conceba a extensão dentro da concepção processual, grande parte considera que a extensão,

na sua prática, se concretiza dentro da concepção tradicional (ou funcionalista), posto que as ações são pontuais, descontínuas, desvinculadas do ensino e da pesquisa, e de iniciativa pessoal do professor. Na concepção processual, a extensão é entendida como articuladora entre a universidade e a sociedade, para o atendimento das demandas sociais, propondo-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Já na concepção tradicional, a universidade é concebida como um complemento do Estado, na execução das políticas educacionais, e a extensão, como uma função específica, autônoma e desarticulada do ensino e da pesquisa. Ao investigarem os benefícios sociais resultantes da extensão, os autores destacam que esses docentes pesquisados consideram esses benefícios casuais, implicando na inexistência de um trabalho extensionista rotineiro, sólido e estável, voltado à comunidade.

De acordo com esses autores, a concepção de extensão predominante entre docentes e dirigentes da UFMT é a processual, posto que a extensão possui o mesmo status do ensino e da pesquisa. Nessa concepção, a extensão universitária figura como responsável pela ligação entre a universidade e a sociedade, sendo encarregada das questões sociais na prática da academia, e defende-se um espaço próprio para a extensão na estrutura da instituição.

Contraditoriamente, no mesmo texto, SILVA e SPELLER (2002:12) destacam que as concepções sobre extensão universitária manifestadas por docentes e dirigentes implicam na existência de uma prática fragmentada de conhecimento, em decorrência de:

- “realização de ações independentes do ensino e da pesquisa (pois a extensão é vista com autonomia para cumprir o papel social que lhe cabe);
- realização de ações heterogêneas, de difícil enquadramento na universidade, ou ações meramente assistenciais, não características desta instituição (o que não é ensino nem pesquisa é jogado na extensão, pois se acredita que ela tenha trajetória própria, aberta para o desempenho das diversas ações que atendam à sociedade);
- incentivo a uma concepção de conhecimento fragmentado, descontextualizado (pois a extensão é apenas eventualmente realizada);
- e o mais crucial: ficarem o ensino e a pesquisa isentos do compromisso de problematização da realidade e intervenção sobre ela (visto que a extensão, tendo essa missão, encarregar-se-ia de assumir tal tarefa)”.

Conforme esses autores, a expectativa da comunidade entrevistada com relação à extensão se refere a inovações, novidades, na busca de melhores condições de vida, e não assistencialismo. A comunidade considera a extensão praticada pela Universidade Federal de Mato Grosso paliativa e assistencial, sentindo-se cobaia dessa instituição. Os projetos de extensão desenvolvidos decepcionaram a comunidade, devido à descontinuidade e à indisponibilidade de recursos.

6.2. Compromisso social

Investigando o compromisso social da universidade brasileira através da extensão universitária, FAGUNDES (1986) focaliza as políticas extensionistas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), elaboradas a partir da segunda metade da década de 60. De acordo com esse autor, essas duas instituições, nesse período, concebiam a extensão como uma função inerente à universidade, uma modalidade de compromisso social dessa instituição, que ocorria através da prestação de serviços. Essa proposição extensionista, baseada na integração e justificada no bem-estar das comunidades abandonadas e desintegradas, tinham como objetivos o ajustamento e a acomodação social. Nas políticas extensionistas do MEC e do CRUB, em época de regime militar, as ações da universidade foram definidas e reorientadas para atender aos objetivos estabelecidos pelo Estado autoritário e pelas classes dominantes. Conceitualmente, a extensão universitária era concebida, na visão governamental, como uma maneira de ampliação dos compromissos da universidade para com a sociedade, por meio da prestação de serviços, utilizando soluções efêmeras para problemas periféricos e integrando os marginalizados do processo de desenvolvimento. Neste momento, enquanto as ações decorrentes da universidade poderiam ser difusas, o público alvo se identifica com todos aqueles que se colocam como marginalizados de um processo instituído, também difuso, que se assume, estão excluídos do ensino formal e da pesquisa universitária.

De acordo com esse autor, uma das principais metas da extensão universitária, nessas políticas extensionistas, era a integração cultural dos excluídos sócio-economicamente do sistema capitalista: a universidade, para cumprir o seu compromisso social, levaria, via extensão, a sua cultura àqueles que não tiveram acesso a ela, para a elevação da cultura popular. Para FAGUNDES (1986:144) essa integração, portanto, consistia numa “(...) adesão ideológica ao sistema vigente”: as mudanças, nessas perspectivas extensionistas, não afetavam as estruturas e nem tampouco as transformava. Nesse sentido, a extensão universitária ocultava as contradições do sistema, uma vez que o protegia e o legitimava.

A partir dessa constatação, FAGUNDES (1986) propõe uma nova perspectiva extensionista, que tem como base:

- a) o repensar da extensão universitária partindo da consciência de seus limites e de suas possibilidades, uma vez que a extensão pode acelerar as mudanças sociais como também freá-las;
- b) o compromisso da universidade com a transformação social, e não com a sua conservação. Para tanto, a extensão contribuiria no sentido de promover mudanças significativas nas estruturas sociais. Nessa perspectiva, a extensão universitária vincular-se-ia às “(...) soluções efetivas dos problemas básicos da comunidade...” (FAGUNDES, 1986:152). O ponto de partida seria o conhecimento da realidade em que a comunidade vive, em busca de transformações substanciais;
- c) a alteração do termo integração, concebido como um fator que impede mudanças e legitima o status quo, por articulação, com o propósito de permitir à comunidade a discussão de seus problemas, a descoberta dos fatores determinantes e a sua equação. Caberia à extensão “contribuir para a elevação da consciência da necessidade, para a formação do espírito crítico e para a instrumentalização da comunidade, de tal modo que esta se tome a protagonista de sua história” (FAGUNDES, 1986:153).
- d) a necessidade de implantação de uma autonomia efetiva na universidade, possibilitando-lhe a sua abertura, o seu relacionamento e o seu

comprometimento com a sociedade. Por autonomia efetiva, esse autor entende a gestão da universidade pelos professores, funcionários e estudantes.

Para esse autor, a extensão não é uma função inerente à estrutura da universidade, posto que essa se constituiu e evoluiu sem a presença da extensão. A sua presença na universidade é circunstancial, devido a uma determinada conjuntura histórica. Em conformidade com FAGUNDES (1986:156), só se justifica a presença da extensão na universidade à medida que essa função

“(...) acrescentar algo diferente àquilo que a universidade vem realizando em seu contexto histórico, através de suas funções de ensino e de pesquisa”.

Caso contrário, a extensão não terá razão de ser. Não obstante, esse autor admite que a Universidade, isolada, seria suficiente para introduzir e consolidar as mudanças.

O termo compromisso social é utilizado de forma semelhante por BOTOMÉ (1996). Para esse autor, o interesse é o papel da extensão universitária enquanto instrumento para realizar o compromisso social da universidade. Ele destaca que esse compromisso deva ser realizado por todas as atividades (ensino, pesquisa e extensão) da universidade, e não somente pela extensão, considerada como a atividade que o realiza.

Esse autor defende a importância do conhecimento existente sobre a universidade, os processos de produção de conhecimento, o papel do ensino e da pesquisa na sociedade, o papel dos órgãos constituintes da universidade, a atividade de extensão e suas relações com as demais atividades e instâncias da universidade. Nesse sentido, o autor, fundamentado em Gurgel (1986), investiga os programas e projetos de extensão elaborados a partir de 1968, os quais associam extensão universitária a ações destinadas às populações carentes e apresentam como metodologia o desenvolvimento de comunidades. Atribui-se, nessas propostas, à extensão universitária o papel de ponte entre a universidade e a sociedade: a extensão realimentaria a estrutura acadêmica e funcionaria como elemento capaz de provocar mudanças na universidade e na sociedade em geral.

Ao investigar o papel da extensão no compromisso social da universidade, BOTOMÉ (1996) destaca a importância de um delineamento sobre

a relação entre a universidade e a sociedade. O autor propõe que o ensino e a pesquisa sejam melhor concebidos e gerenciados em relação às suas possibilidades de contribuição social.

Esse autor, fundamentado em GURGEL (1986), cita Garcia, para quem a extensão universitária não tem realizado o seu compromisso social, posto que o seu papel tem sido encobrir o não envolvimento da academia com as transformações mais profundas da sociedade e viabilizar um acordo entre as elites, expresso nas ações e sob o comando do Estado.

Para BOTOMÉ (1996), a universidade tem realizado atividades e funções que são de responsabilidade de outras organizações sociais, como sindicatos, agremiações de classe, associações comunitárias, partidos políticos, órgãos públicos, configurando num ativismo político e social que envolve, de um lado, alunos jovens, idealistas e despreparados para uma ação efetiva, e de outro, professores inexperientes ou com pouca ou nenhuma formação acadêmica, científica e histórica. Portanto, o autor conclui que considerar a extensão universitária como o grande instrumento através do qual a universidade realiza o seu compromisso social é um equívoco ou um engodo.

SILVA e SPELLER (2002), ao investigarem a extensão universitária, utilizam uma terminologia diferente, que é função social da universidade. Esses autores propõem que essa função seja de responsabilidade do ensino e da pesquisa, constituindo-se em atividades relevantes para a sociedade. Para eles, a extensão não deve ser o elo de ligação entre partes independentes, mas a essência do ensino e da pesquisa. Para tanto, julgam necessária a construção de uma nova concepção de educação e de conhecimento, baseada na dimensão da totalidade, da complexidade, do inter-relacionamento e da contextualização.

6.3. Ensino, pesquisa e extensão

Essa é a dimensão que tem despertado o maior interesse dos pesquisadores: TOALDO (1977), DEMO (1980), SAVIANI (1984), CORDEIRO (1986), FAGUNDES (1986), NEVES (1993), SILVA (1995), NOGUEIRA

(1999), SOUSA (2000), TAVARES (2000), SANT'ANA (2002), SILVA e SPELLER (2002), principalmente em relação à terminologia indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a qual se refere ao princípio norteador da concepção de extensão universitária do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

Comparada às demais dimensões é a que apresenta o maior número de divergências interpretativas:

- a) não há consenso entre os autores sobre o significado da relação entre ensino, pesquisa e extensão e de que maneira ocorre a sua operacionalização, devido, em grande medida, à concepção imprecisa e vaga posta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Então como esperar consenso entre os pesquisadores se não há clareza conceitual sobre extensão, por parte do órgão responsável pela orientação, em âmbito nacional, da extensão?
- b) a definição dos três segmentos (ensino, pesquisa e extensão) que estruturam as ações da universidade brasileira não ocorre de forma explícita, configurando numa dificuldade empírica de definição dessas estruturas organizacionais na universidade;
- c) a existência de problemas relativos à operacionalização dessa relação, em decorrência da estrutura organizacional da universidade (divisão em departamentos, em pró-reitorias), que contribui para a fragmentação do conhecimento;
- d) ausência de proposições, entre os autores, sobre essa relação.

Os estudos, que se concentraram, na sua maioria, no período compreendido entre 1984 e 2000, não apresentam comunalidade sobre o que significa indissociabilidade e se ela realmente ocorre no âmbito da universidade, tanto em termos de organização como em termos de atividades.. Nesse sentido, procede-se à sistematização desses termos, agregando-os sob as dimensões que emergem das formas como eles são empregados.

6.3.1. Terminologias e conteúdos idênticos

Sob essa dimensão destaca-se a preocupação constante dos autores com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apesar dessa constatação, a indissociabilidade é apenas assumida, e não investigada pelos autores. Por exemplo, DEMO (1980), ao verificar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, destaca que esta função é o primo pobre, figurando sempre abaixo das demais funções. Para o autor, a extensão sempre careceu de uma fundamentação teórica satisfatória ou de uma prática convincente, sendo relegada ao voluntarismo e à emergência esporádica. Ele ressalta que a extensão jamais chegou a integrar a universidade por dentro.

Esse autor considera que a participação da extensão deva estar no mesmo nível institucional que o ensino e a pesquisa. Para tanto, ele sugere como alternativa que qualquer participação da extensão tenha o caráter curricular, obrigatoriamente. O autor entende que os projetos de extensão teriam outra dimensão se a academia adotasse a extensão como forma curricular.

Para SAVIANI (1984), para compreender a indissociabilidade é necessário abordar, juntamente, a extensão, com o ensino e a pesquisa. Para tanto, analisa a Lei 5.540, que, segundo ele, se fundamentava na unidade entre o ensino e a pesquisa. Pode-se considerar que a Lei é a referência para a pressuposição. De acordo com esse autor, a indissociabilidade expressa a possibilidade de delimitar funções diferentes à universidade, onde o escopo do ensino é a formação de profissionais, centrada na transmissão do saber; o da pesquisa é a produção de novos conhecimentos, a ampliação da esfera do saber humano, e o da extensão universitária é a articulação da universidade com a sociedade. Implícita a essa segmentação emerge um outro termo importante na caracterização da extensão universitária, que é articulação. Para o autor, articulação é a difusão do ensino e da pesquisa à comunidade, objetivando a elevação do nível cultural geral da sociedade. SAVIANI (1984:48) associa extensão universitária à transmissão de cultura, posto que entende que as universidades são um gueto na sociedade, não contribuindo para a elevação do

nível cultural da mesma. Para ilustrar, SAVIANI (1984:49) admite que a universidade se dedica a pesquisas e a um ensino não muito relevantes para a sociedade, preocupando-se “com problemas que não são os problemas da sociedade na qual está inserida”. Ele cita como exemplo uma pesquisa desenvolvida por uma universidade brasileira, que procurava pelo aumento da produtividade das galinhas em regiões polares. O interessante é que, com esse exemplo, as delimitações sobre a extensão universitária tornam-se mais complexas. Por exemplo, ao enfatizar a natureza do problema de pesquisa, poder-se-ia assumir que os segmentos sociais, como objeto da extensão universitária, deveriam participar do processo de pesquisa, e que se afasta da sua proposição inicial de extensão universitária como transmissão de cultura. Por outro lado, ao tentar delimitar o conceito de articulação, SAVIANI (1984) define-o por meio da prestação de serviços, a qual não envolve, necessariamente, as atividades nem de ensino e nem de pesquisa. Essa proposição se explicita quando o autor investiga o Projeto Rondon, concebendo como assistencialista e de prestação de serviços descontínua, não resolvendo o problema crônico das populações. Partindo da pressuposição de que a sociedade é a fonte de problemas, ele destaca a necessidade de a sociedade colocar os seus problemas. Esse contato com os problemas da sociedade é a condição para que o ensino e a pesquisa sejam relevantes, além de permitir a elaboração do saber popular. Para ele, o saber popular, comparado ao saber acadêmico, é uma forma diferente, não erudita, não elaborada de conhecimento. Portanto, ressalta a necessidade da organização da população para a elaboração do saber popular. A extensão universitária partiria dos conhecimentos da comunidade, em vez da proposta de justaposição de conhecimentos retirados de outro contexto e aplicados em determinada região.

Ao admitir a sociedade como fonte de problemas pragmáticos, SAVIANI (1984) atribui à extensão universitária o conteúdo utilitário, visando à solução de problemas, especialmente por meio de ações contínuas. Isso se sobressai quando o autor critica a natureza esporádica da prestação de serviço oferecida no Projeto Rondon. Novamente, esse autor apresenta o enquadramento da extensão universitária de forma complexa. Isto é, ela deve atuar na identificação de

problemas efetivos e, por isso, deve estar no mesmo nível do ensino e da pesquisa. Nota-se que o autor se estende entre os níveis da ação, dos problemas, até a sua organização institucional, sem apreender os diferentes níveis de inserção da extensão universitária na instituição de ensino.

Nessa mesma linha de apreensão da extensão universitária, NOGUEIRA (1999:91-92) admite que a noção de indissociabilidade deve ser referência para redimensionar a extensão. Com isso, essa autora espera superar a antiga visão da extensão como transmissão de conhecimento, sua forma assistencialista, sendo uma atividade secundária na universidade, dissociada do ensino e da pesquisa. A princípio, tem-se a pressuposição de que NOGUEIRA (1999) propõe a investigação sobre a indissociabilidade, mas a autora apenas assume que ela deve ocorrer.

NOGUEIRA (1999:154) concebe a extensão universitária como

“uma dimensão da vida acadêmica que articula as outras duas de forma indissociável, facilitando a interdisciplinaridade”.

Ela associa essa concepção de extensão à cobrança da presença dessa atividade na rotina da universidade, implicando na sua institucionalização. Nesse momento de seu texto, observa-se a preocupação com a dimensão organizacional da extensão universitária, mas que a autora não especifica como se daria essa articulação, essa institucionalização, e nem as exemplifica.

De acordo com NOGUEIRA (1999:241), a relação entre o ensino e a extensão provoca mudanças no processo pedagógico, posto que a extensão, além de possibilitar a democratização do saber acadêmico, permite o teste desse saber e sua reelaboração quando do seu retorno à universidade. Portanto, a sociedade é vista como fonte de problemas, complementando a formação acadêmica. Por outro lado, a relação entre a pesquisa e a extensão, para ela, ocorre quando a pesquisa contribui para a transformação da sociedade. Nesta proposição, apresentada de forma tão sucinta pela autora, pode-se dizer que está implícita a pressuposição da relação linear entre a pesquisa e a sociedade, assumindo que os produtos gerados podem ser estendidos, automaticamente, à sociedade. Ou seja, que tudo que a universidade pesquisa seria útil à sociedade.

O estudo desenvolvido por TAVARES (2000) aproxima-se das proposições dos autores apresentados anteriormente. Para essa autora, a indissociabilidade é também assumida, admitindo que a extensão se realiza através do ensino e da pesquisa, se constituindo em referência necessária à formação do novo paradigma de universidade. Essa proposição se justifica porque a autora assume que a universidade brasileira deve estar comprometida com os interesses da maioria da população.

Essa autora defende a articulação e a inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, a partir da extensão. Deste modo, a questão se volta à articulação, mas que é requerida, não investigada. Por exemplo, admite que a extensão universitária redimensiona o ensino e a pesquisa, e a vincula à transformação dos indivíduos e da sociedade. Deste modo, também sobressaem dois aspectos: a sociedade como fonte de problemas e a vinculação linear entre universidade e sociedade, e não apenas a pesquisa e a sociedade. Na realidade, são duas abstrações.

Na terminologia de TAVARES (2000), a extensão expressa a dimensão social da universidade. Com isso, a extensão passa a ter a função de legitimação do conhecimento produzido e repassado pela universidade, bem como a mediação desse conhecimento com os interesses da população. Para ela, essa vinculação entre o conhecimento construído e transmitido pela universidade, e os interesses da sociedade é a concepção da Universidade Cidadã. Ao refletir sobre a vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades da população a curto e a longo prazo, destaca a possibilidade de a extensão, através de suas atividades, efetivar, de forma direta, essa vinculação, implicando na democratização do saber acadêmico. Como concepção, nota-se a construção da extensão universitária por meio de algumas dimensões, que são: articulação, sociedade e conhecimentos (assimilados e gerados), com o pressuposto de que as justificativas dos conhecimentos somente ocorrem se a sociedade é alterada por eles. Essa síntese se explicita quando TAVARES (2000) destaca que os anos 70 e 80 apontam para uma universidade preocupada com a socialização da cultura. Ela enfatiza que o termo Universidade Cidadã tornou-se corrente no meio

acadêmico, a partir de 1994, período marcado por grave crise econômica e social. Conforme essa autora, a extensão, sob a concepção de Universidade Cidadã, transforma-se em prática acadêmica, interligando a universidade, nas atividades de ensino e pesquisa, às demandas da maioria da população,

“deixando de ser entendida apenas como prestação de serviços pontual e desarticulada de uma proposta pedagógica institucionalizada” (TAVARES, 2000:7).

De acordo com TAVARES (2000:7), dentro do paradigma de Universidade Cidadã, a pesquisa se vincula a transformações sociais. Quanto à dimensão extensionista da pesquisa, expressa-se quando essa se refere aos problemas reais e concretos da sociedade, privilegiando ações e proposições utilitaristas. Ainda sob o paradigma de Universidade Cidadã, adota-se um novo conceito de sala de aula. Amplia-se a sua abrangência, compreendendo todos os espaços dentro e fora da universidade em que se concretiza o processo histórico-social. Seria a aquisição de conhecimento pela participação, sem explicitar como isso ocorre.

SOUSA (2000) investiga a extensão universitária enquanto instrumento articulador do ensino e da pesquisa. Essa autora ressalta a diversidade de definições sobre extensão universitária, as quais seriam tentativas para a criação de limites para a sua prática ou para funcionar como justificativa para práticas sem clareza dentro da Universidade. Com isso, a extensão universitária tem depreciado o seu status dentro da academia. É a preocupação com o emprego dos termos, admitindo que assumir a indissociabilidade não se soluciona a questão da extensão extensionista e nem da articulação da extensão com o ensino e a pesquisa.

Para se afastar da vulnerabilidade dos termos e conteúdos, SOUSA (2000) introduz o termo processo, procurando estender o emprego dos termos indissociabilidade, articulação, etc., que tem origem nas proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Entretanto, apesar de assumir que o termo processo amplia a noção de integração entre a universidade e a sociedade, entre a oferta e a demanda do conhecimento e

entre a pesquisa e os problemas concretos da sociedade, esse termo não é definido adequadamente.

Conforme SOUSA (2000:11), a presença da extensão ocorre quando:

- a) a universidade ultrapassa seus muros. Contudo, não significa que qualquer trabalho fora do campus seja considerada de extensão;
- b) as ações acadêmicas transcendem o ensino e a pesquisa;
- c) a universidade (professores, alunos e servidores) devolve à comunidade os resultados do ensino e da pesquisa, através de curso, promoção de eventos, serviços, apresentações, etc., desde que tais ações não tenham cunho assistencialista junto à população carente;
- d) o alvo dessas ações acadêmicas não seja aqueles que estão na universidade.

Dessa forma, segundo essa autora, ao responder às demandas sociais, a extensão cumpre o seu compromisso social. Nesse sentido, ela defende a participação da extensão no resgate da cidadania, que, a seu ver, é uma obrigação da universidade.

Na investigação sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, FREIRE (2000) admite que essas atividades são tratadas como atividades distintas e como finalidades da Universidade, ocorrendo uma confusão entre meios e fins. Esse autor cita como exemplo da ausência de indissociabilidade a divisão interna das Universidades (Pró-reitoria ou outra denominação como decanato, secretaria, coordenação etc., de ensino, de pesquisa e de extensão).

FREIRE (2000) destaca a existência de uma confusão sobre a extensão universitária: ora possui uma função redentora do ensino e da pesquisa, distantes da sociedade; ora aparece como único meio de integração da Universidade com a sociedade; ora, como uma mera assistência social, substituindo a função de outras instituições sociais e do governo. Para ele, a função da Universidade é produzir e distribuir conhecimentos, através do ensino, da pesquisa e da extensão. FREIRE (2000:12) ressalta o caráter assistemático com que a extensão vem sendo viabilizada, sob a forma de prestação de serviços sociais,

desvinculada do ensino e da pesquisa, “visando assumir a responsabilidade de outras instituições governamentais”.

De acordo com FREIRE (2000:12), o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão surgiu nas universidades norte-americanas e européias no fim do século XIX. Segundo ele, a extensão, como indissociável das demais funções, configurava-se como uma complementação à educação teórica e possibilitava aos estudantes e professores a realização de pesquisa. A extensão voltava-se também para trabalhos com educação de adultos, estando vinculada ao desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e outras atividades. Ele enfatiza que a atuação da extensão não era prioritariamente voltada às comunidades carentes desassistidas pelas agências sociais.

Esse autor ressalta que, no Brasil, desde 1931, data da aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras e da primeira referência a essa atividade, a extensão tem sido vinculada, na maioria das vezes, ao atendimento dos interesses dos sucessivos governos, em troca de um “valor social”, em contraposição, muitas vezes, ao ensino e à pesquisa. Para FREIRE (2000:13), é como se a extensão funcionasse como um “balcão de troca de interesses e favores”, contribuindo para que a Universidade assuma funções e tarefas que não lhe são próprias e deixe de cumprir com o seu papel, que é a produção e a distribuição de conhecimentos.

De acordo com FREIRE (2000:13), a extensão é, dentre as atividades universitárias, a mais negligenciada, em termos de prática e de teoria, dispondo de pouca bibliografia a seu respeito e de poucos pesquisadores. Ele enfatiza a existência de uma hierarquia implícita na Universidade: aparece, em primeiro lugar, o ensino; em seguida, a pesquisa e, por último, a extensão. Essa hierarquia implícita está presente também na estrutura administrativa: a extensão precisa se adaptar, em primeiro lugar, ao ensino, e, em seguida, à pesquisa.

Esse autor destaca a necessidade da extensão, por parte da Universidade, para

“ampliar sua intervenção social, mostrar serviço, propalar seus conhecimentos, atuar na educação continuada da sociedade em que está inserida, difundir pelo maior número de pessoas, mesmo para o público externo, a sua função e

importância, sua utilidade, angariar fundos através de prestação de serviços, participar mais ativamente do desenvolvimento social e econômico, contribuir para o esclarecimento da opinião pública” (FREIRE, 2000:13-14).

Ele associa a extensão à necessidade, por parte da Universidade, de criação de parcerias com os diversos setores sociais, para a sua sobrevivência.

FREIRE (2000:15) defende a extensão

“como parte efetiva do processo de formação dos alunos, como possibilidade de realização de novas e significativas pesquisas, como integração de professores e alunos de áreas diferenciadas na obtenção de uma perspectiva interdisciplinar, como educação continuada e atualização de profissionais, e não como mera assistência social para populações desassistidas pelos organismos governamentais”.

Esse autor vincula extensão universitária a desenvolvimento econômico e social, e difusão de conhecimento, permitindo às pessoas o autodesenvolvimento.

Embora esses estudos relacionados à extensão universitária, apresentados anteriormente, tenham sido desenvolvidos em diferentes períodos: SAVIANI (1984), NOGUEIRA (1999), FREIRE (2000), TAVARES (2000) e SOUSA (2000), percebe-se o interesse dos autores pela comunalidade de termos e conteúdos, não proposições sobre a extensão universitária. Além disso, pode-se identificar as vulnerabilidades do emprego desses termos, os quais passam a ser mais preocupantes do que as comunalidades. Em outros termos, para os propósitos dessa pesquisa, ressalta-se que as vulnerabilidades podem ser mais importantes para a concepção alternativa de extensão universitária do que as comunalidades identificadas.

6.3.2. Terminologias iguais e conteúdos diferentes

O emprego dos mesmos termos mas com significados diferentes ocorre quando se identifica como os estudos operacionalizam os conceitos no desenvolvimento da pesquisa empírica.

FAGUNDES (1986:156), ao investigar as relações entre ensino, pesquisa e extensão, destaca a inexistência de clareza e a confusão entre essas funções, quando entendidas sob a perspectiva de sua dimensão social. Para ele, o ensino e

a pesquisa são uma forma de extensão: ambas as funções são extensivas em relação aos segmentos a que se dirigem.

Indagando sobre o porquê da existência da extensão, esse autor admite que a universidade, em relação ao ensino e à pesquisa, é anti-social e elitista. Daí porque, para ele, é a relevância social que justifica a presença da extensão na universidade, e não a sua inerência. Isso ocorre em virtude de o ensino e a pesquisa estarem desvinculados das necessidades da maioria da sociedade, tomando a universidade irrelevante para o conjunto da sociedade.

FAGUNDES (1986:157) vincula extensão à reorientação do ensino e da pesquisa, por parte da universidade, através da socialização de seus benefícios, isto é, os resultados do ensino e da pesquisa deveriam ser utilizados pela maioria da sociedade, para o atendimento de suas necessidades. Por isso, o autor propõe que a extensão não deva ser considerada função perene e inerente à universidade, pois a inerência e a perenidade dessa função contribuem para a manutenção da universidade, desvinculada da sociedade, necessitando, sempre, da extensão, para compensar o seu caráter anti-social. Portanto, ele defende que a extensão tenha o caráter da provisoriedade, deixando de existir, conseqüentemente, após a sua contribuição

“... para a deselitização do ensino e da pesquisa, para as transformações estruturais da sociedade e para a socialização da universidade...” (FAGUNDES, 1986:157).

Nessa perspectiva, a extensão não seria uma função da universidade, mas uma estratégia.

O estudo realizado por SANT’ANA (2002), relacionado à importância da extensão universitária na formação dos alunos da UNESP – campus de Franca – SP, é um exemplo desse fato, evidenciando a extensão universitária, enquanto atividade curricular, especificamente o estágio. Para a autora, o estágio possibilita ao aluno o desenvolvimento de um trabalho sistematizado junto à população. Contudo, ela não explicita conceitualmente o que é trabalho sistematizado. Infere-se que essa autora vincula extensão universitária à formação do aluno. Ao investigar as atividades de extensão, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, elas se sobressaem como prestação

de serviço ou assessoria nas áreas jurídica, social e educacional. Elas são atividades que envolvem prestação de serviço e organização da população, nas áreas de cidadania e direitos sociais ou trabalhos

“voltados para a superação das contradições postas pelo capitalismo seja no campo ou na cidade” (SANT’ANA, 2002:2337).

De acordo com a pesquisa dessa autora, foi possível constatar o envolvimento do aluno extensionista com a pesquisa e com a vida universitária, através da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Operacionalmente, o aluno extensionista é a vida universitária, articulando ensino, pesquisa e extensão, onde o articular se resume na transferência de conhecimento adquirido via socialização acadêmica. Por envolvimento com a vida universitária, essa autora entende a participação do aluno em comissões ou em outras unidades da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca. Embora essa autora afirme haver um certo consenso quanto à articulação, via extensão, entre ensino e pesquisa, a sua análise se restringe à participação do aluno extensionista na função pesquisa, sem especificar se ocorre ou não essa articulação. Em outros termos, a sua preocupação foi mostrar que esse aluno faz pesquisa. Sob essa proposição, para haver a distinção entre articular e participar, no primeiro, tem-se a síntese do conhecimento adquirido e, no segundo, a forma de participação na pesquisa.

SILVA e SPELLER (2002:10), ao investigarem as relações entre ensino, pesquisa e extensão, destacam divergências de opinião entre docentes e dirigentes entrevistados da Universidade Federal do Mato Grosso:

- a) enquanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é considerada um ideal, para os docentes, apesar de nem todos acreditarem na sua implantação, não há consenso, entre os dirigentes, quanto à aceitação desse princípio e de sua aplicabilidade;
- b) os docentes acreditam na existência de um pensamento fragmentado, dominante, subjacente às três funções da universidade, aos cursos e aos departamentos. Essa fragmentação, para esses professores, está presente no modo de pensar e agir da instituição. Já os dirigentes, alguns concordam,

outros discordam de que essa fragmentação seja um pensamento dominante naquela instituição.

6.3.3. Terminologias diferentes e conteúdos idênticos

O termo indissociabilidade é concebido de forma diferente por NEVES (1993). Para essa autora, o interesse é a interdependência entre as funções, focalizando o grau dessa interdependência. Ela investiga as relações de dependência e de autonomia funcional da extensão universitária em relação ao ensino e à pesquisa. É o exemplo de como o termo indissociabilidade se transforma em objeto de estudo. Para tanto, analisa a extensão praticada pela Universidade Federal de Viçosa, no período de 1984 a 1988. Essa autora entende como dependência

“(...) a existência de relações de complementaridade entre a prática da extensão e as demais práticas da Universidade em contraposição a um possível caráter aleatório da primeira. Em oposição à dependência, deve-se entender autonomia como seu antônimo correspondente, ou seja, independência da existência de tais relações” (NEVES, 1993:9).

Ao investigar a interdependência, a autora enfatiza a dimensão funcional dessa interdependência, que é concebida como mecanismo de retroalimentação do ensino e da pesquisa (um processo dependente e vinculado ao ensino e à pesquisa). Em termos conceituais, apesar dos termos diferentes, o conteúdo é o mesmo, pois se atém à retroalimentação para expressar a vinculação entre ensino e pesquisa.

De acordo com NEVES (1993), a extensão universitária possui autonomia relativa diante do ensino e da pesquisa, variando (autonomia maior ou menor) de acordo com a natureza dos objetivos de cada atividade, projeto ou programa de extensão. Aliás, para ela, essa autonomia não é exclusiva da extensão, mas pertinente também ao ensino e à pesquisa. Contudo, a autora não atribui significado ao termo “autonomia relativa”.

Essa autora, referindo-se à autonomização funcional por que passou a extensão da UFV após a década de 70, enquadra a extensão universitária no seu contexto organizacional. Como problema a ser investigado, ela admite que é

necessário investigar se a estrutura organizacional da extensão da UFV possibilitou algum ganho em termos de conteúdo de ações das referidas unidades, beneficiando o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, há a referência às ações da Divisão de Assuntos Culturais como complementação da formação acadêmica, especialmente quanto à educação humanística, não havendo integração com a maioria das áreas acadêmicas.

NEVES (1993), ao se estender sobre a inserção organizacional da extensão universitária, destaca, dentre as várias instituições, a diferenciação de procedimentos. Por exemplo, enquanto a UnB e a UNICAMP se encontram em estágio avançado de institucionalização interna, a UFV não dispõe do mesmo processo. Com isso, nota-se que o mesmo termo, extensão universitária, pode, tanto em termos de articulação, participação e indissociabilidade, estar vulnerável à sua organização institucional. Essa situação se justifica porque, enquanto o ensino e a pesquisa possuem essa estrutura formal rígida, apresentando semelhanças entre as diferentes instituições, a extensão não possui essa formalização. Nesse sentido, as ações de extensão da UFV, desenvolvidas por diferentes órgãos, não figuram, para a autora, como ensino e nem como pesquisa. O importante é que, pelo enfoque formal de organização, a articulação indissociável entre ensino e pesquisa deixou de existir.

6.3.4. Terminologias e conteúdos diferentes

TOALDO (1977), ao investigar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, focaliza o papel da extensão universitária em relação às demais funções. Para o autor, cabe à extensão universitária alimentar o ensino e a pesquisa. Contudo, ele não atribui significado ao termo “alimentar” e nem o exemplifica.

Esse autor destaca os benefícios que a extensão proporciona à universidade:

a) no âmbito do ensino: de acordo com TOALDO (1977), a principal contribuição da universidade, como consequência de sua integração ao meio e

da extensão, é o conhecimento da realidade, permitindo-lhe a identificação de problemas, o que motivaria a realização de estudos, de pesquisas, de iniciativas e de atividades, envolvendo a comunidade acadêmica. O conhecimento da realidade permite à universidade enriquecer os seus planos de ensino, estabelecer objetivos operacionais mais realistas e melhor implementados, no sentido de fornecer aos estudantes os elementos e o saber de que necessitam para o desempenho sócio-profissional, e oferecer um conteúdo programático, baseado também em experiências reais;

- b) no âmbito da pesquisa: em conformidade com TOALDO (1977), essa função se justifica a partir da existência de problemas, os quais seriam identificados pelos docentes e pelo Departamento. O autor considera a comunidade um laboratório vivo, propondo a investigação da realidade local e regional;
- c) no âmbito da formação do estudante: para TOALDO (1977), a formação humana e profissional do estudante é a forma, por excelência, de a universidade servir à sua região e à pátria, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Apenas a atuação da universidade na extensão permite à academia assegurar as condições propícias à boa formação do aluno.

TOALDO (1977) concebe a extensão como indispensável à universidade, nas suas funções de ensino e de pesquisa e na formação de profissionais. Para o autor, a universidade, por meio da extensão, se renova, se dinamiza e se atualiza constantemente, enquanto serve à comunidade e participa dos planos desenvolvimentistas da região e do país.

CORDEIRO (1986) investiga a extensão universitária, sob a dimensão do trabalho comunitário, isto é, a ação universitária na comunidade. Essa autora concebe a extensão universitária enquanto experiência que pode ligar a Universidade, de forma mais estreita e cotidiana, aos problemas da população brasileira. Para ela, esse contato efetivo com a sociedade permitiria à Universidade transformar o ensino e a pesquisa, além da democratização do país, concebida como a emergência política das camadas populares.

Essa autora destaca a necessidade de uma autêntica comunicação entre a Universidade e a sociedade. Para tanto, defende a mudança de paradigma quanto

à construção da ciência, principalmente em relação aos objetivos e métodos, à transmissão do saber (se acadêmica ou academicista) e à concepção de modernidade (se o ser moderno significa ser racionalista e tecnocrático).

CORDEIRO (1986) salienta a importância de a Universidade mudar a sua forma convencional de relacionamento com a sociedade, superando a arrogância de se considerar a detentora exclusiva do saber, para cumprir, de maneira mais viva e dinâmica, a sua responsabilidade social de produtora de conhecimento e aprender a realizar ciência vinculada à vivência concreta das pessoas e dos grupos que a cercam. Essa autora vincula as iniciativas da extensão universitária à influência cultural dominante do autoritarismo e do elitismo, posto que a universidade se posiciona como dona do saber, menosprezando a cultura das classes populares e limitando, conseqüentemente, a relação Universidade X Sociedade à prestação de serviços: prestam-se alguns serviços a uma população, que, segundo a Universidade, nada tem a lhe oferecer. Para ela, isso implica num paternalismo autoritário.

De acordo com essa autora, na passagem, por parte da Universidade, da prestação de serviços a uma “ação comunitária”, continua prevalecendo a vocação elitista da Universidade, que se transforma em “agente de mudanças”, para “sensibilizar” a comunidade-“alvo” ou clientela, transformada em objeto a ser “trabalhado” pelo sujeito externo. Para ilustrar a “ação comunitária”, ela cita as extrações de dentes, as palestras sobre higiene e a distribuição de filtros, consistindo, a seu ver, numa invasão desrespeitosa, em manipulação e artificialismo, além de revelar as imensas dificuldades da Universidade em estabelecer uma comunicação com os setores populares.

Para tornar a comunicação autêntica entre a Universidade e a sociedade, CORDEIRO (1986) considera como indispensáveis as seguintes condições:

- a) necessidade de repensar a visão de conhecimento e saber, implicando na superação do racionalismo instrumental e na compreensão do saber como realidade integrada e ampla de vida, o que contribuiria para a valorização da visão de mundo e das práticas realizadas pelas classes populares no enfrentamento de seus problemas;

- b) a função da Universidade seria assessorar as comunidades em sua organização, colocando o seu saber a serviço delas. Para tanto, a Universidade teria de caminhar junto com o povo, além de abandonar a concepção de extensão enquanto grande captadora de recursos para a Universidade, especialmente na área de ação comunitária. Conseqüentemente, abandonar-se-ia a concepção de extensão enquanto marketing, vitrine de serviços prestados. Para ilustrar essa concepção de extensão, a autora cita as exposições de fotografias ou slides em que as crianças pobres sorriem agradecidas ao profissional "salvador"; em que é focalizada a distribuição de merenda ou ministrada a palestra sobre “Tratamento de Água Potável para a Saúde da Família”;
- c) necessidade de a Universidade trabalhar junto às associações comunitárias, assessorando uma ou mais organizações existentes, como, por exemplo, a associação de moradores, grupos de jovens, clubes de mães;
- d) necessidade de a Universidade decodificar a linguagem científica, no contado com a população, para que a mesma possa participar da discussão sobre os problemas coletivos e sobre os grandes temas gerais da atualidade. Para ilustrar essa situação, a autora sugere a elaboração de uma cartilha popular sobre um assunto qualquer, em que houvesse um diálogo entre personagens fictícios, simbolizando as pessoas com seus problemas reais, em situações concretas.

Numa linha de apreensão diferente, BOTOMÉ (1996), ao investigar a extensão universitária brasileira, concebe ensino, pesquisa e extensão como atividades (instrumentos, condições ou meios) que permitem a realização dos objetivos da universidade. Ele destaca a ocorrência de uma confusão na universidade, a qual concebe, em seus estatutos e regimentos, tais atividades como tarefas, atribuições ou objetivos institucionais, contribuindo para a não existência de uma identidade para a academia. Para o autor, a universidade confunde atividades rotineiras com os objetivos dessas atividades, concebendo ensino, pesquisa e extensão como fins, e não como meios para alcançar um objetivo significativo e definidor da academia.

De acordo com esse autor, a universidade, através da extensão, tem substituído outras agências sociais, atuando em função de emergências, urgências e costumes, e dando menor importância à realização daquilo que é a sua missão, o que implica na descaracterização da universidade. Por isso, ele defende que a missão da universidade é a produção do conhecimento, tornando-o acessível à sociedade. Para o autor, essa missão fornece à universidade uma identidade definida, permitindo a sua distinção em relação a outras instituições sociais.

BOTOMÉ (1996) ressalta que a criação da extensão universitária brasileira ocorreu em virtude de o ensino ser alienante e de a pesquisa ser alienada: a primeira atividade, então, salvaria ou compensaria os defeitos das demais atividades. Contudo, ele destaca que a extensão universitária brasileira apresenta os mesmos defeitos do ensino e da pesquisa, configurando-se num conjunto de ações, a partir dos interesses da academia. Para o autor, com a criação da extensão universitária, não houve avaliações, críticas e melhorias do ensino e da pesquisa, mas isso possibilitou à universidade realizar outras coisas que contribuíssem para a sua aceitação e para a popularidade política de seus dirigentes, sem mexer com o ensino e com a pesquisa.

Esse autor entende fazer ensino, pesquisa e extensão como classes (ou tipos) de atividades, por meio das quais a universidade produz o conhecimento, tornando-o acessível à sociedade, e não como objetivos dessa instituição. Para ele, os objetivos da universidade são essa produção do conhecimento e esse acesso ao conhecimento.

Ao investigar as relações entre Ciência, pesquisa e extensão universitária, BOTOMÉ (1996) considera importantes duas dimensões do processo de produção do conhecimento: a sua origem e a destinação de seus resultados. Por isso, o autor propõe uma modificação desse processo, baseada numa maior clareza sobre o seu desenvolvimento, levando em conta essas dimensões, em busca de uma maior ou melhor relação com a sociedade, no âmbito da pesquisa, o que implicaria em tornar a extensão desnecessária para corrigir a alienação e o descompromisso da pesquisa.

Quanto à relação entre ensino e extensão universitária, esse autor destaca a confusão conceitual, por parte da universidade, que concebe ensino superior como somente ensino de graduação, implicando numa redução da sua esfera de influência social. Por outro lado, ele enfatiza a necessidade de diversos tipos de ensino, por parte dos vários segmentos sociais. O autor critica, ainda, as características artificiais do ensino de graduação e a sua distância da realidade social. Para a resolução de tais problemas, ele propõe a necessidade de rever a concepção de ensino superior e de ampliação das modalidades de ensino na universidade.

BOTOMÉ (1986) ressalta que, ao invés de resolver os problemas do ensino, a extensão contribuiu para a descaracterização daquela atividade. O autor concebe ensino superior como:

"Ser 'superior' significa que esse tipo de ensino deve ser realista, capaz de auxiliar na solução dos problemas sociais, ser atualizado cientificamente, capacitar os alunos a pensar a partir dos problemas, criar soluções efetivas para esses problemas à luz do conhecimento existente, derivar do conhecimento científico novas formas de conduta profissional e pessoal, agir em função de efeitos ou resultados a longo prazo e em grandes abrangências, trabalhar de forma a criar outras oportunidades de trabalho (gerar emprego e não apenas obter um para si). Isso sem acrescentar as preocupações com uma consciência crítica da realidade social, uma responsabilidade profissional, uma ética profissional, uma maturidade social, emocional, etc." (BOTOMÉ, 1986:111-112).

Esse autor propõe que o planejamento do ensino seja realizado a partir das necessidades e exigências sociais. Dessa forma, ele acredita que o ensino não precisa da extensão, para a realização de um compromisso social ou para o desenvolvimento de um trabalho socialmente significativo.

Esse autor propõe, então, que o ensino e a pesquisa tenham sua gênese e a destinação dos seus resultados baseadas no conhecimento das necessidades e problemas da sociedade.

Para BOTOMÉ (1996), os problemas relativos às relações entre o ensino e a extensão e entre essa atividade e a pesquisa permanecem sem solução, devido à falta de acesso a esse conhecimento (relações entre essas atividades), por parte de cientistas e professores universitários que trabalham com essas atividades e à pouca sistematização e integração dos conhecimentos disponíveis acerca das

relações entre essas atividades. O autor apresenta, então, proposições sobre a extensão universitária, com o propósito de superar as suas limitações conceituais e as suas práticas atuais:

a) pesquisa e extensão universitária: há a necessidade de a pesquisa localizar-se e inserir-se em vários contextos, para que seja relevante para a sociedade. O primeiro contexto se refere à relevância científica da pesquisa, através do mapeamento do conhecimento já existente, localizando e inserindo a pesquisa na área, em áreas afins e no conjunto do trabalho da Ciência. O segundo contexto, que complementa o primeiro, é o critério de relevância social, relacionado à contribuição que os resultados da pesquisa traz para a sociedade. O terceiro contexto é o critério de atualidade histórica, referente à atualidade de um problema de pesquisa ou de determinado assunto. Para o autor, se esses aspectos da pesquisa forem seguidos, essa atividade não necessitará da extensão;

b) ensino e extensão universitária: o ensino superior teria quatro características: 1) o ensino seria planejado levando em conta as exigências da realidade com que o aluno defrontará quando sair da universidade; 2) o ensino seria realizado em permanente contato com os problemas, organizações, instituições e empresas da sociedade; 3) o ensino seria multidisciplinar; 4) o conceito de profissionalização seria ampliado, para superar o conceito de curso profissionalizante. A capacitação envolveria os seguintes aspectos do trabalho na sociedade: “... responsabilidade social, comportamento ético, relacionamento social, auto-cuidado, cuidado com o ambiente, exercício da cidadania, capacidade de planejamento, investimento (não no sentido financeiro apenas), administração de recursos e avaliação do trabalho” (BOTOMÉ, 1996:133). Dessa forma, para o autor, o próprio ensino faria a sua extensão, dispensando a atividade extensão.

Esse autor aponta a existência de problemas conceituais relativos à extensão, principalmente a parte do conceito que se refere à articulação entre as três atividades. Para o autor, a extensão não articula o ensino e a pesquisa, uma

vez que ela não é sujeito ou agente. Ele considera que, para ocorrer a articulação, é necessário que o ensino e a pesquisa tenham certas características ou que

“... aconteça pela conduta do aluno perante as situações com que se defronta (sua 'realidade')” (BOTOMÉ, 1996:84).

6.4. Política de extensão universitária

DEMO (1980) investiga a extensão universitária sob a dimensão das políticas públicas. Esse autor admite que a Universidade deva assumir o seu compromisso com a política social por dois motivos: é integrante da política social, porque faz parte da política de educação e cultura; por autocrítica, porque necessita reconhecer que deve à sociedade a retribuição pelos privilégios de que goza. Para ele, a extensão universitária não pode ser tratada através de um simples enfoque, dada a sua complexidade e importância.

Esse autor defende que a educação deve ser concebida como um fenômeno de desenvolvimento social, influenciado econômica e politicamente, e não apenas como fenômeno de sala de aula. Para ele, apesar de a educação ser uma variável importante no processo de ascensão social, muitas vezes as condições de participação econômico-social e política são mais decisivas. O autor entende que a educação, concebida apenas como fenômeno pedagógico, figura em plano secundário, posto que a pobreza econômica e política causa mais obstruções à ascensão social do que o analfabetismo. Por isso, concebe a educação sob a dimensão cultural, a qual garante a criatividade participativa da comunidade.

DEMO (1980) destaca que o processo de desenvolvimento social é condicionado por duas capacidades:

- 1) a capacidade sócio-econômica da comunidade e da região, entendida por ele como “(...) a necessidade de uma estrutura produtiva voltada para o atendimento das populações mais carentes e a oferta de serviços sociais que superem a seletividade contra a pobreza, para que esta obtenha emprego satisfatório, educação média profissionalizante, inclusão na previdência, apoio à nutrição, saúde e higiene, e assim por diante” (DEMO, 1980:122-123).

2) A capacidade política, concebida como a participação da comunidade nas decisões e do fomento de suas prerrogativas culturais.

NOGUEIRA (1999) aborda a extensão universitária sob uma outra dimensão, que é a sua política. Ao analisar as políticas de extensão universitária brasileira no período 1975-1999, considera a constituição e a atuação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras como um ator social, na formulação de políticas e diretrizes de ação para a atividade extensionista. Para essa autora, devido à diversificação da prática de extensão nas várias instituições, havia uma necessidade de conceituar, delimitar e orientar essa ação. Com esse escopo, segundo essa autora, criou-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que definiu, ao longo de seus doze anos de atuação, diretrizes conceituais e políticas de ação para as IES (Instituições de Ensino Superior). Aquela instituição é concebida por ela como uma comunidade de comunicação, de diálogo, direcionado pelo entendimento.

De acordo com essa autora, a extensão praticada, atualmente, nas universidades públicas brasileiras segue as diretrizes emanadas do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, direcionando-se para atender às demandas da maioria da população. Tais demandas, conforme a autora, provêm das comunidades, dos setores organizados da sociedade civil e de órgãos das administrações públicas, no âmbito federal, estadual e municipal.

NOGUEIRA (1999) destaca a existência de uma contradição: o MEC cobra das universidades uma atuação efetiva junto à sociedade, em especial os segmentos sociais que não são atendidos por ele, mas não lhes proporciona suporte para a realização da extensão. Para a autora, não há por parte do MEC, financiamento à extensão universitária, ao contrário do ensino e da pesquisa. Ela considera insignificante o espaço reservado à extensão universitária, nas políticas governamentais de caráter mais amplo.

SILVA e SPELLER (2002) investigam a extensão como função social da universidade, a partir da relação que estabelece com o ensino e a pesquisa. O seu estudo problematiza a política de extensão na Universidade Federal de Mato

Grosso, através da análise de um único programa, que compreende projetos e envolve diversos cursos.

De acordo com esses autores, os principais problemas relativos à extensão universitária, apontados pelos professores dessa instituição são: ausência de uma política de extensão, limitação dos recursos financeiros, desvinculação entre ensino, pesquisa e extensão, e o currículo. Em relação aos benefícios sociais resultantes da extensão, esses docentes consideram-nos casuais, implicando na inexistência de um trabalho extensionista rotineiro, sólido e estável, voltado à comunidade.

6.5. Troca de saberes

Sob a perspectiva da integração entre os saberes acadêmico e popular, há o estudo de SILVA (1995). Ela analisa a 63.^a Semana do Fazendeiro, atividade de extensão realizada em 1992 pela Universidade Federal de Viçosa, dentro da vinculação da universidade à sociedade, tendo como foco a integração do conhecimento sistematizado e acadêmico do professor/instrutor com o conhecimento não-sistematizado e não-acadêmico do produtor/participante.

Para essa autora, as terminologias “mão única” e “mão dupla” não são suficientes para explicar o que ocorre realmente na extensão universitária praticada no programa Semana do Fazendeiro. Ela entende como “mão única” a concepção em que o processo de produção e o de difusão de conhecimento são dois momentos estanques, ocorrendo inicialmente a acumulação, depois a distribuição desse conhecimento. Já a terminologia “mão dupla” é concebida por essa autora como a integração entre dois conhecimentos: o conhecimento sistematizado e acadêmico do professor e o conhecimento não-sistematizado e não-acadêmico do produtor, numa relação a que denomina de sujeito-objeto-sujeito. Conforme SILVA (1995:95), nessa concepção de extensão universitária, há

“um encontro mecânico de complementação, mas também de avanço e identificação do processo de conhecimento como ação-reflexão-reação”.

Vale registrar que os dados apresentados por essa autora, quanto ao conceito de extensão universitária, por parte dos professores entrevistados, comprovam que as concepções referentes à mão única e mão dupla representam a grande maioria: 43,86% desses concebem a extensão como via de mão única e 24,56%, como via de mão dupla.

De acordo com SILVA (1995:185), entretanto, a partir de depoimentos dos participantes produtores, verifica-se na Semana do Fazendeiro, um entrelaçamento do conhecimento científico com o conhecimento popular. Para ela, nesse evento só ocorre um processo de reconstrução do conhecimento quando a prática social toma-se mediadora do conhecimento científico com o conhecimento popular. Conforme SILVA (1995:186), esse programa, na visão dos produtores, não obedece aos princípios difusionistas clássicos, havendo uma

“troca intensiva de informações, conhecimentos, experiências e dúvidas de uma forma não contida e nem formal com características próprias”.

Percebe-se uma certa incoerência nas conclusões dessa autora. O seu estudo revela que a maioria dos professores entrevistados (68,42%) afirmou que não aproveitava as experiências dos produtores, apesar de considerá-las importantes. Como então utilizar os termos entrelaçamento e troca intensiva de conhecimentos?

6.6. Financiamento da extensão universitária

CARNEIRO (1985) é um dos poucos autores que analisa a extensão universitária sob a dimensão do financiamento. O interessante, para o autor, é a ênfase que ele atribui ao financiamento, dirigido a outros órgãos, na universidade, para a sua realização. Para esse autor, há quatro dificuldades relativas ao financiamento das atividades de extensão universitária:

- a) a primeira dificuldade se refere à política dos governos, a qual submete, normalmente, a educação ao direcionamento do modelo econômico, bastante instável. Por conseguinte, a educação é atingida por essa instabilidade, por meio do corte de verbas e da insuficiência de fundos financeiros;

- b) a segunda dificuldade se refere às pessoas que tomam as decisões sobre os investimentos para a educação, as quais não têm uma visão social sobre a educação;
- c) a terceira dificuldade é relativa aos educadores cuja visão crítica limitada os impede de criar e operar programas socialmente rentáveis, concebidos pelo autor como aqueles capazes de produzir transformações positivas na vida das populações. Esse autor não atribui significado ao termo transformações positivas e nem o exemplifica, o que dificulta a sua compreensão;
- d) a quarta decorre da visão que a sociedade tem sobre a educação.

Esse autor ressalta que a reunião desses fatores implica em que os recursos destinados à educação no Brasil visem, na maioria das vezes, a programas formais de ensino, beneficiando uma minoria da população, justamente a já beneficiada, uma vez que a mesma frequenta programas institucionalizados de ensino, através da escola, situação bastante diferente da dos países altamente industrializados, posto que contemplam os programas de educação informal, com recursos substanciais. Para ilustrar esse quadro no Brasil, o autor cita a Educação de Adultos, que na época era uma área em que havia dificuldades em sensibilizar o Poder Público para programas experimentais no setor.

CARNEIRO (1985) destaca a dificuldade de se saber, com precisão, quais são os recursos colocados à disposição por cada instituição de ensino superior na Educação de Adultos, oferecida via programas de extensão, devido às seguintes razões:

- 1) Normalmente, as Pró-Reitorias de Extensão não são unidades orçamentárias, utilizando-se de recursos contidos no orçamento global da Universidade.
- 2) O pessoal docente e técnico-administrativo que trabalha em programas de Extensão está vinculado à estrutura geral dos departamentos acadêmicos, prestando, eventualmente, serviços à Extensão.
- 3) Os cursos de Extensão e atividades afins derivam das atividades de Ensino e Pesquisa, para as quais há recursos orçamentários previstos.

Esse autor analisa os investimentos de nove instituições de ensino superior nordestinas, no ano de 1979, na área de extensão. O seu estudo demonstrou que os recursos orçamentários destinados à extensão eram bastante reduzidos: a Universidade Federal de Alagoas, por exemplo, utilizou, nesse ano, 0,37% dos recursos do seu orçamento global, em extensão; a Universidade Federal da Paraíba, 0,39%; a Universidade Federal do Maranhão, 0,85% e a Universidade Federal da Bahia, 3,91%. Para o autor, esses resultados revelaram que:

- a) muitas vezes, a Universidade tinha pouca liberdade para a aplicação dos recursos, posto que aqueles liberados pelo MEC tinham uma destinação própria;
- b) as IES incluíam dentre os recursos investidos em extensão aqueles destinados a restaurantes e residências estudantis, dificultando a verificação do total de gastos exclusivos com cursos e atividades de extensão stricto sensu. Para o autor, esse fator é consequência de uma certa resistência dos docentes quanto ao envolvimento com a extensão, concebida como uma espécie de sobrepeso, de ação academicamente duvidosa.

Mesmo sendo uma obra de 1979, este trabalho mantém certa atualidade e correspondência com algumas condições atuais.

ROCHA (1986) assumiu outra postura interessante, especialmente em função do momento de escassez de recursos para a Universidade, principalmente a partir da Nova República. Por isso, esse autor sugeria, na época, a adoção de uma série de medidas, por parte da Universidade:

- 1) A mudança conceitual: a primeira mudança se referia ao conceito de extensão universitária. Para o autor, a extensão universitária foi concebida durante muito tempo como uma função com certa autonomia diante do ensino e da pesquisa, exercida prioritariamente pelos estudantes, praticada, muitas vezes, por organismos que não a própria universidade. Contudo, nos documentos provenientes da comunidade universitária, em especial o documento intitulado “Uma Política Universitária para o Maranhão [Proposta para Discussão]”, a extensão universitária foi concebida “(...) como um processo de comunicação

entre a universidade e a sociedade, que pode e deve ser materializado, principalmente, através do ensino de graduação, pós-graduação, cursos de aperfeiçoamento, pequenos cursos, etc.; da pesquisa aplicada aos interesses da sociedade e do atendimento a outras demandas sociais – consultorias, participação em Projetos integrados, atividades de prevenção da saúde, ações na linha de organização dos trabalhadores, etc.” (ROCHA, 1986:58). Esse autor destaca que, nessa concepção, a extensão universitária é concebida como um processo que pode realizar-se através do ensino (há o deslocamento do horizonte do aprendizado para fora da sala de aula ou do espaço formal de aprendizagem) ou através da pesquisa, que parte de uma indicação do meio e se concretiza com o envolvimento da população. E não como uma função à parte no sistema de ensino superior.

- 2) O resgate da posição da extensão: o autor defendia o resgate da posição da extensão enquanto algo próprio e permanente na vida acadêmica, devendo ser assumida pelos Departamentos Acadêmicos. Para tanto, sugeria que o financiamento à extensão universitária fosse direcionado aos Departamentos, melhorando suas condições, ampliando seu espaço de autonomia financeira-administrativa-didática. Ele criticava a criação de projetos e de programas paralelos, em substituição ou conflito em relação à ação departamental ou esvaziadores deles.
- 3) Quem financiará a Extensão?: diante dessa questão, o autor sugeria que os financiadores da extensão universitária fossem os Organismos Governamentais do Estado, as empresas privadas e algumas organizações da sociedade civil, desde que os trabalhos da Universidade pudessem subsidiar suas ações e justificar socialmente seu desempenho.
- 4) A dívida social da Universidade: o autor destacava a existência de uma dívida social da Universidade, em especial à classe trabalhadora e aos segmentos mais carentes economicamente. Contudo, enfatizava que a extensão não podia ser concebida como uma função caritativa ou que se realizava por favores, mas como uma obrigação da Universidade.

6.7. Divergência dos conceitos

SOUSA (2000), ao investigar a extensão universitária brasileira, admite a falta de clareza conceitual dessa função, atrelada, quase sempre, a proposições individuais, carecendo de uma fundamentação teórica. Para a autora, a incerteza teórica ocorre, em virtude das diversas concepções, ações, interlocutores e posicionamentos sobre a Universidade e suas relações com a sociedade. Ela enfatiza que a afirmação do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão não contribui para a construção de uma definição conceitual para a extensão universitária.

Essa autora associa a presença de várias concepções sobre a extensão universitária às alterações semânticas desse conceito, à própria construção histórica da Educação no país e ao movimento histórico do Brasil. Para ela, o estudo da história da extensão universitária está diretamente relacionado ao estudo da história da Educação, implicando na necessidade de se conhecer mais sobre a Universidade, que tem objetivos sociais, políticos e culturais.

De acordo com SOUSA (2000:16), o termo extensão surgiu pela primeira vez, na legislação educacional, em 1931, no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual concebia a extensão como organismo da vida social da Universidade, vinculando essa função ao oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional. Ela destaca que a obrigatoriedade dessa função em todas as instituições de ensino superior ocorrerá com a Lei 5.540/68, sem, contudo, haver avanço conceitual.

Essa autora sistematizou as proposições sobre a extensão universitária brasileira, a partir das concepções de três interlocutores: o movimento estudantil brasileiro, representado pelos respectivos órgãos; o Estado, representado pelo MEC; e as Universidades, representadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. Ela ressalta que a presença desses interlocutores na história da extensão universitária brasileira ocorreu de forma aparentemente cíclica, razão por que o estudo de suas presenças é periodizado:

a) Quanto ao primeiro interlocutor, a autora identifica três períodos em que houve a sua participação:

Primeiro período: da Colônia até o Estado Novo – a autora destaca a participação discente, concebida como uma forma de compromisso social, mesmo numa época em que o Brasil não contava com as suas Universidades. Esses jovens estudavam em conventos e em colégios religiosos ou na Europa e participavam ativamente dos acontecimentos históricos da época, a favor de interesses da classe social a que pertenciam, como por exemplo, na defesa do território nacional, ou em conflito com essa classe, por exemplo, na defesa da abolição dos escravos. A autora faz referência às primeiras participações estudantis ocorridas no período do Brasil Colônia, quando esses jovens se manifestaram contra a Invasão Francesa de 1710, no Rio de Janeiro e em 1788, quando conspiraram na Inconfidência Mineira, em Minas Gerais.

A participação estudantil nesse primeiro período era pontual e não havia a preocupação com a organização do segmento. Esses jovens desejavam participar da vida política nacional. A autora ilustra essas participações: nas Campanhas pela Abolição e pela República; fundação da Sociedade Dois de Julho, primeira associação estudantil, criada em 1852, na Faculdade de Medicina da Bahia, com o escopo de alforriar escravos. Na Segunda República, os estudantes participaram da Campanha Nacional Libertadora e da campanha presidencial, apoiando o candidato a presidente José Américo. A autora concebe a extensão universitária, nesse primeiro período, como a participação discente nos movimentos políticos da época, sem uma organização estrutural, com ações esporádicas e regionalizadas.

Segundo período: do Estado Novo até o Golpe de 1964 - a autora destaca a atuação efetiva da União Nacional dos Estudantes no Estado Novo, nos diversos cenários da vida política e social do país, marcando, de forma organizada, a participação do Movimento Estudantil. Essa autora associa a criação da UNE à tomada de consciência dos alunos, no âmbito nacional. Faz referência ao Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, elaborado pela UNE em 1938, durante o Segundo Congresso Nacional dos

Estudantes, o qual apresentava como funções necessárias à Universidade o desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, difusão cultural e assistência integral aos discentes. Para a autora, esse documento apresentou a extensão como uma função da Universidade. SOUSA (2000), fundamentada em Gurgel, destaca a presença da proposta funcional desse documento na Lei 5.540/68. Contudo, a autora apresenta diferenças substanciais entre o Plano de Sugestões e a Lei 5.540/68: a lei concebe a extensão universitária

“(...) como um instrumento de presença obrigatória nas universidades e que deve ter a função de promoção cultural, artística, cívica e desportiva do corpo discente, devendo também oportunizar a participação estudantil na vida da comunidade, de forma tal a contribuir para o seu desenvolvimento. A lei não faz referência à proposta de Universidades Populares que havia no Plano, e a Extensão aparece mais como uma prestação de serviços, esvaziada de qualquer significado político” (SOUSA, 2000:30).

Quanto ao Movimento Estudantil, concebeu a extensão, naquele momento, como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade, com o objetivo de aproximar essa instituição da sociedade, operacionalizando essa aproximação por meio das Universidades Populares.

A autora admite a importância dos Movimentos Estudantis para a sociedade, especialmente na luta política, não somente no Brasil, mas também na América Latina, evidenciando o Manifesto de Córdoba, surgido na Argentina, em 1918, como o primeiro grande marco da ação estudantil. Para ela, esse documento influenciou os estudantes brasileiros, principalmente a idéia da Universidade Popular, contida no Plano de Sugestões da UNE – 1938. De acordo com essa autora, o Manifesto de Córdoba concebia a extensão com o escopo de vincular a Universidade à Sociedade. Esse documento influenciou os discursos oficiais e as propostas dos segmentos integrantes da academia, na questão relativa à missão social da Universidade.

Essa autora destaca que, nesse período inicial da UNE, não houve uma mobilização nacional dos discentes, permanecendo um tipo de participação esporádica e regionalizada. Ela ressalta que, até 1960, o Movimento Estudantil organizado foi, diversas vezes, utilizado para satisfazer aos interesses do Estado. Para ilustrar essa situação, cita a participação dos estudantes no Estado Novo, nas

questões da II Guerra Mundial, durante o novo Governo Vargas e sua Campanha Nacionalista e com João Goulart.

A autora destaca o compromisso dos estudantes com a sociedade, evidenciado na elaboração de documentos por parte da UNE em três eventos: o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, ocorrido na Bahia, em 1961; o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, que se realizou no Paraná, em 1962, e o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, que aconteceu em Minas Gerais, em 1963. Quanto ao primeiro evento, a autora considera o documento A Declaração da Bahia, produto desse seminário, um marco no Movimento Estudantil Brasileiro. Esse documento tece críticas à Universidade Brasileira, apresentando-a como fracassada em sua missão cultural, profissional e social. Propõe a integração entre a Universidade e a sociedade e uma flexibilidade para que aquela acompanhe as transformações sociais, superando o seu atraso em relação às transformações sócio-econômicas. Para a autora, a Declaração da Bahia foi influenciada pelo Manifesto de Córdoba, principalmente as questões relativas a uma Universidade democrática, integrada com a Sociedade e a serviço do povo. Por sua vez, a Declaração da Bahia influenciou a Lei 5.540/68.

Quanto ao II Seminário Nacional de Reforma Universitária, propôs-se a inserção da Universidade na realidade brasileira e a sua relação com as regiões geo-econômicas. Durante esse evento, criou-se a UNE-Volante.

Quanto ao terceiro evento, a UNE concluiu que a participação discente no cenário político nacional produziu três lições: a falta de consciência dos universitários, como consequência da ausência de diálogo entre as bases e as lideranças discentes; necessidade de transpor a fase teórica da reforma universitária conquistada até ali e buscar novos caminhos; necessidade de associação, por parte do Movimento Estudantil, às lutas pelos principais projetos de reformas de base e procurar associar as forças populares à luta pela reforma universitária.

A autora destaca como principais as seguintes formulações extensionistas, a partir de 1961: o Serviço de Extensão Cultural (SEC), o

Movimento Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Universidade-Volante (UNE-Volante). Para a autora, essas iniciativas direcionavam-se para a politização estudantil e para a organização de movimentos populares. A UNE concebia a extensão universitária como o instrumento de conscientização do povo, para libertá-lo do estado de miséria em que se encontrava.

Terceiro período: do Golpe de 1964 até hoje- a autora ressalta, nesse período, a cassação da UNE em 1964, implicando na desagregação do Movimento Estudantil. Para a autora, o Estado direcionou sutilmente o Movimento Estudantil, para que esse atuasse na extensão, via Projeto Rondon. O Estado criou o Diretório Nacional de Estudantes, em substituição à UNE.

De acordo com a autora, a UNE, nesse período, apesar da clandestinidade, continuou atuando politicamente, em especial na área de educação. Para ilustrar, cita ações contra o acordo MECUSAID (Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development), em que a UNE denunciou a intervenção norte-americana na educação, aspirando à desnacionalização do ensino brasileiro e de outros setores da vida nacional.

A autora destaca a instituição da Reforma Universitária, com a Lei 5.540/68, através da qual a ditadura militar tentou maquiar os seus objetivos, com sutis contemplações aos direitos reivindicados pelos discentes. Para a autora, com essa lei a extensão passou a ser tratada como mais uma função da Universidade. Associava-se a participação dos estudantes ao processo de desenvolvimento do país, devolvendo-lhes o desafio de se ter uma Universidade agente de transformação social. Ela admite que a extensão universitária, antes uma aspiração do Movimento Estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada pela Lei 5.540/68.

Para a autora, apesar da reativação da UNE em 1979, durante o Congresso de Salvador, a sua presença efetiva começa a ser sentida novamente apenas na década de 90, quando a UNE, em 1992, convocou os discentes para as primeiras manifestações em prol do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

A autora destaca que, no presente, não há uma participação efetiva dos discentes no Movimento Estudantil. Ressalta o surgimento de novas formas de organização dos estudantes na Universidade, as quais respondem mais aos seus próprios interesses, como é o caso das Empresas-Júnior, evidenciando uma maior preocupação com os interesses específicos de cada área do conhecimento. Essa autora associa as Empresas-Júnior à prestação de serviço. Para ela, essa nova forma de participação discente pode estar se tomando o embrião de uma nova prática de extensão para as Universidades.

b) Quanto ao MEC, a autora identifica três períodos em que se constatou a presença, a intensidade dessa presença ou a ausência da extensão universitária nos discursos oficiais:

Primeiro período: da Colônia até o Golpe de 1964 – para essa autora, nesse momento, a interlocução com o Estado, quanto às questões relativas à extensão universitária, apresenta, na maior parte do tempo, um vácuo, isto é, sua quase completa ausência. Nesse período, o Estado pouco se pronuncia sobre esse assunto. Ela destaca que, do Brasil Colônia até a Revolução de 1930, não se identifica nenhum registro, no discurso oficial, que aborde a existência da extensão universitária.

Para a autora, mesmo após o surgimento das primeiras Universidades brasileiras, as experiências não traduzem, nesse momento, uma preocupação do Estado com a extensão universitária, razão pela qual não se pode tratar da concepção de extensão universitária do Estado. Ela admite que essa preocupação ocorreu em 1931, com a promulgação do Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto-Lei n.º 19.851. Esse documento concebe a extensão universitária como instrumento da vida social da Universidade, cuja efetivação ocorreria por meio de cursos e conferências:

"Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da Universidade.

Parágrafo primeiro. Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis, ajuda individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Art. 99. A vida social universitária terá como organizações fundamentais: a) associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos

universitários; b) congressos universitários de dois em dois anos; c) extensão universitária; d) museu social" (SOUSA, 2000:57).

Para a autora, a maneira como a extensão universitária é tratada nesse documento revela as influências recebidas do grupo de liberais, o qual defendia a modernização da educação brasileira e a reformulação da política educacional.

A autora destaca a volta da extensão universitária aos discursos oficiais, através de leis, no início da década de 60, devido à influência da presença da UNE. Ela admite que a Lei 4.024, de 20 de novembro de 1961, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não trouxe inovação significativa em relação ao ensino superior e nem quanto à concepção de extensão universitária, que continuou sendo concebida como uma função da Universidade, sob a forma de prestação de serviços às comunidades carentes e de oferecimento de cursos, conferências e seminários. A extensão não é vista como uma função obrigatória, mas que pode ser executada:

“Art. 69 - Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: (...).

c) de especialização; aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos” (SOUSA, 2000:59).

Ela admite que, nesse documento, o objetivo da extensão era “(...) ilustrar as massas” (SOUSA, 2000:59), prestar assistência a elas.

De acordo com essa autora, o primeiro Plano Nacional de Educação não contemplou o tema extensão universitária.

Para a autora, até esse momento, a extensão universitária é concebida pelo Estado como oferta de conferências, cursos vagos e de assistência técnica-rural, conformando-se aos modelos importados.

Segundo período: do Golpe de 1964 até a abertura política - a autora destaca o Decreto-Lei n.º 252/67, em que a extensão universitária era concebida como uma forma de execução do ensino e da pesquisa das universidades. Para ela, é a partir desse documento que se evidencia o caráter mediador ou articulador da extensão universitária:

“(...) a Universidade deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (SOUSA, 2000:60).

Ela ressalta que o conteúdo do artigo 10 desse documento foi transposto para o artigo 20 da Lei n.º 5.540/68. Essa autora enfatiza que a extensão universitária não era concebida como uma função inerente à Universidade.

A autora destaca que, a partir do Golpe de 1964, o Estado utiliza os estudantes como mão-de-obra para prestação de serviços: os estudantes foram convidados a ficar a serviço do Estado, atuando no seu projeto de integração e segurança nacional. Para ilustrar essa concepção de extensão universitária, cita o Projeto Rondon e o Programa de Campus Avançado.

Para a autora, o nascimento do Projeto Rondon ocorre fora da Universidade, buscando influenciar essa instituição a adequar-se às exigências do processo de desenvolvimento que se queria implantar no país.

Ela admite que a concepção do Projeto Rondon surgiu a partir do I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em outubro/novembro de 1966, do qual participaram professores, militares e um grupo de professores da Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esses atores, com instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, apresentaram a idéia síntese do que seria o Projeto Rondon.

A autora destaca que a concepção do Projeto Rondon foi influenciada pelo trabalho da Universidade – Volante do Paraná. Quanto à sua criação, sofreu influências dos “serviços de desenvolvimento” ingleses (1958), através do surgimento do Voluntary Service Overseas, cujo objetivo era promover a cooperação com as nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo. Para ela, no caso específico da América Latina e da África, os programas objetivavam canalizar a “energia jovem” para causas nacionalistas.

O Projeto Rondon estava subordinado às idéias desenvolvimentistas, as quais representavam o novo momento político do país. Pretendia-se, através desse projeto, aproximar a juventude universitária da realidade brasileira e, dessa forma, permitir a sua participação no processo de desenvolvimento.

Para a autora, não se pode considerar o Projeto Rondon como uma prática de extensão universitária, posto que não foi iniciativa da Universidade e

nem estava relacionado às questões acadêmicas. A Universidade apenas participou desse projeto, gerenciado pelo Ministério do Interior.

Essa autora faz referência à Lei n.º 5.549, que trata da reforma universitária, sancionada em 28 de novembro de 1968. A obrigatoriedade da extensão universitária em todas as universidades brasileiras se deve a essa lei. Com essa lei não se verificou nenhuma alteração conceitual em relação à extensão universitária, concebida ainda como prestação de serviços. A extensão, o ensino e a pesquisa, segundo a autora, seriam o instrumento através do qual a Universidade cumpriria o seu papel social, para a promoção do bem-estar da comunidade. Dessa forma, a Universidade estaria servindo à sociedade e a si mesma, por meio do treinamento dos estudantes. Para a autora, trata-se de uma missão social da Universidade, mas a serviço do Estado.

A extensão é vinculada aos cursos e aos serviços. A primeira atividade estenderia o ensino; a segunda, a pesquisa.

A autora destaca que, a partir de 1969, iniciou-se uma integração entre o Projeto Rondon e as Universidades, por meio da instalação dos Campi Avançados. Esperava-se que, com a implantação do Campus Avançado, a Universidade penetraria no interior do país e se integrasse com as comunidades, contribuindo para o desenvolvimento do homem brasileiro. O Campus era concebido como um, dentre os outros fatores da comunidade, agente do desenvolvimento local.

Para a autora, a criação dos Campi Avançados foi uma resposta às críticas de alunos que participaram do Projeto Rondon e reivindicavam ações mais sistematizadas e permanentes.

De acordo com essa autora, que se fundamenta em Gurgel (1986), as principais atividades realizadas nos Campi foram: ações de assessoramento e assistências; seminários e encontros; levantamentos, pesquisas e atividades similares e programações na linha de sensibilização e envolvimento da comunidade. Dentre as ações, predominavam as relativas à saúde, seguidas daquelas ligadas ao setor agropecuário, ao setor educacional, socioeconômico e técnico.

A autora admite que, com a integração da Universidade ao Projeto Rondon, a extensão era concebida como um mero instrumento, com o escopo de reforçar os planos governamentais de um Estado autoritário.

A autora admite que a institucionalização da extensão universitária na estrutura ministerial ocorre de maneira mais efetiva em maio de 1974, através da Portaria n.º 289 do MEC, e da Portaria n.º 398, do MINTER, as quais criaram a primeira Comissão Mista MEC/MINTER. Ela faz referência à criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) como fruto do trabalho dessa comissão. A CODAE, que não chegou a ter existência legal, tinha como funções a coordenação, no âmbito nacional, da política de extensão universitária e a atuação na sua disseminação nas universidades. Esse órgão foi criado para atender à necessidade de articulação entre as ações dos Campi Avançados e as ações dos CRUTAC.

Essa autora destaca a elaboração, por parte do MEC, do primeiro Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em 1975, o qual tratava especificamente da operacionalização das ações extensionistas. Ela associa a criação desse plano ao momento em que o governo aspirava à abertura política. Para a autora, a criação desse plano não representou nenhum avanço com relação à concepção de extensão universitária. De acordo com essa autora, nesse plano, o MEC chamou a si a responsabilidade da programação, da supervisão e da avaliação das atividades extensionistas, cabendo às Universidades a sua execução.

A autora, fundamentada em Gurgel (1986), admite a extinção da CODAE em 1979, apesar de nunca ter existido legalmente.

Terceiro período: da abertura política até nossos dias – a autora ressalta que, após a extinção da CODAE, não há registro da coordenação, em nível nacional, da extensão universitária até 1990. Ela faz referência a uma avaliação sobre extensão universitária, realizada pelo MEC em 1990, junto às universidades, em que esse órgão concluiu que a extensão ocorria através de projetos desvinculados do processo acadêmico, tendendo para uma perspectiva partenalístico-assistencial.

De acordo com essa autora, o texto desse relatório resgata a concepção de extensão universitária existente em 1975, com o objetivo de buscar avanços no ano de 1987, data da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Com a criação desse órgão, promove-se uma revisão conceitual sobre extensão universitária e uma rediscussão sobre a função social da Universidade.

Para a autora, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão contribuiu para que o MEC prestasse maior atenção às questões relativas à extensão universitária. Para ilustrar, cita a presença da extensão de volta dentro da estrutura do MEC, a partir de 1990.

A autora admite a presença de um avanço quanto à construção de uma concepção para a extensão universitária, nesse Terceiro período. SOUSA (2000:79) destaca como positiva a tentativa, por parte do MEC e das IES, através de uma maior articulação, de se encontrar um caminho que permita usar a extensão enquanto

“(...) instrumento de integração entre diversos organismos, públicos ou não possibilitando também que a prestação de serviços passe a ser vista como uma forma para a Universidade vender seus produtos”.

c) Quanto às Instituições de Ensino Superior, a autora identifica quatro períodos em que houve a sua presença manifesta ou não:

Primeiro período: do início do ensino superior até as primeiras experiências extensionistas – a autora considera que o ensino superior surgiu no Brasil, em 1549, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus e a implantação dos cursos de teologia. Nesse momento, a extensão era vinculada a cursos de artes, abertos à população.

Ela ressalta que a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, provocou uma modificação no ensino superior. Destaca a criação da Academia Real Militar, com o objetivo de garantir a segurança da Família Real, da medicina e do laboratório de química em mineralogia e geologia, e a criação da Escola Politécnica no Rio de Janeiro, em 1874 e da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875. As preocupações extensionistas da Universidade estavam voltadas para a

formação de mão-de-obra, com o objetivo de atender às necessidades de um mercado incipiente.

De acordo com a autora, não há registro, por parte das Universidades, de atividades extensionistas nesse período. Essa autora, que se fundamenta em Santos Filho (1993), vincula o surgimento da extensão universitária à criação dos cursos de Direito em São Paulo e em Olinda, em 1827.

Nesse primeiro período, a extensão universitária não recebia essa classificação e não havia preocupações, por parte das IES, em conceituá-la.

Segundo período: das primeiras experiências extensionistas até o Golpe de 1964 – a autora destaca a existência de algumas tentativas, nesse período, por parte das universidades, de praticar alguma função que fosse diferente do ensino e da pesquisa. Para ilustrar essas tentativas cita a Universidade Livre de São Paulo, inaugurada em 1912, que copiou o modelo europeu da Universidade Popular. Procurava-se integrar a universidade à realidade na qual estava inserida. A autora, que se fundamenta em Cunha (1980), admite que a Universidade Livre de São Paulo foi a primeira universidade brasileira a desenvolver atividades de extensão universitária.

De acordo com essa autora, as Universidades Populares da Europa surgiram no século XIX e existiram na Inglaterra, França, Bélgica e Itália. A autora, fundamentada em Paiva (1974), destaca que a extensão universitária surgiu na Europa associada à idéia de educação de adultos. Esse tipo de educação não deveria ser dirigido apenas às classes menos favorecidas para educá-las e ilustrá-las.

A principal atividade da Universidade Popular era a promoção de conferências e de cursos gratuitos, abertos à população interessada. A Universidade Livre de São Paulo, que existiu até o ano de 1917, não alcançava o interesse popular com o seu produto ofertado.

O outro exemplo citado é a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, criada em 1926, que copiou o modelo norte-americano dos Land Grant College – Extensão Rural.

A autora destaca que a tentativa de institucionalizar a extensão universitária no Brasil, nesse período, ocorre de acordo com moldes importados, copiando aquilo que era considerado moderno,

De acordo com essa autora, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, praticava-se a Extensão cooperativa, sob a forma de prestação de serviços ao meio rural, com atuações em programas de assistência técnica aos agricultores, programas de economia doméstica e de organização da juventude.

A autora ressalta, nesse período, a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras – Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, o qual tornou a extensão universitária componente dos objetivos da Universidade. A extensão universitária era concebida como prestação de serviços.

O envolvimento das universidades com a extensão, nesse período, se dá de forma pontual. Contudo, a partir da década de 1930, verifica-se o início de um vácuo na existência das IES com relação à extensão universitária.

Durante o período do Estado Novo até o Golpe de 1964, as universidades mantiveram-se à margem de uma concepção original, quanto à extensão universitária. As universidades vincularam a extensão universitária a cursos e conferências esporádicas, servindo explicitamente aos interesses governamentais.

Terceiro período: do Golpe de 1964 até a abertura política – a autora destaca, nesse período, a criação em 1966, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em Salvador. Para essa autora, o CRUB foi um interlocutor esporádico das idéias das universidades. Para ilustrar, SOUSA (2000:91) cita a concepção de extensão universitária defendida pelo CRUB, durante a XXIII Reunião Plenária, realizada no Maranhão de 29 a 31 de julho de 1976:

“(...) o instrumento da íntima comunicação da Universidade com a Comunidade. É a Universidade flexível, a Universidade laboratório vivo, livre para viver e atuar no fato contemporâneo.

Extensão é a projeção da Universidade ao meio, com o oferecimento de conhecimentos teóricos e práticos para o consumo das comunidades, sob a forma de treinamento supervisionado, e simultânea prestação de serviços. É a definição da efetiva posição tridimensional da Universidade Moderna”.

A autora admite que o CRUB não promoveu alterações sobre a prática extensionista das universidades, as quais permaneceram com o modelo proposto pelo Estado, com atuações nos CRUTAC e nos campi avançados junto ao Projeto Rondon.

Como iniciativas das universidades, nesse período, essa autora destaca o CRUTAC, cujos objetivos principais eram o treinamento de estudantes e a assistência às comunidades rurais. A sua proposta era pôr os estudantes do último ano de cursos de variadas áreas em contato com a comunidade e seus problemas. O CRUTAC vinculava extensão universitária aos experimentos da Universidade em sua área de origem, oferecendo apoio técnico nas áreas em que realizavam os treinamentos, contando com recursos das próprias IES e dos convênios com as prefeituras.

Nesse terceiro período, o envolvimento das IES com a extensão universitária ocorreu sob o modelo governamental do país. Não há registro da presença marcante das universidades nas questões relativas à extensão universitária até o início da abertura política, que ocorreu a partir do final da década de 70. A extensão universitária era concebida como prestação de serviços às comunidades carentes.

Quarto período: da abertura política até nossos dias – a autora admite que a década de 1980 é caracterizada por uma nova fase da Universidade, através de sua democratização e do fortalecimento da categoria docente. Ela destaca mais efetividade na institucionalização das IES e uma reformulação do conceito de extensão universitária.

SOUSA (2000) enfatiza, nesse período, a criação do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987. Ela destaca que o trabalho dessa instituição é em decorrência da ausência de uniformidade da extensão universitária nas estruturas das Universidades, na tentativa de construir uma unidade. Para a autora, constituiu-se o Fórum porque havia uma necessidade de se conhecer e entender a extensão universitária. A extensão universitária necessitava de uma conceituação capaz de nortear a sua prática. As atividades extensionistas estavam desvinculadas da vida acadêmica.

A falta de clareza conceitual provocava a depreciação do status da extensão universitária. Por isso, o Fórum construiu uma nova concepção de extensão universitária, que a explicasse e resolvesse o problema da indefinição das atividades extensionistas.

A autora destaca a presença de avanço na construção conceitual, em cada encontro do Fórum. Ela admite que o Fórum, a cada encontro, desenvolvia a construção de uma concepção sobre extensão universitária. Trata-se de uma falácia, posto que a retomada do tema concepção, nos vários encontros do Fórum, implica, antes, em imprecisão conceitual.

Essa autora ressalta que, até o quinto encontro do Fórum, certos temas eram discutidos com mais frequência, dentre os quais a concepção e a institucionalização da extensão universitária.

Para a autora, a concepção de extensão universitária do Fórum não é uma construção definitiva, implicando na necessidade de sua revisão e avaliação a cada momento da existência da Universidade.

Ela admite que, além dos temas concepção e institucionalização, outro que tem merecido a atenção do Fórum é financiamento.

Para a autora, a concepção sobre extensão universitária apresentada pelo Fórum, no primeiro encontro, foi assumida pelas universidades e pelo MEC.

6.8. Influências sobre a extensão universitária brasileira

GURGEL (1986) destaca a existência de duas vertentes que influenciaram no delineamento da extensão universitária brasileira: as universidades populares e o modelo de extensão norte-americano. De acordo com esse autor, o surgimento das universidades populares ocorre na Europa, no século XIX e seu escopo era a disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, de uma forma geral. Para ilustração, o autor cita as tendências ocorridas na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Bélgica e na Itália. No Brasil, ele ilustra a introdução desta experiência pela Universidade Livre de São Paulo, criada em 1912, considerada por ele a primeira instituição a realizar a extensão universitária no

país. Fundamentado em Cunha (1978), afirma que essa universidade promovia cursos sobre assuntos variados, desde o fogo sagrado na Idade Média até instituições complementares do Código Civil. Portanto, há a vinculação inicial da extensão universitária ao oferecimento de cursos múltiplos destinados a um público difuso.

Por outro lado, o modelo extensionista norte-americano, de acordo com esse autor, caracterizou-se por conceber a extensão como prestação de serviços, em função de duas linhas de atuação: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária ou geral. Com relação à primeira, ela se consolidou com a promulgação da Lei Smith Lever, em 1914, e se desenvolveu por meio da participação dos governos federal, estadual (através das universidades Land Grant) e municipal. O objetivo desta extensão era introduzir ações específicas, atuando em programas de assistência técnica aos agricultores, de orientação às famílias e de organização da juventude (GURGEL, 1986:32, 59-61).

Com relação à segunda linha, a extensão universitária ou geral incorporou características relativas a uma ação extra-muros à universidade, e de instrução por correspondência. Assim, a implementação assumiu formulações variadas, apesar da existência de um órgão de coordenação nacional. Como consequência, houve uma variação quanto à forma de serviços prestados, quanto às estruturas de organização e quanto às fontes de financiamento, objetivando o desenvolvimento de comunidades, a realização de cursos e conferências, o estímulo aos cursos por correspondência, a introdução dos cursos para a preparação de professores, dentre outras atividades (GURGEL, 1986:61-62).

Esta forma de organização da interação entre a Universidade e a Sociedade se estende, aos países em desenvolvimento, conforme destaca GURGEL (1986), pela política internacional de reconstrução institucional e de desenvolvimento cooperativo entre países, especialmente com o fortalecimento das instituições internacionais de assistência aos países da América Latina.

No Brasil, uma das experiências concretas deste esforço de reconstrução das instituições por meio da extensão ocorreu sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), criada em 1926, por proposta de

Arthur Bernardes, então presidente do Estado de Minas Gerais. Em termos de interação entre Universidade e Sociedade pela extensão, pode-se assegurar que esta foi uma segunda forma de influência das instituições americanas, presente desde a criação da Universidade, uma vez que, desde 1926, os princípios de organização departamental, da estrutura do ensino e a forma de condução dos experimentos já tinham sido implementados.

Para ilustrar esta influência inicial, pode-se destacar a ocorrência da Primeira Semana do Fazendeiro, realizada em 1929. Esta é uma das ações que revela a identidade na concepção das ações de interação com a sociedade, configurando-se como a primeira forma de extensão sistematizada pelos moldes do modelo norte-americano, cujo objetivo era a apresentação de máquinas e equipamentos, além de informação e prestação de serviços à população rural.

6.9. Inferências preliminares

CARNEIRO (1985), ao investigar os problemas globais da extensão universitária brasileira, destaca que os mesmos são de tríplice natureza:

a) Conceitual: de acordo com CARNEIRO (1985), a falta de clareza conceitual se reflete na configuração tipológica dos programas de extensão, em que está presente o semblante autoritário da universidade, a qual, através desses programas, se propõe a ensinar e está disposta a não aprender, posto que acredita que “o povo é ignorante”, “o povo é desorganizado”, “o povo não sabe o que é bom para ele”. Desintegradas da comunidade, as universidades oferecem seus serviços a ela, sem se colocar, jamais, a serviço dela.

A imprecisão conceitual é responsável pela transferência do academicismo para as práticas extensionistas, resultando na ocorrência de cursos sem função social. O autor vincula função social a programas instrumentalizados que se referem ao desenvolvimento local. Essa imprecisão cria um paradoxo: a universidade tenta realizar, num contexto de relações informais (o meio popular), atividades formais;

b) Organizacional em conformidade com CARNEIRO (1985), esse aspecto é decorrente do primeiro. A organização do Catálogo de Extensão deveria refletir respostas a necessidades dos segmentos sociais. Na prática, isso não acontece. Parte-se de supostas necessidades. A universidade organiza para e pela comunidade algo que esta não solicitou. A oferta dos serviços de extensão parte da disponibilidade de tempo dos professores. Tudo é realizado, planejado e organizado de costas para os beneficiários. Não se realiza uma avaliação dos resultados, não se procura conhecer a repercussão social dos programas e o grau de satisfação dos beneficiários;

c) Operacional: de acordo com CARNEIRO (1985), os problemas variam de acordo com a natureza do serviço:

- 1) Cursos de extensão: contêm uma roupagem excessivamente acadêmica. Os objetivos são mal definidos. Há uma coincidência do calendário com a jornada de trabalho diurno. Não há cursos de fins de semana. Exige-se uma experiência escolar prolongada, para a inscrição.
- 2) Conferências, debates, seminários e mesas-redondas: a forma academicista não desperta o interesse comunitário. Constata-se a dificuldade, por parte da universidade, em descobrir o valor da comunicação popular.
- 3) Rádio e televisão universitários: a produção local de programas é muito reduzida. Nota-se a inexistência de educadores para acompanhar o conjunto da programação.
- 4) Programa CRUTAC: a universidade transfere para o município o ônus financeiro.
- 5) “CAMPI” avançados: dificuldade no acompanhamento das ações, devido aos altos custos administrativos.

Esta pesquisa revela proposições sobre a extensão universitária brasileira, envolvendo estudos desde 1977 e, apesar de realizada 18 anos após o estudo de CARNEIRO (1985), apresenta as mesmas proposições constatadas por esse autor, mesmo com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987. Infere-se, portanto, que a extensão

universitária realizada pelas universidades públicas brasileiras permanece inalterada, ao longo dos anos.

7. AS UNIVERSIDADES PELOS DOCUMENTOS

Este capítulo aborda como algumas universidades públicas brasileiras apresentam, nos seus documentos, os significados que elas atribuem à extensão universitária. Entre essas universidades estão a Universidade do Amazonas, a Universidade Estadual Paulista, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de São Carlos, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade do Norte do Paraná e a Universidade de São Paulo. A escolha dessas universidades ocorreu em função da disponibilidade de acesso aos documentos produzidos por elas sobre extensão universitária. Verificou-se que cada uma dessas instituições concebe a extensão universitária de forma difusa, enfatizando conteúdos distintos à sua concepção. Essa constatação pode estar relacionada à imprecisão conceitual sobre extensão universitária tanto do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras como do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Para melhor compreensão das proposições conceituais das universidades sobre a extensão universitária, cada uma delas será apresentada, a seguir, destacando-se os termos que refletem o significado explícito ou implícito da Extensão. Para a Universidade do Amazonas, a Resolução que trata da regulamentação da extensão na Universidade do Amazonas não apresenta número e nem data determinada, apenas a referência ao ano de 2001. A análise

dos conteúdos desse documento permite identificar a presença de duas concepções sobre extensão universitária. Uma delas, como se apresenta a seguir, enfatiza a extensão como uma das funções da universidade:

"1) Art. 2.º - A extensão, entendida como uma das três funções específicas da Universidade, é a interação sistematizada desta com a comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade e dela recolher experiências para a avaliação e retificação da Pesquisa e do Ensino (Guia de Extensão, 2001:53-54).

2) Art. 4.º - A Universidade do Amazonas dará prioridade às atividades de extensão, cujos conteúdos do projeto tenham pertinência com o Ensino ou a Pesquisa" (Guia de Extensão, 2001:54).

Nesses artigos, a Universidade do Amazonas, apesar de não atribuir significados aos termos interação sistematizada, retificação e pertinência, sem mencionar como ocorrerá a sua operacionalização, deixa explícita a vinculação da extensão ao ensino e à pesquisa. Entretanto, essa vinculação emerge sob o caráter de inferioridade quando se analisa o Art. 5.º. Esse artigo expressa o seguinte:

"Art. 5.º - As atividades de Extensão serão aprovadas se não representarem detrimento ou quaisquer possibilidades de prejuízo ao cumprimento de outras atividades já programadas pela Universidade" (Guia de Extensão, 2001:54).

É na Resolução n.º 014/85, que trata da constituição das Câmaras dos Conselhos de Administração e do Ensino e Pesquisa da Universidade e da definição das respectivas competências, que se apresenta a institucionalização da extensão na Universidade. Mais especificamente, isso é tratado no seguinte artigo:

"Art. 11 - A Câmara de Extensão é o órgão setorial de caráter deliberativo, do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade e terá as seguintes competências:

(...)

(...)

c) aprovar projetos e planos de cursos e serviços de extensão, visando a difundir conhecimentos e técnicas de trabalho, para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade e, como prolongamento de setor já instalado e em funcionamento, para atividades em ensino e pesquisa" (Guia de Extensão, 2001:50-51).

Pelos trechos do documento apresentado, a extensão universitária passa a ser categorizada, de forma sintética, pelos seguintes termos: interage com a comunidade, transfere conhecimentos pertinentes ao ensino formal e gerados pela

pesquisa, é articulado a uma Câmara, visando elevar os padrões culturais das comunidades,

De forma bastante sintética, a Universidade Estadual Paulista, no 2.º Congresso de Extensão Universitária, destaca a extensão universitária pela inserção social da Universidade. Esse evento ocorreu em Bauru (SP), no período de 07 a 10 de novembro de 2002. Nesse evento, a UNESP concebeu a extensão universitária como

“(…) a integração permanente entre a Universidade, a comunidade acadêmica e a sociedade” (UNESP, 2002:2),

não atribuindo como usualmente se encontram significados aos termos constituintes dessa definição.

Com relação à Universidade Federal de Minas Gerais, o Relatório de Atividades 1998, elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão, apresenta elementos que compõem o significado de extensão universitária:

- 1.º - (...) a extensão é a atividade voltada para o presente;
- 2.º - (...) a extensão é a parte do processo educacional tendo como força indutora e motivadora as questões imediatas e mais relevantes demandadas pela sociedade;
- 3.º - (...) a extensão é a forma de a universidade interagir diretamente com a sociedade, procurando responder as suas demandas e resolver seus problemas concretos e objetivamente colocados;
- 4.º - “(...) a extensão (...) deve ser percebida como um processo envolvendo toda a instituição, marcada por diretrizes básicas que, recentemente, foram definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária: a primeira das diretrizes básicas aprovada no Plano Nacional de Extensão é a necessária e obrigatória articulação **da extensão com o ensino e a pesquisa**, de forma institucionalizada, ... em sua dimensão processual;
- 5.º - (...) um processo de inter-relação com a sociedade, desde seu planejamento, execução e avaliação, com a troca de saberes e valores sociais, culturais e tecnológicos. E com especial atenção para o impacto dessas ações, que, externamente, devem ser geradoras de mudanças sociais estruturantes e, internamente, na universidade, realizadas de acordo com princípios que reforcem sua missão educacional e crítica na sociedade.
- 6.º - (...) a extensão parte indispensável do pensar e fazer universitários (...);
- 7.º - Difusão do conhecimento (cursos e eventos) e prestação de serviços como produtos de interesse acadêmico, científico, filosófico e tecnológico, articulados ao plano acadêmico da instituição, devendo ser encarados como um trabalho social deliberado que se constitui para atender às necessidades da realidade, disponibilizando conhecimentos que visem à transformação social. Aqui se enquadram, especialmente, programas e projetos e atividades voltados para a formação técnica, a qualificação para o trabalho, a reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas” (Relatório de Atividades 1998 - UFMG, 1998:1-11).

Ordenando esses componentes, pode-se sintetizar o significado de extensão universitária pelos seguintes termos: é uma atividade do presente, é processo educacional para o aluno, envolve todos os Departamentos, está articulada com o ensino e a pesquisa, se relaciona com a sociedade para trocar saberes; a interação é planejada, visando às necessidades da realidade. Ela se consolida pela ação de difusão de conhecimentos e pela prestação de serviços.

Não obstante essa síntese, a concepção ainda evidencia a imprecisão conceitual por parte da instituição. Mais especificamente, observa-se o seguinte:

- a) a extensão universitária como a única atividade voltada para o presente revela a pressuposição de que ela se volta para a solução de problemas atuais, recompondo ou recuperando distorções, sejam morais, sociais, entre outras. A extensão não prevê, não avalia, não planeja. Pela concepção, ela é que é avaliada e planejada, aspectos que restringem até a sua vinculação com o ensino e a pesquisa.
- b) Considera-se a extensão como processo educacional apenas por parte dos alunos, visando conhecer os problemas da realidade atual e os dos próprios componentes das comunidades, objetos de ação da extensão.
- c) Concebe-se a extensão universitária como a única forma de interação direta entre a universidade e a sociedade, atribuindo-lhe papel independente em relação ao ensino e à pesquisa ou desconsiderando que o ensino e a pesquisa interagem com a sociedade, sem a participação necessária da extensão.
- d) Como acontece em outros documentos, no da UFMG, não há significados atribuídos aos termos mudanças sociais estruturantes, missão educacional e crítica, parte indispensável do pensar e fazer universitários e trabalho social deliberado.

Na Universidade Federal de São Carlos, o Regimento das Atividades de Extensão Universitária da Universidade Federal de São Carlos apresenta cinco componentes, ao delimitar o significado de extensão universitária:

- 1) "Artigo 1.º. As atividades de extensão universitária terão como referência que à Universidade, no que diz respeito às suas atribuições específicas relativas à responsabilidade de promover o desenvolvimento do saber, cabe: produzir, sistematizar, criticar, proteger, integrar e difundir o conhecimento" (BOTOMÉ, 1996:209).

- 2) Artigo 2.º. As atividades de extensão serão sempre consideradas como parte integrante dos três tipos de atividades-fim (pesquisa, ensino e extensão) que a instituição realiza para atingir seus objetivos de produzir o conhecimento e de torná-lo acessível,
- 3) (...)
- 4) Parágrafo quarto: pelas atividades de extensão a Universidade ampliará o acesso ao conhecimento, já acessível pelas suas atividades de ensino formal, criando condições e capacitando as pessoas a utilizar o conhecimento disponível (BOTOMÉ, 1996:210).
- 4) Artigo 3.º. Será entendida como atividade de extensão universitária aquela que for voltada para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da Universidade, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível (BOTOMÉ, 1996:210).
- 5) Artigo 4.º. As atividades de extensão serão consideradas como parte inerente ou etapa integrante dos processos de produção de conhecimento e não como algo à parte desses processos (BOTOMÉ, 1996:211).
- 6) Artigo 5.º. As atividades de extensão deverão ter caráter educativo, no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias situações de vida, de forma a não se transformarem em atividades que substituam, sem objetivos educacionais, aquelas que deveriam ser feitas por outras agências sociais” (BOTOMÉ, 1996:212).

Pode-se destacar, nos trechos citados, que a extensão universitária se apresenta pela sua função, que é difundir conhecimento, como processo educativo dos segmentos sociais, e não dos alunos, estando a Universidade, pelas atividades de ensino e pesquisa, capacitada a apresentar as soluções aos problemas práticos. Para tanto, torna-se fundamental a vinculação entre extensão universitária, ensino e pesquisa, de forma que há a dependência da extensão em relação ao conhecimento gerado pela pesquisa e sistematizado pelo ensino.

O primeiro documento da Universidade Federal de Viçosa que revela concepções de extensão universitária, a que este pesquisador teve acesso, foi produzido em 1973. Trata-se de uma segunda edição do Informativo da UFV, destinado ao público interessado, para divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por esse documento, a UFV concebe extensão universitária de diversas maneiras (Informativo UFV, 1973):

- “1) As atividades de extensão constituem um elo entre a Universidade e a realidade econômica e social de suas áreas periféricas, consideradas tanto a nível local, regional e nacional, como internacional (p. 12).
- 2) Na atualidade a extensão universitária volta-se para o treinamento dos técnicos que se encontram a serviço do desenvolvimento agropecuário. Proporciona-lhes melhores condições para o desempenho de seus trabalhos, através de cursos intensivos de atualização de conhecimentos (p. 12).

3) A extensão, também, graças a um processo-reflexo, vem complementando suas atividades através das reações universidade-meio. Conseqüentemente, distribuirá seus recursos, envolvendo pessoas e problemas, num esforço de difundir cultura, com o objetivo de difundir cultura, com o objetivo de elevar o nível da comunidade, inclusive das formas regionais e populares” (p. 12).

Por esse documento, a extensão universitária é caracterizada pelos seguintes termos: constitui-se num elo entre a Universidade e a sociedade, transfere tecnologias; é treinamento de técnicos, através de cursos; é concebida enquanto complemento, para difundir cultura.

Por meio do documento intitulado Programa de Treinamento Prático de Estudantes Mediante Assistência Técnica e Social a Pequenos e Miniprodutores Rurais e Comunidades Carentes -Síntese, também conhecido como Programa Gilberto Melo, a UFV concebe a extensão universitária da seguinte forma:

“As ações de extensão universitária são o instrumento pelo qual a Universidade Federal de Viçosa poderá se fazer presente, de maneira construtiva e dinamizadora, na sócio-economia da região em que imediatamente se insere, além de, em interação com o meio, realimentar seus programas de ensino e pesquisa e executar o treinamento prático de seus estudantes, nas condições reais de exercício de suas futuras profissões” (Programa de Treinamento Prático de Estudantes Mediante Assistência Técnica e Social e Miniprodutores Rurais e Comunidades Carentes - Síntese - 1980 - UFV:1).

Isso implica em que:

- a) a UFV apresenta a extensão universitária como o único instrumento por meio do qual a Universidade poderá estar presente na região em que se insere. Pressupõe-se que o ensino e a pesquisa não possibilitam à Universidade estar presente na região, atrelando a extensão ao desenvolvimento da pesquisa e da sistematização do ensino;
- b) a UFV não atribui significado aos termos instrumento, maneira construtiva e dinamizadora, realimentar seus programas de ensino e pesquisa, nem os exemplifica, dificultando a sua compreensão;
- c) a UFV concebe extensão universitária como realimentação do ensino e da pesquisa;
- d) a UFV concebe extensão universitária como formação dos alunos (treinamento prático de estudantes), configurando-se na concepção a que ZOUEN (2001) denomina de acadêmica e a que ROCHA (1980) considera como estágio.

O interessante é que, passadas duas décadas, a UFV mantém, quase que na íntegra, essa concepção. Essa constatação é possível quando se investigam os Relatórios de Atividades da UFV, no período 1998-2000, os quais apresentam uma concepção idêntica àquela defendida em 1980:

“As ações de extensão marcam a vida da Universidade desde o início de suas atividades, visando estender à sociedade o saber que detém. Tais atividades são o instrumento pelo qual a UFV se faz presente, de modo construtivo e dinamizador, além de realizar seus programas de ensino e pesquisa e executar o treinamento de seus discentes, em condições reais do exercício de suas futuras profissões. A Universidade alcança os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, transferindo-lhes tecnologias e práticas especializadas, por meio de cursos, seminários, palestras, consultorias, congressos e simpósios, bem como dos órgãos de comunicação, impressos e eletrônicos, com destaque para a Rádio Universitária FM, TV Viçosa, Jornal da UFV e Revista Ação Ambiental” (Relatórios de Atividades, UFV, 1998:62, 1999:61, 2000:61).

A diferença que se percebe, nesses Relatórios, é o acréscimo da concepção de extensão universitária enquanto transferência de tecnologias e práticas especializadas. Verifica-se, portanto, que a concepção sobre extensão universitária tem sido pouco discutida na Universidade Federal de Viçosa ou tem merecido pouca atenção por parte de seus dirigentes.

Outro documento, o Catálogo de Pós-Graduação 2001/2002 da UFV, destaca, de forma sucinta, no item Informações Gerais, as finalidades dessa instituição:

“A Universidade Federal de Viçosa, por meio do sistema indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, tem por objetivos: a) ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais de nível universitário; b) estimular, promover e executar pesquisa científica; c) estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino e os resultados da pesquisa” (Catálogo de Pós-Graduação 2001/2002, UFV).

Constata-se, nesse documento, a presença de outro termo, sistema indissociável do ensino, da pesquisa e extensão. Não há atribuição de significado a esse termo e nem exemplo do mesmo. Há uma semelhança entre a concepção difusionista de extensão universitária presente no objetivo c, descrito acima, e a primeira concepção assinalada, anteriormente, nos Relatórios de Atividades da UFV, no período 1998/2001.

Verifica-se, ainda, nesse Catálogo, que, ao tratar do ensino e da pesquisa, a UFV utiliza uma linguagem clara (atentar para os verbos “ministrar”,

“desenvolver”, “aperfeiçoar”, “visar”, “estimular”, “promover”, e “executar”) para indicar tipos de ações que concretizam essas funções da Universidade. Contudo, ao referir-se à extensão universitária, a UFV emprega a expressão “estender à comunidade”, que é vaga, imprecisa.

Além disso, convém destacar que na Revista Ação Ambiental, da UFV, número 19, de agosto/setembro/2001, a UFV vincula extensão universitária a desenvolvimento tecnológico do país. Por outro lado, na Revista Ambiental, número 22, de fevereiro/março/2002, a UFV concebe extensão universitária como difusão de conhecimentos. Entretanto, os Catálogos de Atividades de Extensão e Cultura, da UFV, referentes ao 1.º e ao 2.º semestre de 2002, não apresentam a concepção da Universidade Federal de Viçosa sobre extensão universitária. Verifica-se que o objetivo desses documentos é a apresentação da imagem dessa instituição, informando à comunidade as ações executadas e os projetos realizados.

Por meio do documento denominado Pesquisa na Universidade Norte do Paraná, extraído via Internet em 10/09/2002, a UNOPAR concebe as atividades de ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis. Contudo a UNOPAR não atribui significado a essa indissociabilidade e nem a exemplifica, conforme ocorre com os demais documentos. Noutro documento, intitulado Clínica de Odontologia, extraído via Internet em 10/09/2002, a UNOPAR utiliza outro termo, “aliar”, quando se refere à sua concepção sobre extensão universitária, sem contudo atribuir-lhe significado. De acordo com esse documento, a UNOPAR alia o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Universidade de São Paulo, através do Seminário Cultura e Extensão 2001, que teve como temática Diálogo com a Sociedade, apresenta vários componentes constituintes da extensão universitária:

- a) integração entre as atividades de extensão, pesquisa e ensino;
- b) a USP vincula extensão universitária à disseminação dos conhecimentos artístico, cultural, científico e técnico;
- c) a USP concebe extensão universitária como processo educativo que viabiliza uma ação transformadora da universidade e da sociedade, simultaneamente;

- d) a USP concebe extensão universitária como compromisso social da Universidade para com a sociedade.

8. AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este capítulo apresenta a extensão universitária por meio da análise das atividades executadas pelas diferentes instituições consideradas nessa investigação. Novamente, as instituições foram selecionadas em decorrência da disponibilidade dos dados e informações, sendo a Universidade Federal de Viçosa analisada ao longo de três anos. As demais instituições constantes dessa análise são: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Universidade do Amazonas. Para melhor compreensão dessa apresentação, cada uma delas será analisada separadamente.

8.1. Universidade Federal de Viçosa

8.1.1. As atividades em 1998

As atividades de extensão universitária da UFV, no ano de 1998, são apresentadas na Tabela 1, que apresenta as atividades, a frequência com que ocorrem o evento e o número de participantes. São 639 eventos, envolvendo 34.748 participantes, em 16 atividades.

Tabela 1 - Atividades de extensão universitária, 1998

Atividades	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos	372	13.565
Campanha	1	-
Campeonato	6	600
Conferência	1	200
Congresso	8	1.900
Dança	5	700
Encontro	18	1.560
Exposição	22	-
Feira	1	-
Festival	2	-
Jornada/Semana	10	2.510
Música	10	-
Palestra	46	1.663
Seminário	13	1.680
Teatro	5	390
Outros	119	9.980
TOTAL	639	34.748

Fonte: Relatório de Atividades 1998, UFV.

Inicialmente, deve-se destacar que o Relatório de Atividades 1998 não conceitua as atividades apresentadas e nem identifica o participante. A preocupação da instituição é de apenas expressar as atividades em termos quantitativos. Além disso, não há a quantificação do número de participantes das atividades designadas como Campanha, Exposição, Feira, Festival e Música. Deve-se acrescentar que também não é possível identificar quais são os atores que executaram essas atividades de extensão e nem quais são as características dos segmentos sociais beneficiados.

Ao analisar a frequência com que as atividades são executadas, identifica-se que a atividade Cursos representa a maioria (58%) das atividades de extensão desenvolvidas em 1998. Em seguida, figura a categoria Outros,

representando 19% do total, o que pode evidenciar a existência de vários significados presentes na concepção de extensão universitária da instituição. Não há, nesse documento, nenhum exemplo da categoria Outros, o que dificulta a sua compreensão. A atividade Cursos foi a que alcançou o maior número de participantes: 13.565 pessoas, seguida da atividade Outros. Na média, a atividade Jornada/Semana é a que atrai maior número de pessoas: são 251 pessoas. Congresso é a segunda atividade com maior participação dos segmentos sociais: são 237,5 pessoas em média. Como o Relatório não quantifica o público atingido das atividades Exposição, Feira, Festival e Música, torna-se difícil comparar os eventos de lazer com os eventos científicos, no tocante à participação dos segmentos sociais. Segundo CORRÊA (2002), o problema dos projetos de evento é que o seu público atendido é normalmente estimado, o que torna esse dado subjetivo.

É importante destacar que as atividades categorizadas como Outros, nesse Relatório, são descritas em outro documento da UFV, denominado de Eventos Institucionais. Esse documento identifica o nome do evento, o órgão responsável por sua promoção e a data de sua realização. Vale registrar que esse documento permite a identificação das seguintes ocorrências:

- a) há uma dissonância quanto ao número das atividades classificadas pela UFV como Outros. Na Tabela 1 são registradas 119 atividades, contudo, no documento Eventos Institucionais, são descritos 122 eventos classificados como Outros;
- b) a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, em conjunto com o Núcleo de Ensino Integrado de Ciências e Matemática, promoveram a maioria das atividades de extensão universitária classificadas pela UFV como Outros. Foram oferecidas por esses dois órgãos 15 atividades, representando 12% do total. Vale destacar que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é o órgão responsável pela coordenação e supervisão da extensão na UFV. A classificação dessas atividades, por parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, parece evidenciar a dificuldade conceitual da UFV em relação à extensão. Em seguida, figuram, respectivamente, o Departamento de Educação Física, com 13 atividades

classificadas como Outros, representando 11% do total e o Departamento de Letras e Artes, com 10 atividades, representando 8% do total;

- c) 55 das atividades descritas como Outros, no documento Eventos Institucionais, o que representa 45% do total, se configuram dentro da classificação das ações de extensão, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. As que figuram com mais frequência nesse documento são: oficinas (24), consideradas pelo Fórum como eventos e como cursos, e treinamentos (13), considerados pelo Fórum como cursos. Infere-se, portanto, que a UFV não segue a classificação das ações de extensão, proposta pelo Fórum;
- d) 04 dessas atividades classificadas como Outros, no documento Eventos Institucionais, em 1998, são típicas do ensino: Prova de Seleção para Candidatos ao Curso de Técnicas de Avaliação de Redações, Aula Inaugural do Direito – 1.º semestre/1998, Programa de Estágio Probatório de Docentes e Sessão Solene de Entrega de Diplomas. A classificação dessas atividades como de extensão parece evidenciar a dificuldade da UFV em distinguir atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- e) 03 dessas atividades classificadas como Outros, no documento Eventos Institucionais, não foram promovidas pela UFV, a qual apenas participou delas: UFV no Festival Del Sole de Ginástica, em Riccione, na Itália, III Workshop Nacional de Ginástica, promovido pela FMTAGA e Campeonato Mineiro de Trampolins, promovido pela FMTAGA.
- f) 02 atividades são categorizadas, simultaneamente, pela UFV, como cursos, conforme Tabela Cursos do Relatório de Atividades e como Outros, no documento Eventos Institucionais: Inglês Técnico-Leitura e A Pintura na Indústria de Alimentos. Essa duplicidade de categorização parece evidenciar a confusão conceitual da UFV em relação à extensão.

Deve-se explicitar que, apesar de os cursos figurarem na Tabela 1 do Relatório de Atividades, os mesmos passam a ser descritos na Tabela Cursos do Relatório de Atividades. Com esse registro, a atividade Cursos representa 58% das atividades de extensão desenvolvidas em 1998, e o número de participantes

dessa atividade representa 39% do número total de participantes das atividades de extensão desenvolvidas nesse ano. Essa outra Tabela (Cursos) identifica 370 cursos oferecidos a 13.565 participantes, com carga horária total de 9.032 h. Há, portanto, uma divergência quanto ao número de cursos oferecidos da Tabela 1 e da Tabela Cursos do Relatório de Atividades.

A maioria dos cursos oferecidos pela UFV em 1998 (308), conforme a Tabela Cursos do Relatório de Atividades, apresentou uma dependência monodepartamental e sem interação com outras instituições. Esse resultado evidencia que a estruturação da maioria dos cursos de extensão oferecidos pela UFV, nesse ano, obedeceu aos padrões cartesianos de organização. Apenas 13 dos cursos oferecidos nesse ano envolveram a interação interdepartamental. O órgão que mais ofereceu cursos sob a proposição interdepartamental foi a Diretoria de Recursos Humanos, com 06 cursos. Em seguida, figura a Pró-Reitoria de Administração, que ofereceu 05 cursos com essa estrutura. Somente 49 dos cursos oferecidos apresentaram uma estrutura interinstitucional. Nessa relação interinstitucional, o órgão da UFV que mais se destacou foi o Departamento de Fitotecnia, oferecendo 25 cursos, representando 51% do total de cursos interinstitucionais; seguido do Departamento de Engenharia Florestal, com 10 cursos oferecidos, representando 20% do total. Quanto ao envolvimento com outras instituições, destacou-se o Grupo Entre Folhas, com 23 cursos oferecidos, representando 47% dos cursos interinstitucionais; seguido da Sociedade de Investigações Florestais, com 09 cursos oferecidos, representando 18% dos cursos interinstitucionais. Esses dados evidenciam a tendência da extensão universitária se centralizar em ações provenientes da própria Universidade.

Os departamentos/unidades da UFV que mais ofereceram cursos em 1998 foram: Diretoria de Recursos Humanos, com 53 cursos; Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, com 42 cursos; Departamento de Fitotecnia, com 24 cursos; Departamento de Fitotecnia e Grupo Entre Folhas, atuando interinstitucionalmente, com 23 cursos; Departamento de Zootecnia, com 20 cursos; Departamento de Engenharia Agrícola, com 16 cursos; Departamento

de Biologia Animal, com 12 cursos; Departamento de Informática, com 12 cursos; Departamento de Engenharia Civil, com 11 cursos; Departamento de Veterinária, com 10 cursos e Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem/Departamento de Engenharia Agrícola, com 10 cursos interinstitucionais.

Ao analisar a carga horária desses cursos, verifica-se que a sua média é de 24 h. Entretanto uma parte dos cursos (19%) teve, em 1998, uma carga horária inferior a oito horas, contrariando a classificação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o qual entende que a atividade curso deve ter carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal, conforme CORRÊA (2002).

Dentre os cursos com maior número de carga horária, destacaram-se: Curso Preparatório para a ANPEC, com 300 h; Curso de Autocad 2, com 240 h; Curso Básico de Windows 95 e Word for Windows 6.0, com 180 h e Curso de Homeopatia Espiritual – 2.º módulo, com 162 h. Com relação aos cursos com menor número de carga horária, destacaram-se: O Tempo e a Produção Agrícola, com 2 h; 1.º ao 12.º Curso de Prevenção e Controle a Incêndios, todos com 3 h; Programa de Capacitação e Desenvolvimento dos RH da RTV – Sistema de Rádio e TV Educativa – 1.º, com 3 h e Treinamento, Prevenção e Combate a Incêndios – do 1.º ao 8.º, todos com 3 h.

Quanto à frequência com que os cursos são oferecidos, contata-se que aqueles mais ministrados em 1998 foram: Curso de Prevenção e Combate a Incêndios (13 vezes), promovido pela Diretoria de Recursos Humanos; Treinamento, Prevenção e Combate a Incêndios (8 vezes), promovido pela Diretoria de Recursos Humanos; Curso de Autocad 2d (8 vezes), promovido pelo Departamento de Engenharia Civil e Introdução ao Windows e Word (7 vezes), promovido pela Diretoria de Recursos Humanos. Destacaram-se, portanto, dentre os cursos mais ministrados em 1998, conforme Relatório de Atividades, aqueles associados às áreas de Recursos Humanos e Engenharia Civil.

Ao analisar o número de participantes por curso, constata-se que a sua média é de 37 participantes. Dentre os cursos com maior número de participantes destacaram-se: Curso de Programação Neurolingüística, com 400 participantes;

Seminário, I Internacional sobre Produtos Sólidos de Madeira de Alta Tecnologia, com 300 participantes; 1.º Seminário de Avaliação do PROCAP-Pólo 5, com 235 participantes; PROCAP – Pólo 5, com 235 participantes; Incêndios Florestais, com 210 participantes; Seminário Sul-Americano, I e 5.ª Reunião Técnica Conjunta SIF/FUPEP/IPEF sobre Controle de Incêndios Florestais, com 210 participantes; Abertura do I Intermódulo dos Cursos Emergenciais – SEE-MG/UFV, com 200 participantes; Curso de Iniciação e Treinamento de Ginástica Olímpica (Escolinha), com 200 participantes. Dentre essas atividades que obtiveram maior número de participantes, consideradas como cursos pela UFV, sobressaíram, portanto, três seminários, os quais são classificados como eventos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Evidencia-se, portanto, a incoerência entre a classificação das atividades na UFV em relação às orientações estabelecidas pelo Fórum.

Com relação aos cursos com menor número de participantes destacaram-se: A Escola e sua Prática Avaliativa – Reflexões e Propostas, com 1 participante; Educação no Meio Rural, Possibilidades e limitações, com 2 participantes; Escola Pública – Crise, Limites e Projeto, com 2 participantes; Treinamento Operacional do Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal – 2.º, com 2 participantes; Treinamento Operacional do Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal – 3.º, com 2 participantes; Violão Popular – Choro e Seresta III, com 2 participantes; Armazenamento de Grãos/Centreinar – Viçosa-MG, com 3 participantes; Cultura da Seringueira, com 3 participantes; Cultura de Leguminosas, com 3 participantes; Máquinas para Aplicação de Fitossanitários, com 3 participantes; Política e Legislação Florestal, com 3 participantes; Violão para Crianças, com 3 participantes. Esses dados parecem revelar que a UFV tem oferecido à sociedade cursos, a partir do que julga ser necessário à sociedade. Contudo esses cursos, alguns relacionados à educação, à administração, à música, às culturas sem importância econômica para a região, como é o caso da cultura da seringueira, não têm despertado o interesse dos segmentos sociais.

Ao analisar a expedição dos certificados, verifica-se a presença de algumas dissonâncias:

- a) segundo o Relatório de Atividades, Tabela Cursos , foram expedidos 13.595 certificados, mas o número de participantes é de 13.565;
- b) o curso Cultura do Coqueiro teve 40 participantes, entretanto a UFV expediu para o mesmo curso 100 certificados, de acordo com o referido Relatório;
- c) o curso Os Métodos de Irrigação teve 60 participantes. A UFV expediu para os participantes desse curso 30 certificados, não havendo a procura por parte de todos.

Quanto ao conteúdo dos cursos, não é possível a sua identificação, uma vez que o Relatório de Atividades 1998 fornece ao leitor somente o título dos cursos, o órgão responsável pela promoção, a carga horária, o número de participantes e o número de certificados expedidos, sem apresentar o seu programa ou objetivos.

A Tabela 2 se refere aos eventos culturais coordenados pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa Tabela quantifica esses eventos de acordo com o seu Núcleo de procedência. Inclui, ainda, dentre os eventos culturais, cursos de extensão cultural e seminários.

Tabela 2 - Número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 1998

Núcleos	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos de extensão cultural (regulares)	7	43
Cursos de extensão cultural(curta duração e seminários)	1	12
Núcleo de música	25	8.730
Núcleo de artes visuais	9	4.576
Núcleo de artes cênicas	3	910
Núcleo de cultura popular	2	6.000
UFV – TOTAL	47	20.271

Fonte: Relatório de Atividades 1998, UFV.

É interessante destacar uma divergência quanto ao número de cursos de extensão promovidos pela Divisão de Assuntos Culturais. A Tabela Cursos do Relatório de Atividades identifica 7 cursos promovidos pela DAC: Violão Popular - Choro e Seresta I, oferecido duas vezes; Violão Popular - Choro e Seresta II, oferecido duas vezes; Violão Popular - Choro e Seresta III, oferecido duas vezes e Violão para Crianças. Porém a Tabela 2 menciona 8 cursos de extensão cultural (7 regulares e 1 de curta duração e seminário). Provavelmente, grande parte das atividades consideradas como cursos de extensão pela DAC esteja registrada na Tabela Cursos do Relatório de Atividades e na Tabela 2. O Relatório de Atividades não especifica a diferença entre um curso de extensão cultural (regular) e um curso de extensão cultural (curta duração e seminários) e nem tampouco fornece exemplos dos mesmos. Além disso, esse documento não identifica o que é participante. A inclusão da atividade seminários na categoria Cursos de Extensão Cultural de curta duração evidencia a dificuldade de classificação das atividades de extensão universitária na UFV. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras classifica a atividade seminário como evento. Para essa instituição, há diferenças entre cursos e eventos. A categoria curso, conforme CORRÊA (2002:78), é o

“... conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejadas de modo sistemático, com carga horária definida e processo de avaliação formal”.

O Fórum inclui nessa categoria oficina, workshop, laboratórios e treinamentos. Eventos são

“... ações de interesse técnico, social, científico, desportivo e artístico...”
(CORRÊA, 2002:79).

O Fórum agrega nessa categoria as seguintes atividades: assembléia, campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, escola de férias, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, painel, recital, reunião, semana de estudos, seminário, show, simpósio, oficina, torneio e outros. A atividade oficina, portanto, é categorizada pelo Fórum,

simultaneamente, como curso e como evento, evidenciando uma certa confusão conceitual.

Ao analisar a frequência com que os eventos culturais são executados, identifica-se que o Núcleo de Música é aquele que mais oferece tais eventos, com 53% do total, seguido do Núcleo de Artes Visuais, com 19% do total.

Ao analisar o número de participantes por evento cultural, verifica-se que a sua média é de 431 participantes. Na média, o Núcleo de Cultura Popular é o que atrai um maior número de participantes: são 3.000 pessoas em média. Em segundo lugar, figura o Núcleo de Artes Visuais, com 508 pessoas em média. Comparativamente, os eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Cultura Popular atraem mais participantes do que curso de extensão cultural. A extensão universitária atinge um maior número de participantes por meio de eventos culturais dessa natureza. Esses dados também ficam restritos à dimensão quantitativa do Relatório de Atividades, registrando-se o total de 47 eventos oferecidos, com a participação de 20.271 pessoas. Para melhor compreensão e vinculação da extensão universitária aos eventos culturais, a Tabela 3 revela a evolução do número de eventos culturais, no período de 1995 a 1998.

De acordo com a Tabela 3, identifica-se a tendência de redução na oferta dos cursos de extensão cultural (regulares), acompanhada da redução do número de participantes também. Não obstante, essa mesma tendência ocorre com os outros eventos aqui designados como culturais, mas com um diferencial, que é a média de público aumentado. Por exemplo, a média de público, em 1998, para o Núcleo de Arte Popular é maior do que ocorreu em 1997.

Mais especificamente, tem-se que o número de Cursos de Extensão Cultural (Curta Duração e Seminários) sofre um decréscimo de 25% no ano de 1996 em relação a 1995; um equilíbrio no ano de 1997 em relação a 1996; e um decréscimo de 67% no ano de 1998 em relação a 1997. Por outro lado, quanto ao número de participantes dos Cursos de Extensão Cultural (Curta Duração e Seminários), identifica-se um acréscimo de 35,59% de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 1,25% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 85% de 1998 em relação a 1997.

Tabela 3 - Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1995-1998

Discriminação	Eventos				Participantes				Audiência ou público			
	1995	1996	1997	1998	1995	1996	1997	1998	1995	1996	1997	1998
Cursos de extensão cultural (regulares)	21	17	14	7	149	107	86	43	-	-	-	-
Cursos de ext. cult. (curta duração e seminários)	4	3	3	1	59	80	81	12	-	-	-	-
Núcleo de música	51	29	39	25	-	-	-	-	11.050	9.145	10.850	8.730
Núcleo de artes visuais	18	17	26	9	-	-	-	-	4.257	4.411	8.757	4.576
Núcleo de artes cênicas	8	8	6	3	-	-	-	-	1.835	1.130	5.675	910
Núcleo de arte popular	4	5	3	2	-	-	-	-	7.331	10.728	3.205	6.000
Outras atividades	18	6	15	-	-	-	-	-	14.720	481	1.300	-
Total	124	85	106	47	208	187	167	55	39.193	25.895	29.787	20.216

Fonte: Relatório de Atividades 1998, UFV.

Quanto ao número de eventos culturais oferecidos pelo Núcleo de Música, de 1996 em relação a 1995, houve um decréscimo de 43%; de 1997 em relação a 1996, um acréscimo de 34% e um decréscimo de 36%, de 1998 em relação a 1997.

Ao analisar o número da audiência ou público dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Música, identifica-se que houve um decréscimo de 17%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 19%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 19,54%, de 1998 em relação a 1997.

Quanto ao número de eventos culturais oferecidos pelo Núcleo de Artes Visuais, verifica-se um decréscimo de 5,56%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 53%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 65%, de 1998 em relação a 1997.

Ao analisar o número da audiência ou público dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Visuais, constata-se um acréscimo de 4%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 98,52%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 48%, de 1998 em relação a 1997.

Quanto ao número de eventos culturais oferecidos pelo Núcleo de Artes Cênicas, identifica-se um equilíbrio, de 1996 em relação a 1995; um decréscimo de 25%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 50%, de 1998 em relação a 1997.

Ao analisar o número de audiência ou público dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Cênicas, verifica-se um decréscimo de 38%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 402%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 84%, de 1998 em relação a 1997.

Quanto ao número de eventos culturais oferecidos pelo Núcleo de Cultura Popular, constata-se um acréscimo de 25%, de 1996 em relação a 1995; um decréscimo de 40%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 40%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 33%, de 1998 em relação a 1997.

Ao analisar o número de audiência ou público dos eventos promovidos pelo Núcleo de Cultura Popular, identifica-se um acréscimo de 46%, de 1996 em

relação a 1995; um decréscimo de 70%, de 1997 em relação a 1996; um acréscimo de 87%, de 1998 em relação a 1997.

Quanto ao número de Outras Atividades oferecidas, constata-se um decréscimo de 67%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 150%, de 1997 em relação a 1996. A tabela 3 não expressa o número de Outras Atividades oferecidas em 1998.

Ao analisar o número de audiência ou público da categoria Outras Atividades, verifica-se um decréscimo de 97%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 170%, de 1997 em relação a 1996. A Tabela 3 não expressa o número de audiência ou público da categoria Outras Atividades no ano de 1998.

No rodapé da Tabela 3, encontra-se que palestras e encontros fazem parte da categoria Outras Atividades. A atividade palestra, apesar de utilizada pela universidade pública brasileira como extensão, não figura na classificação das ações de extensão do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Essa instituição classifica a atividade encontro como evento. Evidencia-se, novamente, a incoerência das categorias empregadas na UFV, ao agregar as suas atividades de extensão, em relação às orientações do Fórum. Verifica-se que a UFV não tem clareza conceitual acerca da extensão universitária.

Ao analisar o número total de eventos culturais, identifica-se um decréscimo de 31%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 25%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 55,67%, de 1998 em relação a 1997.

Quanto ao número total de participantes, constata-se um decréscimo de 10%, de 1996 em relação a 1995; um decréscimo de 11%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 67%, de 1998 em relação a 1997.

Em relação ao número total de audiência ou público, verifica-se um decréscimo de 34%, de 1996 em relação a 1995; um acréscimo de 15%, de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 32%, de 1998 em relação a 1997.

As atividades desportivas, coordenadas pelo Departamento de Educação Física e pela Associação Atlética Acadêmica, também estão incluídas nas atividades de extensão universitária. As atividades desportivas estão descritas noutra Tabela do Relatório de Atividades, que apresenta a relação dessas

atividades, identificando 69 atividades desportivas, oferecidas a 17.642 participantes, com a carga horária total de 8.608 h.

Ao analisar a carga horária dessas atividades desportivas, constata-se que a sua média é de 125 h. Dentre as atividades desportivas com maior número de carga horária destacaram-se: Participação em jogos no Interior de Minas (JIMI), promovido pela Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, com 1.500 h; Promoção dos Jogos Universitários Viçosenses, envolvendo alunos de todos os cursos de graduação, com 1.000 h; Apoio à organização dos Jogos Escolares de Viçosa do 2.º grau, promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa, com 800 h; Jogos Escolares de Viçosa (JEV'S) do 2.º grau, com 800 h.

Ao analisar a frequência com que as atividades desportivas são oferecidas, verifica-se que aquelas mais ministradas em 1998 foram: campeonatos (8), em nível local, estadual e nacional, representando 12% do total dessas atividades; ginásticas (8), a 3.ª Idade e a Senhoras de Meia Idade, representando 12% do total.

Quanto à promoção das atividades desportivas, a grande maioria (98%) apresentou uma estrutura monodepartamental, desarticulada com outras instituições: 78% dessas atividades foram oferecidas pelo Departamento de Educação Física; 20%, pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/Serviço de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. O Relatório de Atividades não menciona a promoção da atividade desportiva Realização do Torneio Integração Universitário com o Instituto Católico de Minas Gerais – 1 CMG/Ipatinga nas modalidades vôlei, handebol e futsal. Esses dados podem evidenciar que a estruturação da maioria das atividades desportivas oferecidas pela UFV nesse ano obedeceu aos padrões cartesianos de organização.

Ao analisar o número de participantes por atividade desportiva, identifica-se que a sua média é de 256 participantes. Dentre as atividades desportivas com maior número de participantes destacaram-se: Participação em jogos no Interior de Minas (JIMI), promovido pela Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, com 4.000 participantes; Participação no Campeonato Intermunicipal, promovido pela Liga Esportiva de Viçosa, com 3.600

participantes; Participação no Campeonato Municipal, promovido pela Liga Esportiva de Viçosa, com 3.060 participantes. Infere-se, portanto, que as atividades desportivas que mais atraem pessoas são campeonatos e jogos (JIMI). Deve-se explicitar que as três atividades desportivas que tiveram maior número de participantes não foram promovidas pela UFV: houve apenas a sua participação.

Embora o Relatório de Atividades mencione que as atividades desportivas tenham sido destinadas às comunidades universitária e viçosense, não se especificam quais são as características desses segmentos sociais beneficiados e nem quais são os executores dessas atividades. Desse modo, a Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades se limita a informar quais foram as atividades desportivas oferecidas, o Departamento responsável pela promoção dessas atividades, o número de participantes e a carga horária. É importante destacar que 17 atividades descritas nessa Tabela, o que representa 25% do total das atividades desportivas, não foram promovidas pela UFV, a qual simplesmente participou das mesmas.

Nesse ano, nenhuma atividade desportiva foi classificada na categoria Outras Atividades, conforme a Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades. Entretanto, o documento Eventos Institucionais categoriza 07 dessas atividades desportivas integrantes da Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades como Outros Eventos Institucionais: Campeonato Mineiro de Trampolins – Juiz de Fora – Maio/98, Escolinha de Futebol, Projeto Nadar, Treinamento e Ginástica Geral – Julho a Dezembro – Escolares da Comunidade Universitária e Viçosense, Treinamento de Trampolim Acrobático e Gin. Acrobática – Julho a Dezembro, VI Copa UFV de Ginástica Olímpica, Vivências Lúdicas Infantis – 20-07 a 31-07-98 e Ludoteca – UFV - Viçosa. Essas evidências demonstram a existência, na UFV, de uma dificuldade conceitual quanto à extensão universitária.

Algumas atividades classificadas como desportivas no Relatório de Atividades (campeonato, festival e torneio) são consideradas como eventos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Isso

evidência, mais uma vez, a dificuldade da UFV em agregar as suas atividades de extensão segundo as orientações do Fórum.

Vale destacar que 04 atividades foram duplamente registradas pela UFV: são descritas na Tabela Cursos do Relatório de Atividades como cursos e na Tabela Atividades Desportivas, são identificadas também como cursos, mas integrantes das Atividades Desportivas. Trata-se de 04 cursos de Dança de Salão. Esses dados evidenciam a dificuldade da UFV em categorizar as suas atividades de extensão.

A predominância da categoria Curso dentre as atividades de extensão universitária realizadas pela UFV, nesse ano, implica em:

- a) influência recebida do modelo de extensão universitária europeu (universidades populares). De acordo com GURGEL (1986), esse modelo concebe extensão universitária enquanto oferecimento de cursos, vinculando essa atividade à disseminação de conhecimentos técnicos ao povo;
- b) pouco envolvimento da universidade com a sociedade, posto que a atividade Curso apresenta, normalmente, uma carga horária reduzida, um contato esporádico com a sociedade, uma menor disponibilidade de recursos humanos e não compromisso da universidade com a sociedade;
- c) sabe-se que a UFV realiza cursos fora do campus, entretanto o relatório realça a centralização da extensão universitária na própria Universidade: a Universidade não se desloca até a sociedade para conhecer os seus problemas;
- d) a Universidade, através dos cursos, oferece aos participantes o conhecimento acadêmico, não ocorrendo a troca entre os saberes acadêmico e popular;
- e) a maioria dos cursos apresenta uma estrutura monodepartamental, sem interação com outras instituições;
- f) não se constata a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aliás, verifica-se a confusão conceitual entre elas, principalmente entre ensino e pesquisas: algumas atividades típicas de ensino são categorizadas pela UFV como extensão universitária.

8.1.2. As atividades em 1999

As atividades da UFV em extensão, no ano de 1999, são apresentadas pela Tabela 4. São 947 atividades, envolvendo 95.912 participantes, muito acima das atividades realizadas no ano de 1998.

Tabela 4 - Atividades de extensão universitária, eventos e participantes

Atividades	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos	527	22.840
Campeonato	6	590
Concerto	1	300
Conferência	2	200
Congresso	8	2.840
Coral	9	300
Dança	3	3.500
Encontro	15	3.900
Excursão Acadêmica	1	30
Exposição	43	5.800
Feira	1	-
Festival	5	2.300
Jornada/Semana	18	7.000
Música	6	1.600
Palestra	44	7.995
Seminário	31	3.530
Show Artístico	7	4.000
Teatro	9	1.300
Outros	211	27.887
Total	947	95.912

Fonte: Relatório de Atividades 1999, UFV.

Um aspecto comum ao Relatório de 1998 é que continua a não conceituação das atividades apresentadas. Do mesmo modo, não é possível identificar quais são os atores que realizaram as atividades de extensão e nem quais são as características dos segmentos sociais beneficiados.

Quanto à frequência com que as atividades são executadas, verifica-se que a atividade Cursos representa a maioria (56%) delas. Em seguida, aparece a categoria Outros, que representa 22% do total, o que pode implicar na existência de múltiplos significados presentes na concepção de extensão universitária da instituição. Não há nesse documento, nenhum exemplo da categoria Outros, dificultando a sua compreensão. A atividade Outros foi a que obteve o maior número de participantes: 27.887 pessoas, seguida da atividade Cursos. Na média, a atividade Dança é a que atrai maior número de pessoas: são 1.167 pessoas. Sob a mesma natureza de atividade, Show Artístico é a segunda atividade com maior participação dos segmentos sociais: são 571 pessoas em média. Comparativamente, Dança, Festival, Show Artístico e Concerto atraem mais participantes do que Palestra e Seminários. Pode-se inferir, portanto, que a extensão universitária atinge um maior número de participantes por meio de eventos de lazer, onde os possíveis protagonistas não pertencem ao quadro da universidade, mas intermediada por ela nas realizações.

É importante registrar que as atividades classificadas como Outros são descritas em outro documento da UFV, denominado de Eventos Institucionais. Esse documento contém o nome do evento, o órgão responsável por sua promoção e a data de sua realização. Esse documento permite identificar as seguintes ocorrências:

- a) há divergência quanto ao número das atividades classificadas pela UFV como Outros. Na Tabela 4 são registradas 211 atividades, em 1999, porém, no documento Eventos Institucionais, são descritas apenas 176 atividades classificadas como Outros Eventos Institucionais. Portanto, 35 atividades registradas na Tabela 4 como Outros não figuram no documento Eventos Institucionais, o que dificulta a compreensão total dessas atividades;

- b) a maioria das atividades de extensão universitária classificada pela UFV como Outros, descritas no documento Eventos Institucionais, foi promovida pelo Departamento de Educação Física. Trata-se de 30 atividades, o que representa 17% do total. Desse conjunto, 24 atividades foram realizadas pelo próprio Departamento de Educação Física, sendo que 03 delas com outras instituições (Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais e Prefeitura Municipal de Viçosa); 02 em conjunto com outros órgãos da UFV (01 com o Centro de Ensino de Extensão, outra com a Divisão de Assuntos Culturais) e 01 com Leo (nome de um aluno da Educação Física) e com CI (o Departamento de Educação Física não soube informar o que significa essa sigla). Ao agregar essas atividades sob as categorias empregadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, nota-se que 06 são classificadas como projetos, 02 torneios, classificados como eventos; 01 festival, classificado como evento e 01 treinamento, classificado como curso. Infere-se, portanto, que a UFV não tem agregado as suas atividades de extensão universitária de acordo com a classificação das ações de extensão, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Em seguida, aparece a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, responsável pela promoção de 21 atividades descritas nesse documento; seguida da Divisão de Assuntos Culturais, com 20 atividades realizadas, o que representa 11% do total. Vale destacar que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, juntamente com a Divisão de Assuntos Culturais, são órgãos integrantes da administração e responsáveis pela coordenação da extensão na UFV;
- c) 65 das 176 atividades descritas No documento Eventos Institucionais, representando 37% do total, se configuram dentro da classificação de ações de extensão, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Dessas 65 atividades, 38 são consideradas pelo Fórum como eventos, 24, como cursos e 03, como projetos;
- d) 07 dessas atividades classificadas como Outros, em 1999, no documento Eventos Institucionais, são típicas de cursos: (Avaliação de Redações, Prova

de Seleção, Prova de Seleção para Candidatos ao Curso de Avaliação de Redações, Aula Magna, Júri Simulado, Aula Magna II/99 e Aula Prática/Cromatografia Gasosa-Óleos). A classificação dessas atividades como de extensão evidencia a tendência, na UFV, de associar a extensão universitária ao ensino não formal;

e) 10 eventos institucionais classificados como Outros, no documento Eventos Institucionais, representando 6% do total, se referem a comemorações: (Calourada 99, Dia da Pesquisa em Matemática, Dia do Zootecnista, Churrasco de Ex-Alunos, Comemoração do Dia da Mulher, Comemoração do Dia 1.º de Maio, Pentecostes, Missa Festiva, Comemoração do Dia das Crianças e do Dia dos Professores; Comemoração 500 Anos do Descobrimento do Brasil – Visita Oficial do Cônsul de Portugal no Estado de MG, à UFV/DPD;

f) 99 atividades constantes do documento Eventos Institucionais são classificadas pela UFV, simultaneamente, como cursos, conforme Tabela Cursos do Relatório de Atividades e como Outros, conforme o documento Eventos Institucionais. Entre elas estão a Oficina de Produção Musical, Oficina de Texto – Leitura e Escrita, Oficina de Produção Musical, Objetos e Pinturas, Estatística Aplicada à Administração: Uma Introdução sob o Enfoque da Pesquisa; Custos e Formação de Preço de Venda; Perspectivas Econômicas de Viçosa Face à Expansão do Ensino Superior Local, Mesa Redonda (Novas Diretrizes Curriculares), Planejar para Fazer a Diferença: Experiências de Planejamento Local; Requalificação Urbana do Largo Estação Cultural, Características da Madeira e de suas Aplicações como Material de Construção, Modelos Computacionais em Engenharia de Conservação de Água e Solo, Regulagem de Máquinas e Implementos para Preparo do Solo, Utilização do GPS na Agricultura de Precisão, Regulagem de Máquinas Aplicadoras de Defensivos Agrícolas, Plantio e Colheita; Uso do GPS na Agricultura de Precisão, Visual Basic Aplicado ,à Engenharia de Sistemas Agrícolas; O tempo, o Clima e a Saúde; Questões Essenciais para Uso e Conservação dos Equipamentos Domésticos; Oficina de História, PET na

Periferia; Tópicos de Demanda e Oferta de Moeda, Tópicos de Macroeconomia: O Modelo IS-LM, Tópicos de Macroeconomia, Introdução aos Mercados de Derivativos, Técnicas de Montanhismo Aplicadas à Área Científica, Workshop sobre Controle e Pesquisa com Formigas Cortadeiras e Lagartas Desfolhadoras, Técnicas de Abate, Processamento e Utilização de Madeira de Eucalipto; Tecnologia da Informação em Cooperativas Agrícolas, Voleibol dos Servidores, Escolinha de Futebol, Iniciação e Aprendizagem do Judô, Iniciação ao Judô, Workshop sobre (O Melhoramento de Plantas na Virada do Milênio), Tecnologia de Aplicação de Defensivos Agrícolas, Oficina de Plantas Medicinais, Das PCNs à Sala de Aula: Leitura, Produção e Gramática; Avaliação de Redações; A Produção de Textos na Escola: Como Avaliar a Coerência e a Coesão, Sintaxe das Relações, Sintaxe das Funções, Introdução ao MAPLE V, Aplicação do Programa 5 Ss no Gerenciamento da Merenda Escolar, Workshop Alimentos Funcionais, Direito Administrativo Municipal, Júri Simulado, Tratados Internacionais, Políticas Públicas de Educação; Licenciatura: Alguns Aspectos Sociais e Pedagógicos; A Pesquisa em Educação: Tendências e Espaços Atuais, Análises Estatísticas no SAEG, Análises Estatísticas no SAEG; 1.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial - Módulo I – Levantamento Clima Organizacional/Situacional, 5.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo I – Levantamento Clima Organizacional/Situacional, 6.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo I – Levantamento Clima Organizacional/Situacional; 15.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo III – Melhoria na Qualidade e Desempenho Administrativo, 16.º Treinamento de Qualidade e Capacitação Gerencial – Módulo III – Melhoria na Qualidade do Desempenho Administrativo, 10.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudanças de Comportamento em Busca da Melhoria; 17.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial - Módulo III - Melhoria na Qualidade do Desempenho Administrativo; 2.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo I – Levantamento Clima Organizacional/Situacional; 11.º

Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II Mudança de Comportamento em Busca da Melhoria; 12.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudança de Comportamento em Busca da Melhoria; 2.º Treinamento nas Atividades de Laboratório – Módulo I; 13.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudança de Comportamento em busca da Melhoria, 14.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II - Mudança de Comportamento em Busca da Melhoria; 3.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo I - Levantamento Clima Organizacional/Situacional; 5.º Treinamento nas Atividades de Laboratório – Módulo II; 4.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial – Módulo I - Levantamento Clima Organizacional/Situacional; 7.º Treinamento e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudanças de Comportamento em Busca da Melhoria; 9.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II de Comportamento em Busca da Melhoria; 8.º Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudanças de Comportamento em Busca da Melhoria; Orientação Educacional às Gestantes e Nutrizes, Orientação Educacional às Gestantes e Nutrizes, Aula Prática/Cromatografia Gasosa-Óleos, Introdução a Equoterapia, Oficina 3 da Química, Oficina 3 de Biologia, Oficina de Física III: Eletromagnetismo, Oficina de Física IV: Física Térmica, Oficina 4 de Biologia, Oficina 4 de Química, Oficina de Física V: Física Moderna, Oficina 1 de Matemática, Oficina 2 de Matemática, Oficina 3 de Matemática, Oficina de Física 1: Mecânica, Oficina 1 de Química, Oficina 1 de Biologia, Oficina 4 de Matemática, Oficina 2 de Química, Oficina de Física II: Oscilações, Ondas e Ótica, Oficina 2 de Biologia, Oficina de Ensino Eficiente, Orientação Vocacional, Orientação Vocacional e Orientação Vocacional. Esses dados parecem comprovar a existência de uma enorme confusão conceitual na UFV, relativa à extensão.

Os cursos, além de figurarem na Tabela 4 do Relatório de Atividades, são descritos na Tabela Cursos do Relatório de Atividades. Com esse registro, a atividade Cursos representa nesse ano, 56% do total das atividades de extensão

universitária, e o número de participantes é de 24% entre todos aqueles que participaram das atividades de extensão universitária realizadas em 1999. A média de participação é de 43 pessoas por evento. A Tabela Cursos identifica 527 cursos, oferecidos a 22.840 participantes, com uma carga horária total de 14.079,2 h. Comparando-se o número de cursos oferecidos nesse ano (527) com o número do ano anterior (372), verifica-se um acréscimo de 42% do total. Parte desse acréscimo, que representa 14% do total de cursos oferecidos em 1999, se deveu ao fato de a UFV registrar como sua promoção no Relatório de Atividades desse ano 76 cursos promovidos por outras instituições ou programas; como por exemplo; o IMA promoveu 3 cursos; a EPAMIG, 4; o PDPL, 4; a SETASCAD, 4; o SENAR, 13; o Centreinar, 13; a EMATER, 17 e a SETASCAB, 18 cursos.

A maioria (89%) dos cursos oferecidos pela UFV em 1999, conforme Tabela Cursos do Relatório de Atividades, apresentou uma estrutura monodepartamental e sem interação com outras instituições. Somente 17 cursos apresentaram uma estrutura interdepartamental, o que representa 3% do total de cursos oferecidos nesse ano. O órgão da UFV que mais ofereceu cursos com uma estrutura interdepartamental foi a Diretoria de Recursos Humanos, com 06 cursos. Em seguida, aparece a Divisão de Assuntos Culturais, com 04 cursos. Apenas 17 dos cursos oferecidos nesse ano, 3% do total, envolveram uma estrutura interinstitucional. Nessa relação interinstitucional, o órgão da UFV que mais se destacou foi o Departamento de Fitotecnia, oferecendo 09 cursos, o que equivale a 53% do total de cursos interinstitucionais; seguido do Departamento de Engenharia Florestal, oferecendo 06 cursos, o que representa 35% do total de cursos interinstitucionais. Quanto ao envolvimento com outras instituições, destacou-se o Grupo Entre Folhas, com 09 cursos oferecidos, o que representa 53% do total de cursos interinstitucionais; seguido da Sociedade de Investigações Florestais, com 06 cursos oferecidos, o que representa 35% do total de cursos interinstitucionais. Vale destacar que os cursos interinstitucionais realizados, nesse ano, só ocorreram com instituições localizadas dentro do campus da UFV: Grupo Entre Folhas, Sociedade de Investigações Florestais, Empresa Júnior de Zootecnia e Programa Gilberto Melo, as duas últimas associadas à formação dos

alunos. Esses dados evidenciam a tendência da extensão universitária se centralizar na própria Universidade.

Os departamentos/unidades da UFV que mais ofereceram cursos em 1999 foram: CEDAF – Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, com 69 cursos, Departamento de Fitotecnia, com 45 cursos, Diretoria de Recursos Humanos, com 43 cursos, Departamento de Letras e Artes, com 24 Cursos, Departamento de Engenharia Agrícola, com 21 cursos, Departamento de Engenharia Civil, com 20 cursos, Departamento de Nutrição e Saúde, com 19 cursos e Departamento de Veterinária, com 18 cursos. Vale destacar que dos 69 cursos registrados pela CEDAF como de sua execução, 35, o que representa 51% do total, foram promovidos por outras instituições, como a SETASCAD, que promoveu 4 cursos, o SENAR, 13 e a SETASCAB, 18.

Quanto à carga horária dos cursos descritos na Tabela Cursos do Relatório de Atividades, constata-se que sua média é de 27 h. Contudo 25% dos cursos descritos no Relatório de Atividades – 1999 tiveram uma carga horária inferior a oito horas, o que também contraria as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, o qual considera que a atividade curso deve ter uma carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal.

Outro aspecto interessante é que os programas de *lato sensu* são registrados como atividades de extensão universitária. Assim, estão os cursos com as maiores cargas horárias, como a Bioquímica Aplicada – Lato Sensu: 510 h, Preparatório em Língua Inglesa – TOEFL: 240 h, TOEFL – Preparatório em Língua Inglesa: 240 h, TOEFL – Preparatório em Língua Inglesa: 240 h, TOEFL – Preparatório em Língua Inglesa: 240 h, Bovinocultura de Leite Mód. II – SENAR: 188 h e Workshop sobre (O Melhoramento de Plantas na Virada do Milênio). Vale destacar que o curso de Bioquímica Aplicada – Lato Sensu é uma atividade típica de ensino, e não de extensão. Evidencia-se, mais uma vez, a dificuldade conceitual da UFV sobre extensão universitária.

Dentre os cursos com menor número de carga horária, destacaram-se: Tratados Internacionais, com 1,5 h; Aquarela, Asp na rede integrada, Capacitação

de Educadores Infantis – Projeto Minas X Minas, Dança de Salão, Desenho e Percepção Visual, Dimensionamento de Coberturas de Fibrocimento, Escolinha de Futebol, Introdução à Avaliação de Impactos Ambientais, Introdução aos Mercados Derivativos, Macro Lucro na Produção de Carne Bovina, Manutenção de Jardins, Mesa Redonda (Novas Diretrizes Curriculares), Objetos e Pinturas, Oficinas de Enfeites de Natal, Oficina de História, Oficina de Ikebana Sanguetsu; 2.^a, Oficina de Origami, Perspectivas Econômicas de Viçosa Face à Expansão do Ensino Superior Local, Produção de Massa de Tomate, Reflorestamento Para Proteção de Bacias e Produção de Madeira, Requalificação Urbana do Largo Estação Cultural, Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II – Mudança de Comportamento em Busca de Melhoria, 13.^o; Treinamento de Qualificação e Capacitação Gerencial/Módulo II- Mudança de Comportamento em Busca da Melhoria, 9.^o; Windows 95 e RADO, 1.^o; Windows 95 e RADO, 2.^o e Workshop sobre (O Melhoramento de Plantas na Virada do Milênio), todos esses cursos com 2 h; Planejar para Fazer a Diferença: Experiências no Planejamento Local, com 2,2 h. A Pesquisa em Educação: Tendências e Espaços Atuais, Lanche também pode ser nutritivo, ambos com 2,5 h.

Com relação à frequência com que os cursos são oferecidos, verifica-se que aqueles mais ministrados em 1999 foram: AutoCad 2D (6 vezes), promovido pelo Departamento de Engenharia Civil; Armazenamento de Grãos (6 vezes), promovido pelo Centreinar; Oficina de Física (5 vezes), promovido pelo NEICIM; Oficina de Biologia (4 vezes), promovido pelo NEICIM; Oficina de Matemática (4 vezes), promovido pelo NEICIM; Oficina de Química (4 vezes), promovido pelo NEICIM; Operação de Tratores Agrícolas (4 vezes), promovido pelo SENAR (no Relatório de Atividades figura o nome da CEDAF); TOELF – Preparatório em Língua Inglesa (4 vezes), promovido pelo Departamento de Letras e Artes; Homeopatia (4 vezes), promovido pelo Departamento de Fitotecnica.

Ao analisar o número de participantes por curso, constata-se que a sua média é de 43 participantes. Quanto aos cursos com maior número de participantes, sobressaíram: Prático sobre Plantas Medicinais, oferecido duas

vezes, cada curso com 500 participantes; Pré-Cálculo, com 300 participantes; Júri Simulado, com 250 participantes; Técnicas de Abate, Processamento e Utilização de Madeira de Eucalipto, com 250 participantes. Vale destacar que o curso Prático sobre Plantas Medicinais foi o que alcançou o maior número de participantes nas duas vezes em que foi oferecido, evidenciando a procura da sociedade pela medicina alternativa. Os cursos Pré-Cálculo e Júri Simulado são típicos do ensino, destinados, portanto, aos alunos da UFV. Quanto ao curso Técnicas de Abate, Processamento e Utilização de Madeira de Eucalipto, a grande demanda pode estar relacionada ao interesse dos agricultores de Viçosa e à presença de indústrias de celulose e de papel próximas à região de Viçosa, como é o caso da CENIBRA, em Ipatinga.

Com relação aos cursos com menor número de participantes, destacam-se: Prático sobre Produção de Plantas Condimentares, com 02 participantes; Prático sobre Produção de Plantas Medicinais, com 03 participantes; Classificação e Análise de Grãos – Viçosa-MG; Doma Racional – Florestal, SETASCAB e Laboratório de Homeopatia, todos com 05 participantes.

Quanto à expedição dos certificados, verifica-se que todos os participantes dos cursos obtiveram certificado, o que pode implicar na associação entre certificado e qualificação para o mercado de trabalho.

Quanto ao conteúdo dos cursos, não é possível a sua identificação, posto que o Relatório de Atividades 1999 só fornece ao leitor o título dos cursos, o órgão responsável pela promoção, a carga horária, o número de participantes e de certificados expedidos, sem apresentar o seu programa ou objetivos.

A partir da Tabela Cursos do Relatório de Atividades, pode-se também associar as atividades de extensão universitária, realizadas pela UFV e por ela classificadas como cursos e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Deste modo, tem-se que:

a) cinco atividades, classificadas pela UFV como cursos, são categorizadas de maneira distinta pelo Fórum. Manejo Integrado de Doenças para a Empresa SIPCAM-AGRO, Manejo Integrado de Doenças para a Empresa ZENECA e Sistema Geoespacializado Da Demanda de Irrigação suplementar Para o

Estado de Mg Em Tempo “Quase Real” são considerados pelo Fórum como prestações de serviço. Mesa Redonda (Novas Diretrizes Curriculares) e Seminário de Saxofone, classificadas pela UFV como cursos, são consideradas pelo Fórum como eventos;

- b) a UFV classifica a atividade Júri simulado, típica do ensino, como curso de extensão. O Fórum não categoriza essa atividade dentre as ações de extensão universitária;
- c) a UFV não calcula o equivalente-aluno, indicador proposto pelo Fórum, que consiste na multiplicação do número de concluintes dos cursos pela carga horária, dividido por 800. O cálculo desse indicador parece ser uma estratégia do Fórum em aproximar a extensão do ensino;
- d) 25% das atividades classificadas pela UFV como cursos tiveram uma carga horária inferior a 8 horas, contrariando as orientações do Fórum.

A Tabela 5 identifica os eventos culturais coordenados pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa Tabela quantifica esses eventos culturais de acordo com o seu Núcleo de procedência. Inclui, ainda, dentre os eventos culturais, cursos de extensão cultural e seminários.

Tabela 5 - Número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 1999

Núcleos	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos de extensão cultural (regulares)	12	72
Núcleo de música	40	-
Núcleo de artes visuais	31	-
Núcleo de artes cênicas	10	-
Núcleo de cultura popular	6	-
Outras atividades	23	-
Total	122	72

Fonte: Relatório de Atividades 1999, UFV.

Vale destacar a existência de uma divergência quanto ao número de cursos promovidos pela DAC: na Tabela Cursos do Relatório de Atividades, constam 16 cursos, ao passo que, na Tabela 5, constam 12. A Tabela Cursos descreve os seguintes cursos promovidos pela DAC: Aquarela, Arte em Gesso, Laboratório de Artes Cênicas, Objetos e Pinturas, Oficina de Ikebana Sanguetsu, Oficina de Origami, Oficina de Produção Musical (oferecido duas vezes), Oficina de Texto – Leitura e Escrita, Pirogravuras, Técnica Vocal e Dicção I, II e Canto (oferecido duas vezes), Teoria Musical I, Violão Clássico: Origens, História e Teoria da Música; Violão Popular Choro e Seresta I, II e III e Violão para Crianças (oferecido duas vezes). O curioso é que, entre essas 16 atividades descritas na Tabela Cursos do Relatório de Atividades como cursos, 03 são classificadas pela UFV, em outro documento, denominado Eventos Institucionais, como Outros: Oficina de Produção Musical, Oficina de Texto-Leitura e Escrita, Objetos e Pinturas, evidenciando, portanto, uma duplicidade de registros: essas três atividades são classificadas pela UFV, simultaneamente, como Outros e como Cursos.

O Relatório de Atividades não especifica a diferença entre um curso de extensão cultural (regular) e um curso de extensão cultural (curta duração e seminários). A inclusão da atividade seminários nos Cursos de Extensão Cultural de Curta Duração evidencia a dificuldade da UFV em agregar as suas atividades de extensão universitária. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras classifica a atividade seminário como evento. Para essa instituição, há diferenças entre cursos e eventos.

No rodapé da Tabela 5, encontra-se que palestras e encontros fazem parte da categoria Outras Atividades. Evidencia-se que a Divisão de Assuntos Culturais, responsável pela coordenação das atividades culturais da UFV, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, se afasta da conceituação de extensão universitária apresentada pelo Fórum.

Quanto à frequência com que os eventos culturais são realizados, verifica-se que o Núcleo de Música é o que mais oferece tais eventos, com 33% do total, seguido do Núcleo de Artes Visuais, com 25% do total. Em seguida,

figuram Outras Atividades, representando 19% do total. No rodapé da Tabela 5, consta que palestras e encontros fazem parte da categoria Outras Atividades.

Em relação ao número de participantes por evento cultural, identifica-se que somente a categoria Cursos de Extensão Cultural (Regulares) quantifica o número de participantes: são 72 pessoas. A média desses cursos é de 06 participantes.

A Tabela 6 identifica a evolução dos eventos culturais, no período de 1996-1999.

A Tabela 6 apresenta as atividades da UFV em termos de duas categorias: cursos regulares e atividades desenvolvidas por quatro núcleos diferentes. Essas atividades são diferenciadas em termos do número de eventos realizados e em função dos participantes e audiência ou público. Por essa classificação, nota-se a importância de se interpretar a extensão universitária sob uma outra categoria. Em termos de conteúdos, elas revelam propostas muito distantes com possíveis impactos diferenciados sobre os segmentos sociais. Com relação ao número de eventos e participantes os números absolutos, bem como as médias, revelam tendências interessantes.

Enquanto os cursos de extensão cultural regulares possuem a média, constante, de 6 pessoas ao longo dos diferentes anos, a média dos cursos de curta duração tende a reduzir, passando de 27 para 12. Tem-se, portanto, sob a perspectiva da formação cultural dos segmentos sociais, a média, reduzida, de participantes e a média com tendência à redução.

Tabela 6 - Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1996-1999

Discriminação	Eventos				Participantes				Audiência ou público			
	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999	1996	1997	1998	1999
Cursos de extensão cultural (regulares)	17	14	7	12	107	86	43	72	-	-	-	-
Cursos de ext. cult. (curta duração e seminários)	3	3	1	-	80	81	12	-	-	-	-	-
Núcleo de música	29	39	25	40	-	-	-	-	9.145	10.850	8.730	38.440
Núcleo de artes visuais	17	26	9	31	-	-	-	-	4.411	8.757	4.576	13.610
Núcleo de artes cênicas	8	6	3	10	-	-	-	-	1.130	5.675	910	4.515
Núcleo de cultura popular	5	3	2	6	-	-	-	-	10.728	3.205	6.000	8.418
Outras atividades	6	15	-	23	-	-	-	-	481	1.300	-	10.088
Total	85	106	47	122	187	167	55	72	25.895	29.787	20.216	75.071

Fonte: Relatório de Atividades 1999, UFV.

Por outro lado, as atividades vinculadas aos núcleos são, como é de se esperar, aquelas que atraem maior número de público. São eventos despreocupados com a formação que a própria extensão universitária espera. O núcleo de música é o que mais atrai os segmentos sociais, com exceção do ano de 1996, onde se destaca o núcleo de cultura popular. Por esse lado, pode-se pressupor, em termos absolutos, que essas promoções atraem mais público, mas a participação dos segmentos não representa tendências definidas, especialmente devido à natureza das promoções e à disponibilidade financeira da comunidade local e regional em participar desses eventos. Se o ano de 1999 revela que a comunidade local e regional aumentou a participação nos eventos isso não expressa maior envolvimento da Universidade com os propósitos da extensão universitária.

Além disso, se há a análise em termos da média de participantes por evento, identifica-se a tendência de redução, a partir de 1998, nas atividades dos núcleos de artes visuais e de cultura popular. A tendência do crescimento nas participações ocorre, de forma muito intensa, no núcleo de música, passando a média de 349 pessoas para 961, e menos intensa no núcleo de artes cênicas, passando de 303 pessoas para 451.

Quanto ao número de eventos culturais oferecidos pelo Núcleo de Música, houve um acréscimo de 34% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 36% de 1998 em relação a 1997, um acréscimo de 60% de 1999 em relação a 1998.

No rodapé da Tabela 6, encontra-se que palestras e encontros fazem parte da categoria Outras Atividades. Quanto ao número de eventos culturais classificados como Outras Atividades, constata-se um acréscimo de 150% de 1997 em relação a 1996. Essa Tabela não revela o número de eventos culturais classificados como Outras Atividades em 1998. Verifica-se um acréscimo de 53% de 1999 em relação a 1997, no tocante aos eventos culturais classificados como Outras Atividades. Constata-se, portanto, que o número das atividades culturais classificadas pela UFV como Outras Atividades tende a crescer ano a ano, implicando numa imprecisão conceitual.

Ao analisar a audiência ou público dos eventos culturais classificados como Outras Atividades, identifica-se um acréscimo de 170% de 1997 em relação a 1996. A Tabela 6 não indica o número de eventos culturais classificados como Outras Atividades em 1998. Constata-se um acréscimo considerável de 676% de 1999 em relação a 1997, no tocante à audiência ou público dos eventos culturais classificados como Outras Atividades.

Vale destacar a existência de discrepâncias entre a UFV e o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, relativa à classificação das ações de extensão universitária. Essas discrepâncias são expressas da seguinte forma:

- a) o Fórum agrega as ações de interesse artístico, tais como campanha de difusão cultural, concerto, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, lançamento de publicações e produtos, mostra, painel, recital e show, na categoria eventos. A UFV acrescenta ao vocábulo “eventos” o adjetivo “culturais”;
- b) para o Fórum, cursos e eventos são categorias distintas de ações de extensão universitária. A UFV classifica os cursos de extensão cultural como eventos culturais;
- c) para o Fórum, a atividade de extensão seminário é categorizada como evento. A UFV a classifica, conforme Tabelas 10 e 11, como curso;
- d) o Fórum agrega a atividade encontro como evento. A UFV classifica a atividade encontro como Outras Atividades, conforme Tabelas 5 e 6;
- e) o Fórum, ao classificar as ações de extensão universitária em categorias, não considera a atividade palestra. A UFV classifica essa atividade como Outras Atividades.

As atividades desportivas, coordenadas pelo Departamento de Educação Física, pelo Serviço de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e pela Associação Atlética Acadêmica (LUVE), fazem parte das atividades de extensão universitária. Essas atividades estão descritas na Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades. Essa Tabela identifica 81

atividades desportivas, oferecidas a 12.323 participantes, com a carga horária total de 4.157 h.

Ao analisar a carga horária dessas atividades desportivas, verifica-se que a sua média é de 51 h, muito superior à média da atividade curso, que é de 27 h. Dentre as atividades desportivas com maior número de carga horária, sobressaíram: Projeto “Bom de Nota, Bom de Bola”, com 528 h; 3.º Jogos Abertos dos Servidores da UFV, com 240 h; Apoio à Organização dos Jogos Escolares de Viçosa, 1.º Grau, Promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa e Apoio à Organização dos Jogos Escolares de Viçosa, 2.º Grau, Promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa; ambas as atividades com 230 h.

Ao analisar a frequência com que as atividades desportivas são oferecidas, identifica-se que aquelas mais ministradas em 1999 foram: cursos (12), representando 15% do total dessas atividades; jogos (10), representando 12,% do total de atividades desportivas e campeonatos (07), representando 9% do total.

Quanto à promoção das atividades desportivas, a maioria (88%) apresentou uma estrutura monodepartamental: 15 atividades foram executadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/Serviço de Esporte e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e 56 atividades desportivas pelo Departamento de Educação Física. Dentre as atividades desportivas, 03 apresentaram uma estrutura interinstitucional, o que representa 4% do total. Nessa relação interinstitucional, a única instituição exterior com a qual a UFV realizou atividades desportivas foi a Federação Mineira de Ginástica. Dentre as atividades desportivas, 06 apresentaram uma estrutura interdepartamental, o que representa 7% do total. Nessa relação interdepartamental, figuram apenas a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e o Departamento de Educação Física. Uma atividade desportiva descrita nessa Tabela não pôde ser avaliada quanto à sua promoção².

² Trata-se da atividade Leópiadas, posto que o Departamento de Educação Física informou a este pesquisador que Léo se refere ao nome de um aluno do curso de Educação Física.

Ao analisar o número de participantes por atividade desportiva, verifica-se que a sua média é de 152 pessoas, muito superior à média da atividade curso, que nesse ano, é de 43 pessoas. Dentre as atividades desportivas com maior número de participantes, destacaram-se: Apoio à Organização dos Jogos Escolares de Viçosa - 2.º Grau, promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa e Jogos Escolares de Viçosa (JEV's) - 2.º Grau, ambas as atividades com 900 participantes; Jogos Escolares de Viçosa (JEV's) - 1.º Grau e Jogos Escolares de Viçosa (JEV's) - 2.º grau, ambas as atividades com 800 participantes; Apoio à Organização dos Jogos Escolares de Viçosa - 1.º Grau, promovidos pela Prefeitura Municipal de Viçosa e Jogos Escolares de Viçosa (JEV's) - 1.º Grau, ambas as atividades com 700 participantes. Deve-se destacar que essas atividades desportivas não foram promovidas pela UFV, mas pela Prefeitura Municipal de Viçosa. Houve apenas a participação da UFV nessas atividades.

A Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades constata, apenas, quais foram as atividades desportivas oferecidas, o Departamento responsável pela promoção dessas atividades, o número de participantes e a carga horária. Vale destacar que 12 atividades descritas nessa Tabela, não foram promovidas pela UFV: houve apenas a sua participação nessas atividades, as quais representam 15% do total de atividades desportivas.

Nesse ano, conforme essa Tabela, nenhuma atividade desportiva foi classificada pela UFV na categoria Outras Atividades. Contudo, o documento Eventos Institucionais categoriza 09 dessas atividades desportivas, as quais são: Projeto “Bom de Nota, Bom de Bola”, III Voleibol dos Servidores, Léopiadas, Rua do Lazer Comunitária, Torneio de Judô, Treinamento de Trampolim Acrobático, VIII Volta no Campus da UFV e XXXVII Festival de Ginástica Olímpica do DES como Outros. O que se infere é que há incoerências nos dados relatados como extensão universitária, além das dissonâncias entre a classificação das atividades desportivas, utilizada pela UFV e a classificação das ações de extensão universitária, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Para exemplificar, tem-se que:

- a) o Fórum agrega as ações de interesse desportivo, tais como campeonato, olimpíada e torneio, à categoria eventos. A UFV categoriza essas atividades como desportivas, e não como eventos;
- b) para o Fórum, cursos e eventos são categorias distintas das ações de extensão universitária. Na Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades, a UFV descreve vários eventos, por exemplo, campeonatos, festivais e torneios, classificando-os como cursos;
- c) para o Fórum, cursos e projetos são categorias distintas. Na Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades, a UFV classifica dois projetos (Projeto “Bom de Nota, Bom de Bola” e Projeto Nadar) como cursos.

A UFV não incorpora as propostas enunciadas no Plano Nacional de Extensão Universitária como princípios orientadores do trabalho de extensão nas universidades:

- a) as atividades de extensão universitária da UFV não são priorizadas em termos de áreas temáticas, propostas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, encontrando-se dispersas;
- b) verifica-se a realização das atividades de extensão universitária, na sua grande maioria, por departamentos, não havendo, contudo, interação com outros departamentos/unidades acadêmicas, e entre a universidade e outras instituições;
- c) constata-se a ausência de interdisciplinaridade nessas atividades;
- d) a UFV oferece à sociedade vários cursos, com a carga horária inferior a 8 horas, contrariando as propostas do Fórum;
- e) não se verifica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aliás, identifica-se uma confusão conceitual entre elas, principalmente entre ensino e pesquisa: algumas atividades típicas de ensino são categorizadas pela UFV como extensão universitária.

Além disso, a predominância da categoria Curso dentre as atividades de extensão universitária realizadas pela UFV, nesse ano, implica em:

- a) influência recebida do modelo de extensão universitária europeu (universidades populares). Conforme GURGEL (1986), esse modelo concebe

- extensão universitária enquanto oferecimento de cursos, vinculando essa atividade à disseminação de conhecimentos técnicos ao povo;
- b) pouco envolvimento da universidade com a sociedade, posto que a atividade Curso apresenta uma carga horária reduzida, um contato esporádico com a sociedade, uma menor disponibilidade de recursos humanos e não compromisso da universidade com a transformação da sociedade;
 - c) centralização da extensão universitária na própria universidade: a universidade não se desloca até a sociedade para conhecer os seus problemas;
 - d) a universidade, através dos cursos, oferta aos participantes o conhecimento acadêmico, não ocorrendo a troca entre os saberes acadêmico e popular;
 - e) a maioria dos cursos oferecidos apresenta uma estrutura monodepartamental, sem interação com outras instituições.

8.1.3. As atividades em 2000

As atividades de extensão universitária da UFV, no ano de 2000, são apresentadas pela Tabela 7. São 770 atividades de extensão, envolvendo 77.101 participantes, abaixo das atividades desenvolvidas no ano de 1989. Não obstante, a importância das atividades desenvolvidas em 2000 não está apenas nessa comparação, mas pelo registro da continuidade das mesmas atividades, sem preocupação com as aproximações às proposições do Fórum ou à sua superação.

Tabela 7 - Atividades de extensão universitária, eventos e participantes

Atividades	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos	412	14.051
Campanha	2	430
Campeonato	4	350
Concerto	8	1.930
Congresso/Simpósio	18	4.270
Coral	16	2.600
Dança	6	9.600
Encontros	15	2.620
Exposição	22	3.750
Feira	4	2.800
Festival	6	800
Música	6	6.500
Palestra	43	10.370
Prestação de Serviços	2	-
Publicação/Produto	48	-
Seminário	13	1.630
Show Artístico	13	3.000
Teatro	8	1.700
Outros	124	10.700
TOTAL	770	77.101

Fonte: Relatório de Atividades 2000, UFV.

Como já foi verificado nos anos anteriores, o documento referenciado não revela nenhuma inovação, constatando-se as vulnerabilidades apresentadas. Para piorar, há atividades sem o registro do número de participantes, como a Prestação de Serviços e Publicação/Produto. Talvez a atividade Prestação de Serviços tenha atingido um número bastante limitado de participantes, razão pela qual a UFV não quantificou o seu número de participantes. Quanto à atividade Produção/Produto, há uma dificuldade em estimar o seu número de participantes. Também não é possível identificar os atores que realizaram essas atividades de extensão universitária e nem quais são as características dos segmentos sociais beneficiados. Assim, há o registro de 770 atividades executadas e de 77.101 participantes.

Quanto à frequência com que as atividades de extensão universitária são desenvolvidas, constata-se que a atividade Cursos representa a maioria (54%) dessas atividades executadas em 2000. Em seguida, aparece a categoria Outros, representando 16% do total, o que parece implicar na existência de vários significados presentes na concepção de extensão universitária da instituição. Do mesmo modo que os demais, esse documento não oferece nenhum exemplo da categoria Outros, dificultando a sua compreensão. A categoria Cursos foi a que alcançou o maior número de participantes: 14.051 pessoas, seguida da atividade Outros, com 10.700 pessoas. Na média, a atividade Dança é a que recebe maior número de pessoas: são 1.600 pessoas. Concerto é a segunda atividade com maior participação dos segmentos sociais: são 241 pessoas em média, seguida da atividade Palestra, com 241 pessoas em média. Vale destacar que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras não inclui a atividade palestra dentre as ações de extensão universitária. Comparativamente, Dança e Feira tendem a atingir o maior número de pessoas do que as atividades associadas a congressos, simpósios, palestras e seminários. Em outros termos, a extensão universitária continua a atingir um maior número de participantes por meio de eventos de lazer.

Como foi relatado, continua a evidência de que as atividades de extensão universitária categorizadas pela UFV como Outros são identificadas em outro

documento, intitulado Eventos Institucionais . Esse documento permite a identificação das seguintes ocorrências:

- a) há discrepância quanto ao número da atividade Outros: a Tabela 7 registra 124 atividades classificadas pela UFV, em 2000, como Outros, enquanto no documento Eventos Institucionais são descritos 168 eventos categorizados como Outros. Há, portanto, um acréscimo de 35% no número de atividades de extensão universitária dessa Tabela em relação àquela;
- b) a Divisão de Assuntos Culturais promoveu 15 das 168 atividades classificadas como Outros, descritas no documento Eventos Institucionais, representando 9% do total. Esse órgão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, é responsável pela coordenação das atividades culturais da UFV. Acrescentando-se essas 15 atividades às 02 promovidas pelo Centro de Ensino e Extensão e 04 promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, obtém-se um resultado de 21 atividades, o que representa 12,5% do total das atividades categorizadas nesse ano como Outros;
- c) 38 das atividades descritas no documento Eventos Institucionais, o que representa 23% do total, se enquadram dentro da classificação das ações de extensão universitária, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: trata-se de 01 programa, 03 projetos, 10 cursos e 24 eventos. Pressupõe-se, portanto, que a UFV não segue a classificação das ações de extensão universitária, proposta pelo Fórum;
- d) 03 dessas atividades classificadas como Outros, em 2000, no documento Eventos Institucionais são típicas do ensino: Cerimônia de conclusão de curso, Abertura do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica Agrícola e Prova de Seleção;
- e) 10 dessas atividades classificadas como Outros, no documento Eventos Institucionais, se vinculam a comemorações: Solenidade de Premiação do II Concurso de Redações da SBQ, Comemoração do Dia do Nutricionista, Mesa-redonda: A Mulher na UFV (Semana da Mulher), Exibição de Vídeo: Estética e Saúde (Semana da Mulher), Oficina de Decoração (Semana da Mulher), Oficina de Beleza (Semana da Mulher), Oficina de Modas (Semana da

Mulher), Comemorações do dia 1.º de maio, Pentecostes, Missa da Misericórdia e Missa de recepção aos calouros;

f) a atividade Preparando animais para pista não foi promovida pela UFV, mas pela Fazenda Caatinga, conforme o documento Eventos Institucionais;

g) 02 dessas atividades classificadas pela UFV como Outros, no documento Eventos Institucionais, são categorizadas, simultaneamente, como cursos, na Tabela Cursos do Relatório de Atividades: Introdução à Química de Plantas Medicinais e Nomenclatura de Compostos Orgânicos, implicando numa duplicidade de registros. Verifica-se, portanto, uma dificuldade conceitual da UFV acerca da extensão universitária.

Deve-se destacar que os cursos, apesar de figurarem na Tabela 7, são identificados na Tabela Cursos do Relatório de Atividades. Isso ocorre, talvez, porque a atividade Cursos representa 53,5% das atividades de extensão universitária executadas em 2000, e o número de participantes dessa atividade representa 18% do número total de participantes das atividades de extensão universitária desenvolvidas nesse ano. A Tabela Cursos do Relatório de Atividades identifica 411 cursos, oferecidos a 14.051 participantes, com a carga horária total de 13.324,31 h. Há uma divergência quanto ao número de cursos oferecidos: a Tabela 13 identifica 412 cursos, enquanto que a Tabela 15 descreve 411 cursos.

A maioria dos cursos oferecidos pela UFV, em 2000 (364), conforme Tabela Cursos do Relatório de Atividades, apresentou uma estrutura monodepartamental e sem interação com outras instituições, representando 88,56% do total. Isso implica em que a estruturação da maioria dos cursos de extensão oferecidos pela UFV, nesse ano, obedeceu aos padrões cartesianos de organização. Somente 05 dos cursos oferecidos nesse ano apresentaram uma estrutura interdepartamental, o que representa 1% do total de cursos. O órgão que mais ofereceu cursos com uma estrutura interdepartamental foi o Departamento de Recursos Humanos, com 03 cursos, seguido da Central de Processamento de Dados, com 02 cursos. Apenas 39 cursos oferecidos apresentaram uma estrutura interinstitucional, representando 9% do total de cursos. Nessa relação

interinstitucional, o órgão da UFV que sobressaiu foi o Departamento de Engenharia Agrícola, com 06 cursos, o que representa 15% do total de cursos interinstitucionais. Quanto à instituição exterior, destacou-se a EMATER/MG, com 15 cursos oferecidos, o que representa 38,% do total dos cursos interinstitucionais, seguida do Centreinar e do IMA, ambos com 06 cursos, cada um representando 15% do total. Três cursos apresentaram, simultaneamente, uma estrutura interdepartamental e interinstitucional, o que representa 0,72% do total de cursos oferecidos nesse ano. Nesse tipo de relação, destacou-se o Departamento de Engenharia Agrícola, com 03 cursos. Quanto à instituição exterior, cada uma ofereceu um curso: Centreinar, EMATER, EPAMIG e Nestlé.

Os departamentos/unidades que mais ofereceram cursos em 2000 foram: Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal, com 63 cursos, representando 15% do total de cursos descritos nessa Tabela; Departamento de Fitotecnia, com 55 cursos, representando 13% do total; Departamento de Letras e Artes, com 27 cursos, representando 7% do total; Departamento de Recursos Humanos, com 22 cursos, representando 5% do total; Departamento de Biologia Animal, com 19 cursos, representando 5% do total; Departamento de Engenharia Florestal, Departamento de Nutrição e Saúde e Departamento de Zootecnia, todos com 14 cursos, cada um desses departamentos representando 3% do total; Departamento de Engenharia Civil, com 12 cursos, representando 3% do total; Departamento de Veterinária, Departamento de Educação, Departamento de Educação Física, Departamento de Tecnologia de Alimentos, todos com 09 cursos, cada um desses departamentos representando 2% do total.

Analisando-se a carga horária desses cursos, identifica-se que a sua média é de 32 h. Contudo uma parte dos cursos oferecidos (23%) teve, em 2000, uma carga horária inferior a oito horas, o que contraria as orientações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Essa instituição entende que a categoria curso deva ter uma carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal, conforme CORRÊA (2002).

Dentre os cursos com maior número de carga horária, sobressaíram: Extensão – Formação de Monitores (A)S de Base Para Esc. Sindicais, oferecido

duas vezes, cada um com 360 h; Formação de Classificadores e Degustadores de Café, com 322 h; TOEFL – Preparatório em Língua Inglesa, com 240 h; Práticas em Laboratório de Higiene de Alimentos, com 234 h; Trabalhador na Defumados e Embutidos, com 220 h; Práticas em Laboratório de Higiene de Alimentos, oferecido duas vezes, cada um com 180 h; Trabalhador na Piscicultura, com 160 h; Homeopatia, oferecido seis vezes, cada um com 150 h; Trabalhador na Equideocultura módulo II, com 148 h; Trabalhador na Operação de Máquinas Agrícolas II, com 144 h; Iniciação e Aperfeiçoamento em Natação, com 144 h; Capacitação Para Alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária, com 140 h; Trabalhador na Equideocultura Módulo II, com 140 h.

Quanto aos cursos com menor número de carga horária, destacaram-se: Aprendizagem Significativa Como Veículo do Processo Ensino-Aprendizagem, Autocad 2D e Patentes: Como Elaborar Pedido de Patentes Para Maquinários e Produtos Agrícolas, todos com 02 h; Lanche Também Pode Ser Nutritivo, com 02,5 h; Cultivo do Mungo-Verde, Feijão-Azuki, Feijão-Aroz, Caupe e Produção de Broto de Feijão; Formação e Manejo de Pastagens; Uniformização Em Micro e Pequenas Empresas, todos com 03 h.

Com relação à frequência com que os cursos são oferecidos, verifica-se que aqueles mais ministrados em 2000 foram: Homeopatia (14 vezes), em várias etapas; Curso Di Italiano Per Stranieri (06 vezes), em vários níveis; Autocad 2D e Learning English, em vários níveis, ambos oferecidos 05 vezes; Práticas em Laboratório de Higiene de Alimentos, Técnicas de Instalação e Configuração de Software, em vários módulos e Trabalhador na Equideocultura, em dois módulos, todos esses cursos oferecidos 04 vezes; Artesanato em Cerâmica, Doma Racional, Indústrias Rurais I – Defumados; Indústrias Rurais II – Laticínios; Inseminação Artificial em Bovinos; Língua Italiana Para Estrangeiros, em dois níveis e Piscicultura, todos esses cursos oferecidos 03 vezes; Administração no Meio Rural, Alemão – Nível I, Apicultura, Arborização e Jardinagem, Artesanato em Bambu, Cultivo Monossexo Em Tilapicultura: Sexagem e Reversão Sexual; Educação e Orientação do Consumidor, Extensão – Formação de Monitores (A)S de Base Para Esc. Sindicais; Floricultura, Fruticultura, Indústrias Rurais III,

Frutas e Legumes; Olericultura, Operador de Máquinas Agrícolas; Operador de Máquinas e Equipamentos; Plantas Medicinais, Produção de Cana-De-Açúcar, Profissionalizante de Massagem, Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial; Sobre Plantas Medicinais, Alimentícias e Qualidade de Vida; Trabalhador na Doma Racional, todos esses cursos oferecidos 02 vezes.

Quanto ao número de participantes por curso, constata-se que a sua média é de 34 participantes. Dentre os cursos com maior número de participantes, sobressaíram: Prático Sobre Plantas Medicinais, com 500 participantes; Crescimento Normal e Suas Alterações Mais Frequentes, com 300 participantes; Produção de Cana-De-Açúcar, oferecido duas vezes, cada um com 160 participantes; Energia Elétrica na Cafeicultura, Energia Para Irrigação e Iniciação e Aperfeiçoamento em Natação, esses três cursos com 120 participantes.

Ao analisar os cursos com menor número de participantes, destacaram-se: Classificação e Análise de Grãos, com 02 participantes; Cultivo Monosexo Em Tilapicultura: Sexagem e Reversão Sexual; Como Elaborar Pedido de Patentes Para Maquinários e Produtos Agrícolas, ambos os cursos com 04 participantes; Cultivo Monosexo em Tilapicultura: Sexagem e Reversão Sexual, Laboratório de Homeopatia – Módulo I, Propagação de Orquídeas Por Sementes (Método de Propagação em Laboratório Caseiro), esses três cursos com 05 participantes.

O Relatório de Atividades - 2000 não apresenta o número de certificados expedidos pela UFV, referentes aos cursos de extensão ministrados nesse ano.

Quanto ao conteúdo dos cursos, não é possível a sua identificação, porque o Relatório de Atividades 2000 somente fornece o título dos cursos, o órgão responsável pela promoção, a carga horária, o número de participantes e de certificados expedidos, sem apresentar o seu programa ou objetivos.

A Tabela 8 identifica os eventos culturais coordenados pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa Tabela quantifica esses eventos culturais segundo o seu Núcleo de procedência. Inclui cursos de extensão cultural e seminários na categoria eventos culturais:

Tabela 8 - Extensão - número de eventos culturais e de participantes por núcleos da DAC - UFV, 2000

Núcleos	N.º de eventos	N.º de participantes
Cursos de extensão cultural (regulares)	9	77
Núcleo de música	25	4.960
Núcleo de artes visuais	7	3.117
Núcleo de artes cênicas	1	1.550
Núcleo de cultura popular	3	4.099
Outras atividades	1	150
Total	46	13.953

Fonte: Relatório de Atividades 2000, UFV.

É interessante destacar que a Tabela Cursos do Relatório de Atividades identifica apenas dois cursos promovidos pela Divisão de Assuntos Culturais: Extensão Cultural Técnica Vocal e Dicção I, II, e Canto; Pátina, Dkp e Textura. Contudo a Tabela 8 apresenta 09 cursos categorizados como cursos de extensão cultural (regulares). Há, portanto, no Relatório de Atividades 2000, uma divergência quanto ao número de cursos realizados, promovidos pela DAC. Esse documento não especifica a diferença entre um curso de extensão cultural (regular) e um curso de extensão cultural (curta duração e seminários) e nem fornece exemplos dessas duas categorias. A inclusão da atividade seminários na categoria Cursos de Extensão Cultural de Curta Duração parece evidenciar a dificuldade conceitual da UFV em classificar as suas atividades de extensão universitária. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras agrega a atividade seminário como evento. Para essa instituição, cursos e eventos são categorias diferentes e integrantes das ações de extensão universitária. Por curso, o Fórum entende, conforme CORRÊA (2002:78),

"conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejadas e orientadas de modo sistemático, com carga horária definida e processo de avaliação formal" (CORRÊA, 2002:78).

Já a categoria evento,

“(...) ações de interesse técnico social, científico e artístico...” (CORRÊA, 2002:78).

Além disso, o Relatório de Atividades 2000 não conceitua o que é participante.

Na nota de rodapé da Tabela 8, consta que palestras e encontros fazem parte da categoria Outras Atividades. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras agrega a atividade encontro dentro da categoria evento. Essa instituição não inclui a atividade palestra na sua classificação das ações de extensão universitária.

Ao analisar a frequência com que os eventos culturais são executados, verifica-se que o Núcleo de Música é aquele que mais ministra tais eventos, com 54% do total, seguido dos Cursos de Extensão Cultural (Regulares), com 20% do total.

Quanto ao número de participantes por evento cultural, identifica-se que a sua média é de 303 participantes. Na média, o Núcleo de Artes Cênicas é aquele que atrai um maior número de participantes: são 1.550 pessoas em média. Em segundo lugar, figura o Núcleo de Cultura Popular, com 1.366 pessoas em média. Os eventos culturais promovidos pelos Núcleos de Música, de Artes Visuais, de Artes Cênicas e de Cultura Popular atraem mais participantes do que os cursos de extensão cultural.

O Relatório de Atividades prioriza o aspecto quantitativo, registrando-se o total de 46 eventos culturais oferecidos, com a participação de 13.953 pessoas.

A Tabela 9 identifica a evolução do número de eventos culturais no período 1996-2000, para a apreensão da trajetória da extensão universitária na UFV.

Tabela 9 - Evolução do número de eventos culturais - UFV, 1996-2000

Discriminação	Eventos realizados					Audiência/participantes				
	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Cursos de extensão cultural (regulares)	17	14	7	12	9	107	86	43	72	77
Cursos de ext. cult. (curta dur. e seminários)	3	3	1	-	-	80	81	12	-	-
Núcleo de música	29	39	25	40	25	9.145	10.850	8.730	38.440	4.960
Núcleo de artes visuais	17	26	9	31	7	4.411	8.757	4.576	13.610	3.117
Núcleo de artes cênicas	8	6	3	10	1	1.130	5.675	910	4.515	1.550
Núcleo de arte popular	5	3	2	6	3	10.728	3.205	6.000	8.418	4.099
Outras atividades	6	15	-	23	1	481	1.300	-	10.088	150
Total	85	106	47	122	46	26.082	29.954	20.271	75.143	13.953

Fonte: Relatório de Atividades 2000, UFV.

Inicialmente, deve-se destacar que o Relatório de Atividades 2000 não especifica a diferença entre audiência e participantes.

Quanto ao número de cursos de extensão cultural (regulares) oferecidos, verifica-se um decréscimo de 18% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 50%, no ano de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 71% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 25% no ano de 2000 em relação a 1999.

Ao analisar o número de participantes dos cursos de extensão cultural (regulares), identifica-se um decréscimo de 20% no ano de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 50% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 67% de 1999 em relação a 1998; um acréscimo de 7% no ano de 2000 em relação a 1999.

Quanto ao número de cursos de extensão cultural (curta duração e seminários), constata-se um equilíbrio no ano de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 67% de 1998 em relação a 1997. O Relatório de Atividades 2000 não indica o número de cursos de extensão cultural (curta duração e seminários) oferecidos em 1999 e 2000.

Ao analisar o número de participantes dos cursos de extensão cultural (curta duração e seminários), verifica-se um acréscimo de 1,25% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 85% de 1998 em relação a 1997. A Tabela 17 não apresenta o número de audiência/participantes desses cursos oferecidos em 1999 e 2000.

Quanto ao número de eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Música, identifica-se um acréscimo de 34% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 36% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 60% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 37,5% de 2000 em relação a 1999.

Ao analisar o número da audiência ou público dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Música, constata-se um acréscimo de 19% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 19,54% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo considerável de 340% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 87% de 2000 em relação a 1999.

Quanto ao número de eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Visuais, verifica-se um acréscimo de 53% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 65% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 244% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 77% de 2000 em relação a 1999.

Ao analisar o número da audiência/participantes dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Visuais, identifica-se um acréscimo de 98,52% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 48% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 197% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 77% de 2000 em relação a 1999.

Quanto ao número de eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Cênicas, constata-se um decréscimo de 25% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 50% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 233% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 90% de 2000 em relação a 1999.

Ao analisar o número de audiência/participantes dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Artes Cênicas, verifica-se um acréscimo considerável de 402% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 84% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo considerável de 396% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 66% de 2000 em relação a 1999.

Quanto aos números de eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Cultura Popular, identifica-se um decréscimo de 40% de 1997 em relação a 1996; um decréscimo de 33% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 200% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 50% de 2000 em relação a 1999.

Ao analisar o número de audiência/participantes dos eventos culturais promovidos pelo Núcleo de Cultura Popular, constata-se um decréscimo de 70,13% de 1997 em relação a 1996; um acréscimo de 87% de 1998 em relação a 1997; um acréscimo de 40% de 1999 em relação a 1998; um decréscimo de 51% de 2000 em relação a 1999.

No rodapé da Tabela 9, encontra-se que palestras e encontros compõem a categoria Outras Atividades. Vale destacar que o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras agrega atividade encontro como evento. Essa instituição não inclui a atividade palestra dentro da sua classificação de ações de

extensão universitária . Quanto ao número de eventos culturais classificados pela UFV como Outras Atividades, verifica-se um acréscimo de 150% de 1997 em relação a 1996. A Tabela 9 não fornece ao leitor o número de eventos culturais classificados como Outras Atividades em 1998. Identifica-se um acréscimo de 53% de 1999 em relação a 1997, no tocante aos eventos culturais classificados pela UFV como Outras Atividades. Constata-se um decréscimo de 4% de 2000 em relação a 1999, quanto aos eventos culturais classificados como Outras Atividades.

Ao analisar a audiência/participantes dos eventos culturais classificados pela UFV como Outras Atividades, identifica-se um acréscimo de 170% de 1997 em relação a 1996. A Tabela 9 não indica o número da audiência/participantes dos eventos culturais classificados como Outras Atividades em 1998. Verifica-se um acréscimo considerável de 676% de 1999 em relação a 1997. Constata-se um decréscimo de 98,52% de 2000 em relação a 1999.

Vale destacar a existência de discrepâncias entre a UFV e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, relativa à classificação das ações de extensão universitária, principalmente considerando-se a documentação:

- a) o Fórum classifica cursos e eventos como categorias distintas e integrantes das ações de extensão universitária. A UFV agrega os cursos de extensão cultural como eventos culturais;
- b) o Fórum categoriza a atividade seminário como evento. A UFV a classifica como curso, conforme Tabelas 8 e 9;
- c) o Fórum não considera a atividade palestra, ao agregar as ações de extensão universitária em categorias. A UFV classifica essa atividade como Outras Atividades.

As atividades desportivas, coordenadas pelo Departamento de Educação Física, pelo Serviço de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e pela Associação Atlética Acadêmica (LUVE), compõem as atividades de extensão universitária. Essas atividades estão descritas na Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades . Essa Tabela identifica 54

atividades desportivas, oferecidas a 8.416 participantes, com carga horária total de 1.918 h. Contudo não conceitua o que é participante.

Ao analisar a carga horária dessas atividades desportivas, identifica-se que a sua média é de 35,51 h, superior à média da atividade curso, que é de 32 h, conforme Tabela 15 (Anexo H). Dentre as atividades desportivas com maior número de carga horária, destacaram-se: Curso de Fundamentação Técnica de Trampolim Acrobático, DMT e Tumbling, Jogos Escolares de Viçosa - Ensino Fundamental, Jogos Escolares de Viçosa - Ensino Médio e Treinamento de Trampolinistas, todas essas atividades com 120 h; Campeonato dos Servidores da UFV, com 100 h.

Ao analisar a frequência com que as atividades desportivas são oferecidas, verifica-se que aquelas mais ministradas em 2000 foram: cursos (09), representando 17% do total dessas atividades; campeonatos (05), representando 9% do total; copas (04), representando 7,% do total; jogos e Escolinha de Futebol, cada um dessas atividades foi oferecida 03 vezes, representando cada uma dessas atividades 5,55% do total de atividades desportivas.

Quanto à promoção das atividades desportivas, a maioria (89%) apresentou uma estrutura monodepartamental: 01 atividade foi executada pela Divisão de Assuntos Culturais, 10 atividades executadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários / Serviço de Esporte e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e 37 atividades foram executadas pelo Departamento de Educação Física. Dentre as atividades desportivas, 02 apresentaram uma estrutura interinstitucional, representando 4% do total. Nessa relação interinstitucional, as instituições exteriores com as quais a UFV realizou atividades desportivas foram a Confederação Brasileira de Ginástica e AFFA₂. Dentre as atividades desportivas, 04 apresentaram uma estrutura interdepartamental, representando 7,40% do total. Nessa relação interdepartamental, destacou-se o Departamento de Educação Física, que participou da promoção dessas 04 atividades, seguido pela Divisão de Assuntos Culturais, Departamento de Bioquímica e Biologia, Ludoteca e Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/Serviço de Esporte e Lazer da

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, cada um desses órgãos participou da promoção de uma atividade.

Ao analisar o número de participantes por atividades desportivas, verifica-se que a sua média é de 156 participantes, muito superior à média da atividade curso, que nesse ano, conforme Tabela 15 (Anexo H), é de 34 pessoas. Dentre as atividades desportivas com maior número de participantes, destacaram-se: Jogos Escolares de Viçosa - Ensino Fundamental, com 912 participantes; Jogos Escolares de Viçosa - Ensino Médio, com 884 participantes; Jogos Escolares de Viçosa (JEV's), com 850 participantes; Colônia de Férias, com 500 participantes; Campeonato Brasileiro de Trampolim – Categorias Pré-Infantil, Infantil e Elite, com 450 participantes; Sábado no Campus, com 450 participantes.

O Relatório de Atividades 2000 não indica quais são as características dos segmentos beneficiados por essas atividades desportivas e nem quais são os executores dessas atividades. Contudo, através do título de algumas atividades, identifica-se que 04 delas, representando 7% do total, foram destinadas aos servidores da UFV: Campeonato dos Servidores da UFV; Futsal dos Servidores da UFV, IV Voleibol dos Servidores e V Projeto Voleibol – Servidores.

A Tabela Atividades Desportivas do Relatório de Atividades informa, somente, quais foram as atividades desportivas oferecidas, o Departamento responsável pela promoção dessas atividades, o número de participantes e a carga horária.

Vale destacar que a UFV registrou como sua promoção as seguintes atividades desportivas: Campeonato Mineiro de Karatê da Zona da Mata, Campeonato Brasileiro de Trampolim – Categorias Pré-Infantil, Infantil e Elite, em parceria com a Confederação Brasileira de Ginástica; a II Competição entre Tiros de Guerra da Zona da Mata, Participação nos Jogos do Interior de Minas (JIMI), Jogos Escolares de Viçosa – Ensino Fundamental, Jogos Escolares de Viçosa – Ensino Médio e Jogos Escolares de Viçosa (JEV's). Esses dados parecem revelar a participação da UFV nessas atividades desportivas, e não a promoção desses eventos.

Nesse ano, de acordo com essa Tabela, nenhuma atividade desportiva foi agregada pela UFV na categoria Outras Atividades. Contudo, ocorreram discrepâncias entre a classificação das atividades desportivas, utilizada pela UFV e a classificação das ações de extensão universitária, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

- a) o Fórum categoriza as ações de interesse desportivo, tais como campeonato, olimpíada e torneio, como eventos. A UFV classifica essas atividades como desportivas, e não como eventos.
- b) Para o Fórum, cursos e eventos são categorias distintas e integrantes das ações de extensão universitária. Na Tabela 18, a UFV descreve vários cursos, por exemplo, Curso de Dança de Salão e Curso de Fundamentação Técnica de Trampolim Acrobático, DMT e Trumbling, e vários eventos, por exemplo, campeonatos e festivais, classificando-os como atividades desportivas;
- c) O Fórum classifica fóruns, torneios, mostras e simpósios como eventos. Nessa Tabela, a UFV as classifica como atividades desportivas.

8.2. As atividades na Universidade Federal de Minas Gerais

Essas atividades, diferentemente das analisadas na UFV, serão descritas apenas para o ano de 1998, em função dos documentos disponíveis. Considerando que a tendência à continuidade das atividades sob um único padrão na UFV, o mesmo se supõe que ocorra com a UFMG, o que justifica a eleição de apenas um ano para a descrição. Essas atividades são apresentadas pela Tabela 10. São 1.539 atividades, envolvendo 3.953.490 participantes:

Tabela 10 - Atividades de extensão universitária e participantes, 1998

Atividades	N.º de atividades	N.º de participantes
Cursos	536	22.271
Eventos	382	213.704
Publicações	19	51.000
Prestação de Serviços	328	1.738.630
Projetos	232	1.027.885
Programas	42	-
Total	1.539	3.053.490

Fonte: Relatório de Atividades 1998, UFMG.

Deve-se destacar que o Relatório de Atividades 1998 utiliza os mesmos conceitos propostos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, na classificação das ações de extensão universitária em categorias. Comparando-se com as tabelas que descrevem as atividades de extensão universitária na UFV, nota-se o diferencial entre seguir as normas do Fórum e a relação detalhada das atividades em geral. Além disso, há a definição dessas atividades. Por exemplo, participante, em Cursos, esse documento entende o aluno concluinte; e na categoria Publicações, a tiragem de produção. Quanto às demais categorias, esse documento não conceitua o que é participante. Com isso, também se constata a preocupação da instituição em quantificar o número de participantes de algumas atividades de extensão universitária, apesar de não quantificar o número de participantes das atividades categorizadas como Programas. Outra característica desse documento é que não é possível identificar quais são os atores que executaram as atividades de extensão e nem quais são as características dos segmentos sociais beneficiados, seguindo-se as mesmas tendências da UFV.

Ao analisar a frequência com que as atividades de extensão universitária são realizadas, identifica-se que a atividade Cursos representa a maioria (35%)

das atividades de extensão universitária executadas pela UFMG em 1998. Em seguida, figura a atividade Eventos, representando 25% do total. A atividade Prestação de Serviços foi a que atraiu o maior número de participantes: 1.738.630 pessoas, seguida da atividade Projetos, que alcançou 1.027.885 pessoas. Na média, a atividade Prestação de Serviços é a que atrai o maior número de pessoas, sendo 5.301 pessoas, seguida da atividade Projetos, com 4.430 pessoas. Quanto à atividade Prestação de Serviços, a área que se destacou com relação ao número de pessoas atendidas foi a saúde do Hospital das Clínicas, que atendeu a 1.133.149 pessoas, destacando-se, entre as atividades dessa unidade, a Propedêutica complementar, com atendimento a 751.033 pessoas e o Atendimento Ambulatorial, que alcançou 347.832 pessoas. A Faculdade de Medicina atendeu a 287.880 pessoas, sobressaindo, dentre as atividades dessa unidade, a Triagem neonatal (fenilcetonúria e hipotireoidismo), com atendimento a 165.000 pessoas e os Ambulatórios periféricos, que alcançaram 26.880 pessoas.

Deve-se explicitar que, embora os cursos de extensão figurem na Tabela 10 do Relatório de Atividades, os mesmos são descritos na Tabela Cursos do Relatório de Atividades. Com esse registro, a atividade Cursos representa, nesse ano, 35% do total das atividades de extensão universitária desenvolvidas em 1998 pela UFMG, e o número de participantes dessa atividade representa 0,73% do número total das atividades de extensão universitária desenvolvidas nesse ano. A Tabela Cursos do Relatório de Atividades identifica 536 cursos, oferecidos a 22.271 participantes, com uma carga horária total de 28.220 horas-aula, o equivalente-aluno total de 1.534, a unidade e o Departamento responsáveis pela promoção dos cursos, o nome do coordenador de cada curso e a classificação do curso por área temática.

A totalidade dos cursos oferecidos pela UFMG em 1998, conforme Tabela Cursos do Relatório de Atividades, apresentou uma estrutura monodepartamental e sem interação com outras instituições. Esse dado também evidencia a tendência da extensão universitária se centralizar na própria Universidade.

As unidades da UFMG que mais ofereceram cursos em 1998 foram: a Pró-Reitoria de Extensão, com 84 cursos, representando 16% do total; o Núcleo de Ciências Agrárias, com 78 cursos, representando 15% do total; a Faculdade de Medicina, com 43 cursos, representando 8% do total; a Escola de Educação Física e o Instituto de Ciências Exatas, cada uma dessas unidades com 38 cursos, o que representa 7% do total; a Faculdade de Letras, com 35 cursos, o que representa 7% do total. Vale destacar que dos 84 cursos promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão, 65 foram oferecidos durante o 30º Festival de Inverno, que é um evento. Outro aspecto interessante é a posição de destaque do Núcleo de Ciências Agrárias no oferecimento de cursos na UFMG, essa que é uma instituição tipicamente urbana.

O Relatório de Atividades 1998 não conceitua curso de iniciação, curso de atualização, curso de qualificação profissional, curso de aperfeiçoamento e curso profissionalizante. Quanto ao nível dos cursos, 258 foram categorizados como de iniciação, o que representa 48% do total; 211 foram classificados como de atualização, representando 39% do total; 25 foram categorizados como profissionalizantes, o que representa 5% do total; 16, como de aperfeiçoamento, representando 3% do total e 10 foram classificados como de qualificação profissional, representando 2% do total. Não foi possível identificar o nível de 16 cursos, pois 14 não foram classificados, 01 foi categorizado como NC e 01, como NT.

Quanto à temática dos cursos, deve-se destacar que há uma divergência entre as áreas descritas nessa Tabela, quais sejam: Comunicação, Cultura, C&T, Educação, Meio Ambiente, Rural, Saúde e Trabalho, e as áreas propostas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que são: 1 - Comunicação, 2 - Cultura, 3 - Direitos Humanos, 4 - Educação, 5 - Meio Ambiente, 6 - Saúde, 7 - Tecnologia e 8 - Trabalho. Identifica-se que a extensão universitária da UFMG, por meio da categoria Cursos, tem priorizado a área da Saúde, com 146 cursos, o que representa 24% do total, acompanhada da área de Educação, com 90 cursos, representando 17% do total. Era de se esperar que a atuação da extensão da UFMG, por meio da

categoria Cursos, fosse mais intensa na área da Educação, que ofereceu, nesse ano, somente 90 cursos, representando 17% do total. A área temática que menos ofereceu cursos foi a de Comunicação, com 02 cursos, representando 0,37% do total, seguida da área Meio Ambiente, com 12 cursos, o que representa 2% do total.

Ao analisar o número de participantes por curso, constata-se que a sua média é de 42 pessoas. Quanto aos cursos com o maior número de participantes, sobressaíram: Curso de Inglês para Adultos, com 3.346 participantes, Qualidade Total para Gerentes, com 1.500 participantes, Curso de Espanhol para Adultos, com 998 participantes, I Jorn. Centro de Est. Roberto A. Ferreira - Res. Pediatria HC/UFGM, com 364 participantes; Ecoarte Mirim e Oficina de Papel Artesanal, com 337 participantes e Curso de Inglês Instrumental, com 319 participantes. Vale destacar que esses cursos são ligados às áreas de Educação (línguas), C&T e Saúde e Cultura.

Dentre os cursos com o menor número de participantes, estão os de Administração Estratégica e Informação, Atividade: Dança na Maioridade, Leitura Fluente na Língua Latina, Clarineta, Oboé, Saxofone, Trombone, Trompete, Apreciação Musical, todos com um participante; Gestão do Conhecimento Tecnológico, Ferramentas para o Gerenciamento de Unidades de Informação, Atividade de Judô para Jovens e Adultos, Temas filosóficos: A Linguagem, Administração SUN Enterprise-ES 400, Contrabaixo, Percepção Musical Mód. II 1.º Ano e Artesanato – Tear Rústico, todos com 02 participantes; Avaliação de Impactos Ambientais, Fontes de Informação para Negócios, Fitotelmata, todos com 03 participantes. Vale destacar que, na maioria, são cursos ligados à música. Cursos como Temas Filosóficos: A Linguagem e Leitura Fluente na Língua Latina, ao contrário dos cursos sobre línguas vivas, como o inglês, o espanhol e o alemão, não têm despertado o interesse dos participantes.

Quanto à carga horária dos cursos descritos na Tabela Cursos do Relatório de Atividades, identifica-se que a sua média é de 53 horas/aula. Contudo, 48 cursos, representando 9% do total, tiveram uma carga horária

inferior a 8 horas, o que contraria as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, o qual considera que a atividade curso deva ter uma carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal.

Com relação ao indicador equivalente-aluno, os cursos que destacaram foram: Curso de Inglês para Adultos, com o equivalente aluno de 251, representando 16% do total; CIPMOI – Curso Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, com o equivalente-aluno de 77, representando 5% do total; Curso de Espanhol para Adultos, com o equivalente-aluno de 75, representando 5% do total.

Os cursos que apresentaram o menor equivalente-aluno foram: Artesanato – Tear Rústico, com o equivalente-aluno de 0,01; Clarineta, Oboé, Saxofone, Trombone, Trompete e Rapadura Fabricação Caseira. A maioria desses cursos está ligada à área de Cultura (Música).

A Tabela Cursos do Relatório de Atividades apresenta o nome do coordenador de cada curso. Essa preocupação não se expressa com relação aos participantes dos cursos, que são apenas quantificados. É importante ressaltar que a grande maioria (92%) da coordenação dos cursos é realizada de maneira isolada, isto é, o professor ou o departamento coordena o curso, sem que ocorra interação com outros docentes ou com outros departamentos da Universidade. Esse dado confirma a predominância da estrutura cartesiana em relação à coordenação dos cursos.

Vale destacar a existência de discrepâncias entre a UFMG e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, relativas à classificação das ações de extensão universitária:

- a) o Fórum agrega a atividade congresso na categoria evento. A UFMG classificou o Congresso Internacional com o Tema Ouro Preto/300 Anos como curso;
- b) o Fórum classifica a atividade ciclo de estudos como evento. A UFMG agregou a atividade II Ciclo de Extensão em Fisioterapia e Terapia Ocupacional como curso:

- c) para o Fórum, cursos e programas são categorias distintas e integrantes de ações de extensão universitária. A UFMG classificou 05 programas como cursos: Capacitação de Monit. Em Educação – Progr. Araçuaí, Pró-Ciências Progr. De Capacitação para Professores do Ens. Médio, Progr. Capacitação Pedagógica Enfermeiros da SMS de BH, Programa de Qualificação da USIMINAS e Programa de Leitura de Textos Clássicos.
- d) Para o Fórum, cursos e projetos são categorias distintas e integrantes de ações de extensão universitária. A UFMG classificou 04 projetos como cursos: Projeto Capoeira para Crianças, Projeto Capoeira – Acrobacias e Floreios, Proj. Cap. Enfermeiros Prev. do HIV e Assist. Pessoas Portadores e Projeto Estrutural de Edifícios em Concreto Armado;
- e) 03 atividades categorizadas pela UFMG como cursos são típicas de ensino: Cartografia e Temática (Mód. Especialização), Meio Ambiente e Condução de Projetos (Mód. Especialização) e Tópicos em Saúde Coletiva. Essas atividades não são classificadas pelo Fórum como extensão;
- f) 14 atividades de extensão universitária classificadas como cursos pela UFMG, o que representa 2% do total de cursos, recebem outra categorização por parte do Fórum.

A Tabela Eventos do Relatório de Atividades identifica 382 eventos, oferecidos a 213.704 participantes, a unidade e o Departamento responsáveis pela sua promoção, o nome do seu coordenador, a classificação dos eventos por área temática e o número de professores participantes. Nesses eventos, os possíveis protagonistas não pertencem ao quadro da Universidade, porém são intermediados por ela nas realizações. Vale destacar que algumas atividades classificadas pela UFMG como eventos apresentam vários registros: o Projeto Sexta Sinfonia é lançado 16 vezes; o 30º Festival de Inverno é registrado 55 vezes e o Projeto Vídeo Centro, 69 vezes. Essa parece ser uma estratégia da UFMG para ampliar o número de eventos. Além disso, o Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é participante para a categoria evento.

As unidades que mais promoveram eventos em 1998 foram: a Pró-Reitoria de Extensão, com 250 eventos, representando 65% do total; a Escola de

Enfermagem, com 23 eventos, representando 6% do total; o Núcleo de Ciências Agrárias, com 20 eventos, representando 5% do total; a Faculdade de Medicina, com 14 eventos, representando 4% do total.

A totalidade dos eventos oferecidos pela UFMG em 1998, conforme Tabela Eventos do Relatório de Atividades, apresentou uma estrutura monodepartamental e sem interação com outras instituições. Esse dado evidencia a tendência da extensão universitária se centralizar na própria Universidade.

Outra característica é que 117 atividades de extensão universitária classificadas pela UFMG, nesse ano, como eventos, representando 31% do total, recebem outras categorias por parte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

- a) 87 atividades de extensão universitária referentes a projetos, representando 23% do total, são categorizadas pela UFMG como eventos. Para ilustrar, eles se referem ao Projeto Integrarte – Exposição, ao Projeto de Ensino e Extensão – Repens. 1ºs Socorros, ao Projeto Sexta Sinfonia, registrado 16 vezes e ao Projeto Vídeo Centro, registrado 69 vezes. Para o Fórum, projetos e eventos são categorias distintas de ações de extensão universitária;
- b) 15 palestras, representando 4% do total, são categorizadas pela UFMG como eventos. O Fórum não inclui a atividade palestra dentre as ações de extensão universitária;
- c) 08 atividades são classificadas pela UFMG como Visitas. O Fórum não inclui essa atividade dentre as ações de extensão universitária;
- d) 02 programas são classificados pela UFMG como eventos. Para o Fórum, programa é uma categoria distinta de evento;
- e) a UFMG classifica a atividade Aula Prática no Núcleo de Ciências Agrárias/UFMG, que é típica de ensino, como evento. O Fórum não inclui essa atividade dentre as ações de extensão universitária.

Esses dados evidenciam a dificuldade conceitual da UFMG em agregar as suas atividades de extensão universitária em consonância com a classificação das ações de extensão universitária em categorias, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Quanto à frequência, com que os eventos são executados, verifica-se que a atividade Festival representa a maioria (15%) dos eventos desenvolvidos em 1998. Em seguida, aparece a atividade Mostra, representando 9% do total; seguida da atividade Exposição, representando 8% do total. A atividade Festival foi a que obteve o maior número de participantes: 88.940 pessoas, seguida da atividade Visita, com 63.455 pessoas. Na média, a atividade Visita é a que atrai o maior número de pessoas: são 7.932 pessoas. Festival é a segunda atividade com a maior participação dos segmentos sociais: são 1.560 pessoas em média. Comparativamente, Festival e Visita atraem mais participantes do que Ciclo de debates, Conferência, Congresso, Mesa-redonda, Palestra, Seminário e Simpósio.

A Tabela Eventos do Relatório de Atividades apresenta o nome do coordenador de cada evento. Contudo, essa preocupação não ocorre com relação aos participantes dos eventos, que são somente quantificados. Vale destacar que a grande maioria da coordenação dos eventos (95%) é executada isoladamente, sem que haja interação entre os docentes ou entre os departamentos da Universidade.

Quanto à área temática dos eventos, há uma divergência entre as áreas descritas nessa Tabela, que são: Comunicação, Cultura, C&T, Educação, Meio Ambiente, Rural, Saúde e Trabalho, e as áreas propostas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, quais sejam: 1 - Comunicação, 2 - Cultura, 3 - Direitos Humanos, 4 - Educação, 5 - Meio Ambiente, 6 - Saúde, 7 - Tecnologia e 8 - Trabalho. Verifica-se que, dentre as áreas temáticas relativas aos eventos, destacaram-se as seguintes: a Cultura, com 264 eventos, representando 69% do total e a Saúde, com 58 eventos, representando 15% do total. As áreas que menos promoveram eventos foram: o Trabalho, com 02 eventos, representando 0,52% do total e a Comunicação, com 03 eventos, representando 0,78% do total.

Com relação ao número de professores participantes dos eventos, apenas 172 atividades, representando 45% do total, apresentam esse indicador. O evento que se destacou quanto ao número de professores participantes foi a I Jornada Acadêmica de Geriatria e Gerontologia, com 32 professores. Dentre os 382

eventos, 124, representando 32% do total, tiveram a participação de apenas um professor, o que implica na realização de eventos monodisciplinares. A média de professores participantes por evento é de um professor. Vale destacar que o 30º Festival de Inverno, que alcançou o maior número de participantes na categoria Evento (88.790 participantes), não apresenta esse indicador. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é professor participante.

Quanto ao número de participantes por evento, a sua média é de 559 participantes. O evento que mais atraiu participantes foi o 30º Festival de Inverno: foram 88.790 pessoas, representando 42% do total, seguido de Visitas Monitoras ao Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, com 57.136 participantes, representando 27% do total. O evento que menos atraiu participantes foi o Diagnóstico Pré-Natal e Aconselhamento Genético, com 01 participante, seguido dos eventos Seminário Introd. Curso de Especialização em Enferm. de Saúde Pública e Mesa-Redonda: Seg. Biológica c/ Fator de Prot. do Cliente e Prof. Saúde, cada evento com 02 participantes. Quanto ao número de participantes dos eventos por área, a que mais alcançou participantes foi a Cultura, com 127.348 participantes, representando 60% do total, seguida da área Meio Ambiente, com 59.889 participantes, representando 28% do total. As áreas temáticas que menos atraíram participantes foram Trabalho, com 64 participantes e C&T, com 3.291 participantes. Na média, a área temática que obteve a maior participação dos segmentos sociais foi o Meio Ambiente, com 4.991 pessoas, seguida da área C&T, com 548 pessoas. Quanto às áreas que menos atraíram participantes, destacaram-se as seguintes: Trabalho, com a participação de 32 pessoas em média e Saúde, com 106 pessoas em média.

A Tabela Publicações do Relatório de Atividades identifica 19 publicações em extensão, com a tiragem de 51.000 exemplares, a unidade e o Departamento responsáveis por sua promoção, o nome do seu coordenador e a classificação das publicações em extensão por área temática. A média de tiragem é de 2.684 exemplares por publicação. Dentre as unidades que mais produziram publicações de extensão destacaram-se a Escola de Enfermagem, com 06

publicações, representando 32% do total, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Educação, cada uma com 03 publicações, representando 16% do total.

O Relatório de Atividades 1998 identifica o coordenador de cada publicação. A totalidade das publicações é realizada de maneira isolada, sem que ocorra interação entre os docentes ou entre os departamentos da Universidade.

Com relação à área temática das publicações em extensão, sobressaíram a Saúde, com 10 publicações, representando 53% do total e a Educação, com 05 publicações, representando 26% do total. Não há o registro de nenhuma publicação nas seguintes áreas: C&T, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Rural.

Em conformidade com esse Relatório, as publicações dessa Tabela se referem à instrumentalização das ações de extensão, sendo que as publicações em livros, periódicos e em anais de eventos são computadas na produção científica da instituição.

A Tabela Prestações de Serviço do Relatório de Atividades identifica 328 prestações de serviço, a unidade e o Departamento responsáveis por sua promoção, o nome do seu coordenador, a sua classificação por área temática, o número de alunos participantes, de professores participantes, de bolsas por ano e de participantes. O Relatório de Atividades 1998 concebe como participante, na categoria Prestação de Serviço, a comunidade ou a empresa.

As unidades da UFMG que mais realizaram prestações de serviço, nesse ano, foram: a Escola de Engenharia, com 50 prestações de serviço, representando 15% do total; a Escola de Veterinária, com 48 prestações de serviço, representando 15% do total e o Instituto de Ciências Exatas, com 36 prestações de serviço, representando 11% do total. As unidades da UFMG que menos realizaram prestações de serviço, nesse ano, foram: a Escola de Biblioteconomia e o Instituto de Geociências, cada uma com 02 prestações de serviço; a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Letras, cada uma com 03 prestações de serviço.

Quanto à frequência com que as prestações de serviço são executadas, verifica-se que as atividades Atendimento Ambulatorial e Consultorias foram realizadas 15 vezes, cada uma representando 5% do total, seguida da atividade

Propedêutica Complementar, que foi realizada 12 vezes, representando 4% do total.

A partir da Tabela Prestações de Serviço do Relatório de Atividades, pode-se associar as atividades de extensão universitária, realizadas pela UFMG, e por ela classificadas como prestações de serviço, e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desse modo, verifica-se que:

- a) 08 atividades, classificadas pela UFMG como prestações de serviço, são categorizadas de maneira distinta pelo Fórum. Programa Ação Pró-AcessoCVI/BH-PMMG – Estacionamento não Regulamentado, Programa de Orientação aos Indivíduos Acometidos por Doenças Reumatolog; Programa de Assistência ao Diabético, Programa de Educação para o Autocuidado a Clientes com Vasculopatias, Programa de Manutenção Preventiva I, Programa de Manutenção Preventiva II, Programa de Modernização Administrativa do Estado de Minas Gerais e Programa Travessia – SETASCAD-MG são considerados pelo Fórum como programas;
- b) 09 atividades, categorizadas pela UFMG como prestações de serviço, são classificadas de maneira distinta pelo Fórum, que inclui a atividade Treinamento na categoria curso;
- c) 10 projetos de extensão foram classificados pela UFMG como prestações de serviço. Para o Fórum, projeto e prestação de serviço são categorias distintas e integrantes de ações de extensão universitária:
- d) a UFMG classificou a atividade Conferência Mun. Política Urbana – Comissão de Org. Territorial como prestação de serviço. O Fórum inclui essa atividade dentro da categoria Evento;
- e) a atividade Campanha de Prevenção e Educação do Diabetes na UFMG, categorizada pela UFMG como prestação de serviço é classificada pelo Fórum como evento;
- f) a atividade Residência de Neurocirurgia do Hospital das Clínicas da UFMG, típica de ensino, foi classificada pela UFMG como prestação de serviço. O Fórum não inclui essa atividade dentre as ações de extensão universitária;

g) as atividades Presta Assistência aos Usuários do Convênio UFMG/PMMG, Presta Assistência aos Usuários do Convênio UFMG/Fundação Mendes Pimentel, Assist. Odontológica às Crianças/Alunos do C. Pedagógico e Creche da UFMG e Assistências aos Animais das Fazendas da Escola de Veterinária da UFMG foram categorizadas por essa instituição como prestações de serviço. O Fórum não inclui a atividade assistência dentre as ações de extensão universitária.

Esses dados evidenciam a dificuldade conceitual, por parte da UFMG, em agregar as suas atividades de extensão universitária em conformidade com a classificação das ações de extensão universitária em categorias, proposta pelo Fórum.

O Relatório de Atividades 1998 identifica o coordenador de cada prestação de serviços. Vale destacar que a grande maioria (90%) da coordenação das prestações de serviço ocorre de maneira isolada, sem que haja interação entre os docentes ou entre os departamentos da Universidade, implicando na existência de uma estrutura cartesiana.

Com relação à área temática das prestações de serviço, destacaram-se a área de Saúde, com a realização de 160 prestações de serviço, representando 49% do total, e a área de C&T, com a execução de 106 prestações de serviço, representando 32% do total. As áreas de Cultura e Saúde, com 08 prestações de serviço cada foram as que menos realizaram esse tipo de atividade.

Quanto ao número de alunos participantes das prestações de serviço, apenas 11 atividades, representando 3% do total, apresentam esse indicador. A sua média é de 0,10 aluno por prestação de serviço. As prestações de serviço que alcançaram o maior número de alunos participantes foram as seguintes: Inventário dos Bens Imóveis no Centro Histórico de Diamantina/IPHAN, envolvendo 10 alunos e 3º Idade Cultural, com a participação de 04 alunos. Três atividades envolveram a participação de somente 01 aluno: Restauração da Igreja São Sebastião (Betim), Realização de Oficinas c/ Grupo de Pais de Adolescentes para orientá-los e refletir sobre a Relação com e Comportamento de Cuidado

entre Crianças. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é aluno participante.

Com relação ao número de professores participantes das prestações de serviço, a sua média é de 1 professor por prestação de serviço. As prestações de serviço que envolveram o maior número de professores foram: Análises Laboratoriais de Leite, Carne e Derivados quanto aos Parâmetros Físico-Químicos e Microbiológicos, com a participação de 10 professores, e Câncer de Mama- Natureza do Trabalho Assist. Portadoras de Neoplasia Maligna Mamária – Enfoque Psic., com a participação de 06 professores. A grande maioria (71%) das prestações de serviço envolveu a participação de somente 01 professor, implicando na ausência de interdisciplinaridade. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é professor participante.

Apenas 04 prestações de serviço, representando 1% do total, obtiveram bolsas por ano. A sua média é de 0,14 bolsa por ano por prestação de serviço. As prestações de serviço que obtiveram o maior número de bolsas por ano foram: Catálogo de Literatura e Artes da Grécia Antiga, com 18 bolsas por ano e Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural da Colônia Santa Izabel, com 15 bolsas por ano.

Quanto ao número de participantes, a sua média é de 5.301 participantes por prestação de serviço. As prestações de serviço que alcançaram o maior número de participantes foram Propedêutica Complementar –Exames Laboratoriais, com 615.452 participantes e Desenv. de uma Bancada de Testes de Fluxo Contínuo para Válvulas Cardíacas, com 300.000 participantes. Na média, a atividade Desenv. de uma Bancada de Testes de Fluxo Contínuo para Válvulas Cardíacas foi a que atraiu o maior número de pessoas: foram 300.000 pessoas. Propedêutica Complementar é a segunda atividade com a maior participação dos segmentos sociais: foram 61.004 pessoas em média. Dentre as prestações de serviço, 33, representando 10% do total, obtiveram a participação de somente uma pessoa. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é participante.

A Tabela Projetos do Relatório de Atividades identifica 232 projetos, classificados por área temática, envolvendo 1.027.885 participantes, 432 alunos

participantes, 372 professores participantes e 2.198 bolsas por ano, além da unidade, do Departamento responsável por sua promoção e o nome do seu coordenador.

As unidades da UFMG que mais realizaram projetos de extensão, nesse ano, foram as seguintes: a Escola de Enfermagem, com 30 projetos, representando 13% do total; a Escola de Educação Física, com 27 projetos, representando 12% do total e a Faculdade de Medicina, com 23 projetos, representando 10% do total. As que realizaram menos projetos foram: a Faculdade de Ciências Econômicas, com 01 projeto e o Museu de História Natural, com 01 projeto.

A partir da Tabela Projetos do Relatório de Atividades, pode-se associar as atividades de extensão universitária, realizadas pela UFMG, e por ela categorizadas como projetos, e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desse modo, identifica-se que:

- a) 01 atividade, classificada pela UFMG como projeto, é categorizada, simultaneamente, pelo Fórum como prestação de serviço e curso, e não como projeto: Prestação de Serviços/Treinamento Especializado;
- b) a atividade XI Festival de Danças da Escola de Educação Física é categorizada pela UFMG como projeto. O Fórum classifica essa atividade como evento;
- c) a atividade CEALE/Debate com Professores é classificada pela UFMG como projeto. O Fórum categoriza essa atividade como evento;
- d) 04 atividades, típicas de projetos de pesquisa, são categorizadas pela UFMG como projetos de extensão: Aplic. Aço Inoxidável na Arquitetura- Estudo de Casos Significativos, Avaliação do Nível de Carbofuran no Solo e Águas Superficiais em Áreas, Estudo das Alterações dos Parâmetros Clínicos, Imunológicos e Biológicos, Avaliação dos Efeitos da Exposição Ocupacional e Agrotóxicos sobre a Saúde dos Plantadores. O Fórum não classifica essas atividades como extensão;
- e) 10 atividades, referentes a assistências, são classificadas pela UFMG como projetos: Assistência Terapêutica Ocupacional em Saúde Mental e Psiquiatria,

Assistência Fisioterápica a Pacientes Mastectomizadas, Assistência Ambulatorial em Terapia Ocupacional em Saúde Mental e Psiquiatria, Assistência Fisioterápica à Caminhada Terapêutica, Assistência Sistematizada a Adolescente e seu Filho no Centro de Saúde São Paulo, Assistência Sistematizada à Criança de Risco no Hosp. Sofia Feldman, Assistência de Enfermagem a Crianças de 12 meses a 12 anos- CIPEP, Assist. Crianças e Adolescentes Portadores de Disfunção Vesical, Assistência Odontológica para Pacientes HIV Positivos. O Fórum não categoriza a atividade assistência como extensão;

- f) a atividade Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente do Conjunto Santa Maria/vilas Adjacentes é registrada pela UFMG como projeto. O Fórum classifica essa atividade como evento;
- g) a atividade Projeto de Preparação de Apostila para Ensino de Grego Clássico, típica de ensino, é categorizada pela UFMG como projeto. O Fórum não inclui essa atividade dentre as ações de extensão universitária.

Esses dados confirmam a dificuldade conceitual, por parte da UFMG, em categorizar as suas atividades de extensão universitária de acordo com a classificação das ações de extensão universitária em categorias, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O Relatório de Atividades 1998 identifica o coordenador de cada projeto. Vale destacar que a grande maioria (90%) da coordenação dos projetos se realiza de maneira isolada, sem que haja interação entre os docentes ou entre os departamentos da Universidade.

Com relação à área temática dos projetos de extensão, sobressaíram as seguintes áreas: Saúde, com 112 projetos, representando 48% do total e Educação, com 40 projetos, representando 17% do total. As áreas de Direitos Humanos e Trabalho, cada uma com 02 projetos, representando 0,86 do total, foram aquelas que obtiveram o menor número de projetos.

Quanto ao número de alunos participantes dos projetos, somente 25 atividades, representando 11% do total, apresentam esse indicador. A sua média é

de 2 alunos por projeto. Os projetos que atraíram o maior número de alunos participantes foram os seguintes: Internato Rural, envolvendo 312 alunos, representando 72% do total e Campus 2000/UFMG- Nivas Unid. Campus da Pampulha e Promoção de Saúde Bucal em Creches e Escolas, cada projeto envolvendo 20 alunos participantes, representando 5% do total. Três projetos envolveram a participação de somente 01 aluno: Laboratório do Movimento, Diagnóstico Parasitológico e Imunológico da Esquistossomose Mansonii e Menino no Parque/Saúde Menino no Parque. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é aluno participante.

Com relação ao número de professores participantes dos projetos, a sua média é de 2 professores por projeto. Os projetos que envolveram o maior número de professores foram: Internato Rural, com a participação de 12 professores, e Est. Veget. Nordeste de MG num Processo de Pesq. Ens. Extensão, com a participação de 08 professores. A maioria (62,5%) dos projetos envolveu a participação de somente 01 professor, o que implica na ausência de interdisciplinaridade. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é professor participante.

Somente 73 projetos, representando 31% do total, obtiveram bolsas por ano. A sua média é de 9 bolsas por projeto. Os projetos que obtiveram o maior número de bolsas por ano foram: Ensino Fundamental de Jovens e Adultos/1.º Seg., com 312 bolsas por ano, representando 14% do total, e Projeto Creche das Rosinhas - Ano VI, com 104 bolsas por ano, representando 5% do total.

Quanto ao número de participantes, a sua média é de 4.431 pessoas por projeto. Os projetos que alcançaram o maior número de participantes foram: Pólos Reprodutores da Cidadania, com 250.000 participantes, representando 245 do total; Rede de Proteção a Criança e a Mulher e Regionalização Docente-Assistencial e Desenvolvimento de Consórcios Intermunicipais Saúde, cada um com 200.000 participantes, representando 19% do total. Três projetos envolveram a participação de somente 01 pessoa: Vale a Pena Viver, A Engenharia e o Deficiente Físico e Praça Milton Campos - Tratamento de Área Ambiental/Traffic Calming. Vale destacar que o projeto A Engenharia e o

Deficiente Físico, apesar de ter alcançado somente 01 participante, obteve 91 bolsas por ano. O Projeto Praça Milton Campos- Tratamento de Área Ambiental/Traffic Calming, que envolveu apenas 01 participante, obteve 01 bolsa por ano. O Relatório de Atividades 1998 não conceitua o que é participante.

A Tabela Programas do Relatório de Atividades identifica 42 programas, destacando somente a unidade responsável pela promoção e o seu coordenador. Essa Tabela não faz referência aos participantes do programa e nem classifica essas atividades de acordo com as áreas temáticas.

As unidades da UFMG que mais realizaram programas de extensão, nesse ano, foram as seguintes: a Pró-Reitoria de Extensão, com 10 programas, representando 24% do total; a Escola de Música e o Núcleo de Ciências Agrárias, cada unidade com 05 programas, representando 12% do total.

A partir dessa Tabela, verifica-se que não há interação entre as unidades acadêmicas na realização dos programas de extensão universitária. Identifica-se, ainda, que a maioria da coordenação (81%) dos programas ocorre de maneira isolada, isto é, não há interação entre os docentes da Universidade. Vale destacar que não há o registro do nome do coordenador de 03 programas: Núcleo de Estudos Trabalho e Educação, Centro de Ensino de Ciências e Matemática e Programa de Prestação de Serviços Institucionais do Hosp. Veterinário.

Como na UFV, a atividade de extensão predominante na Universidade Federal de Minas Gerais é Curso, embora seja, naquela instituição, a que menos atrai participantes. Essa atividade, normalmente, conta com uma carga horária bastante reduzida, além de não haver interação entre os docentes e entre as unidades acadêmicas, sendo a sua temática bastante diversificada, constituindo-se em atividade descontínua, não apresentando regularidade, o que revela pouco envolvimento da Universidade para com a sociedade, considerando-se apenas a Universidade como o centro da extensão universitária. Então como esperar a transformação da sociedade por meio da extensão universitária? Vale destacar que não há, no Relatório de Atividades 1998, o registro da carga horária das demais atividades de extensão, impossibilitando a comparação entre a carga horária da atividade Curso com a carga horária das outras.

Verifica-se que a extensão universitária da UFMG tem sobressaído, dentre as áreas temáticas, pela Saúde. Nessa área, destaca-se a atividade Prestação de Serviços, que é responsável pelo atendimento da maioria dos participantes da extensão universitária. Dessa forma, a extensão universitária da UFMG tende a substituir outras agências sócias, vinculadas à saúde humana.

Outra característica é que há, por parte da UFMG, uma preocupação simultânea em revelar ao leitor quem faz a extensão universitária, inclusive registrando o nome do coordenador de algumas atividades, talvez como uma forma de se colocar a serviço da sociedade e de se promover junto às agências de fomento e, por outro lado, em não lhe mostrar quem recebe a extensão. Vale destacar que a atividade Programa não registra nem mesmo o número de participantes.

8.3. As atividades da Universidade de Brasília

As atividades de extensão universitária da UnB, no ano de 1998, são apresentadas pela Tabela 11. São 695 atividades, envolvendo 6.058 participantes.

Tabela 11 - Atividades de extensão universitária e participantes, 1998

Atividades	N.º de atividades	N.º de participantes
Cursos de Extensão	263	6.058
Eventos de Extensão	407	-
Projetos de Ação Contínua	25	-
Total	695	6.058

Fonte: Adaptada de FARIA e QUEZADO (2000).

FARIA e QUEZADO (2000:10) apresentam a concepção dessas atividades, em termos dos seguintes aspectos:

“(...) curso (tipo e duração variados), evento (idem), ação contínua (programas de atuação de mais longo prazo)...”

Comparativamente, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras utiliza critérios diferentes, ao agregar as ações de extensão universitária em categorias. No caso de curso, a referência é

“(...) conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencia ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária definida e processo de avaliação formal” (CORRÊA, 2002:78).

Por sua vez, eventos são

“(...) ações de interesse técnico, social, científico, como assembléia, campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, debate, encontro, escola de férias, espetáculo, exibição pública, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, painel, recital, reunião, semana de estudos, seminário, show, simpósio, oficina, torneio e outros” (CORRÊA, 2002:79).

Em relação a projetos, a referência é

“conjunto de ações processuais e contínuas, de caráter educativo, social, cultura, científico e tecnológico” (CORRÊA, 2002:78).

Tendo-se como referência a publicação de FARIA e QUEZADO (2000), esses autores quantificam o número de participantes apenas dos cursos de extensão, contrariando as orientações propostas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Outra omissão nos documentos é que não é possível identificar quais são as características dos segmentos sociais beneficiados.

Quanto à frequência com que as atividades de extensão universitária são executadas, identifica-se que a atividade Evento de extensão representa a maioria (59%) dessas atividades realizadas em 1998. Em seguida, aparece a atividade Curso, representando 38% do total. Há o registro do número de participantes somente da atividade Curso: foram 6.058 pessoas. FARIA e QUEZADO (2000) concebem o participante dessa atividade como aluno.

Os cursos, além de figurarem na Tabela 11, são registrados na Tabela 12. Essa Tabela quantifica os 263 cursos de extensão, oferecidos aos 6.058 alunos.

Tabela 12 - Cursos de extensão na UnB, 1998

Cursos	N.º de cursos	N.º de participantes
Cursos Presenciais		
Escola de Extensão	206	3.528
GT Reforma Agrária	4	1.070
Universidade Solidária	2	36
Alfabetização Solidária	40	1.000
Cursos a Distância		
Núcleo de Educação a Distância	11	424
Total	263	6.058

Fonte: Adaptada de FARIA e QUEZADO (2000).

Deve-se destacar que os cursos não são descritos na Tabela 12. Há o registro somente da unidade acadêmica responsável pela sua promoção, a sua classificação em cursos presenciais e a distância, o número de cursos ofertados e o número de participantes. Portanto, não é possível identificar o conteúdo dos cursos.

Quanto à frequência com que os cursos foram ministrados, constata-se que os cursos presenciais representam a grande maioria dessas atividades de extensão. Em seguida, aparecem os cursos a distância, que representam 4% do total. Os cursos presenciais foram aqueles que obtiveram o maior número de participantes: foram 5.634 alunos, representando 93% do total, destacando-se aqueles vinculados à Escola de Extensão, que alcançou 3.528 participantes, representando 58% do total. A Escola de Extensão foi a unidade acadêmica que

mais ofereceu cursos, em 1998: foram 206 cursos, representando 78% do total, seguida da Alfabetização Solidária, com 40 cursos, representando 15% do total. Na média, os cursos vinculados ao GT Reforma Agrária (cursos presenciais) atraíram o maior número de pessoas: 267,5 pessoas. Os cursos vinculados ao Núcleo de Educação a Distância, com média de 39 pessoas por curso, figuram em segundo lugar.

É interessante ressaltar que a Tabela 12 não classifica os cursos por área temática, não quantifica a carga horária total dos cursos oferecidos e nem o indicador equivalente-aluno, contrariando as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, descritas em CORRÊA (2002).

A Tabela 13 identifica a evolução dos eventos de extensão universitária realizados pela UnB, no período 1998/99, tendo como referência os órgãos responsáveis pela sua promoção.

A Tabela 13 apresenta a relação dos eventos de extensão universitária por órgãos da Universidade. Por essa simples descrição, continua a falta de evidências que podem elucidar a natureza da extensão universitária executada, contrariando as normas do Fórum de Pró-Reitores. Conceitualmente, FARIA e QUEZADO (2000), que são referenciados para subsidiar essa análise, também não acrescentam muitas informações, uma vez que não conceituam e nem exemplificam a ocorrência de mini-cursos.

A tendência identificada na Tabela 13, envolvendo os anos de 1998-99, é o aumento, em 26%, no oferecimento dos cursos, e a centralidade desses cursos em dois órgãos, Gabinete do Reitor e Decanato de Extensão, ambos vinculados à administração da Universidade e não a Institutos ou Faculdades. Para ilustrar, esses órgãos foram responsáveis por 46% e 62% dos cursos nos anos de 1998 e 1999, respectivamente. Além deles, predominam as atividades de extensão no Instituto de Letras, Instituto de Psicologia, Faculdade de Educação e Faculdade de Ciências da Saúde.

Tabela 13 - Evolução dos eventos de extensão, 1998-1999

Órgão	1998	1999
Instituto de Ciências Biológicas	5	4
Instituto de Ciências Sociais	5	10
Instituto de Artes	13	12
Instituto de Ciências Exatas	11	15
Instituto de Geociências	8	4
Instituto de Ciências Humanas	7	7
Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais	0	7
Instituto de Letras	84	46
Instituto de Psicologia	21	16
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados	5	5
Faculdade de Comunicação	14	2
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	0	3
Faculdade de Educação	19	25
Faculdade de Ciências da Saúde	14	19
Faculdade de Tecnologia	6	18
Centro de Desenvolvimento Tecnológico	5	0
Gabinete do Reitor (Órgãos Vinculados)	134	150
Decanato de Extensão (DTE, CAL, EXE e CEAD)	54	168
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	2	1
Total geral	407	512

Fonte: Adaptada de FARIA e QUEZADO (2000).

Com o propósito de ilustrar outro tipo de atividade considerada como de extensão universitária, a Tabela 14 apresenta os projetos de Ação Contínua, no período de 1998 a 08/2000.

Tabela 14 - Evolução de projetos de ação contínua por unidade acadêmica e centros

Unidade	1998	1999	2000 (até agosto)
CEAM	1	5	4
DEX	-	-	1
Faculdade de Agronomia e Veterinária	-	1	-
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	3	1	2
Faculdade de Ciências da Saúde	2	3	4
Faculdade de Comunicação	-	-	1
Faculdade de Direito	1	1	-
Faculdade de Educação	5	2	5
Faculdade de Educação Física	1	4	7
Faculdade de Tecnologia	-	1	1
Instituto de Química	-	-	1
Instituto de Artes	3	-	1
Instituto de Ciências Biológicas	1	1	3
Instituto de Ciências Exatas	1	2	-
Instituto de Ciências Humanas	2	2	5
Instituto de Ciências Sociais	-	-	1
Instituto de Física	-	1	-
Instituto de Geociências	1	-	-
Instituto de Letras	1	-	-
Instituto de Psicologia	3	3	3
Total geral	25	28	41

Fonte: FARIA e QUEZADO (2000).

Os projetos de Ação Contínua são descritos nessa Tabela, pelo registro numérico de ocorrências e de acordo com a unidade de procedência. Não há informações sobre indicadores que procuram vincular os projetos em programas, o número de projetos isolados e o público atendido. Desconsideram-se, portanto, as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, expressas em CORRÊA (2002). Além disso, também não é possível identificar os segmentos sociais beneficiados.

Quanto à frequência com que os projetos de Ação Contínua são executados em 1998, constata-se que aqueles vinculados à Faculdade de Educação representam a maioria dessas atividades, 20% do total. Em seguida, aparecem aqueles vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ao Instituto de Artes e ao Instituto de Psicologia, cada uma dessas unidades representando 12% do total.

O CEAM, com um acréscimo de 400%, e a Faculdade de Educação Física, com um acréscimo de 300%, foram as unidades que tiveram o maior crescimento de 1999 em relação a 1998, quanto à execução de projetos de Ação Contínua.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo apresentou um decréscimo de 67% em 1999, comparando-se com o seu desempenho em 1998. A Faculdade de Educação apresentou um decréscimo de 60%.

Verifica-se um crescimento acentuado de 46% no número total de projetos de Ação Contínua realizados pela Unb, de 2000 (até agosto) em relação a 1999. Nesse período de 2000, os projetos de Ação Contínua que são executados com maior frequência estão vinculados à Faculdade de Educação Física, representando 17% do total; seguidos daqueles vinculados à Faculdade de Educação e ao Instituto de Ciências Humanas, cada uma dessas unidades representando 12% do total.

O CEAM apresentou um decréscimo de 20% em 2000 (até agosto), comparando-se com o seu desempenho em 1999.

FARIA e QUEZADO (2000) admitem que a UnB não realizou em 1998, dentre as suas atividades de extensão universitária, a atividade Prestação de

Serviços, a qual, segundo esses autores, é condicionada naquela instituição à participação dos alunos.

Outro documento da UnB, intitulado Resolução da Câmara de Extensão nº 04/2000, que estabelece normas para a atribuição de carga horária nas atividades de extensão, para a avaliação e a apresentação de relatórios, permite também identificar uma imprecisão conceitual, por parte dessa instituição:

“1.2. O somatório das cargas horárias a serem atribuídas aos professores e instrutores ou palestrantes (grifo nosso) de um curso ou evento não poderá ultrapassar a carga horária atribuída à atividade”. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Extensão. Resolução da Câmara de Extensão n.º 04/2000. [12 mai. 2003]. (<http://www.unb.br/dex/programas/cex/reso-4.htm>).

Por meio desse documento, infere-se que a UnB agrega a atividade palestra como curso. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras não inclui a atividade palestra dentre as ações de extensão universitária.

Vale destacar que dentre os cursos de extensão, oferecidos, em 2003, pela UnB à sociedade, figura o Manual de Criação e Elaboração de Materiais para Educação a Distância, de autoria do professor Wolferam Laaser, da Universidade de Hagen, da Alemanha. Embora a própria UnB reconheça que se trata apenas de um material à venda, essa atividade figura dentre os cursos de extensão, ofertados por essa instituição, nesse ano. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras não inclui atividade tradução e adaptação de um manual dentre as ações de extensão universitária em categorias. Esse dado evidencia a imprecisão conceitual, por parte da Unb, quanto à extensão.

A tendência da extensão universitária da UnB é a atividade Evento continuar sendo a sua principal atividade, implicando na centralização da extensão universitária na própria Universidade e em atuações isoladas, desarticuladas e descontínuas. A atividade Curso figura em segundo lugar, corroborando essa tendência de centralização. A atividade Projeto de ação contínua, que demanda maior disponibilidade de tempo da comunidade acadêmica e maior envolvimento com a sociedade, atuações conjuntas,

articuladas e contínuas, tem merecido pouca atenção da UnB, se comparada às atividades Evento e Curso.

Essa mesma tendência, no que diz respeito à predominância da atividade Evento dentre as atividades de extensão universitária, em 1998, ocorre também na Universidade de São Paulo, conforme documento intitulado Síntese das Principais Atividades Realizadas em 1998, USP. A predominância dessa atividade implica na centralização da extensão universitária na própria Universidade, na existência de um público altamente difuso, em atuações isoladas, desarticuladas e descontínuas. Esse documento identifica 425 atividades de extensão universitária, consideradas principais por essa instituição. Quanto à frequência com que essas atividades são executadas, verifica-se que a atividade Evento representa a maioria (98%) das atividades de extensão universitária consideradas principais pela USP, desenvolvidas em 1998. Em seguida, aparece a categoria Curso e Projeto, cada uma com 03 atividades, representando cada uma 0,705 do total. A atividade Evento foi a que alcançou o maior número de participantes, 149.383 pessoas, representando 97% do total de participantes, seguida da atividade Projeto, com 5.000 pessoas. Na média, a atividade Projeto é a que atrai o maior número de pessoas: são 1.667 pessoas. Evento é a segunda atividade com a maior participação dos segmentos sociais: são 358 pessoas em média.

8.4. As atividades da Universidade do Amazonas

As atividades de extensão universitária da Universidade do Amazonas (UA), no ano de 1998, são apresentadas pela Tabela Projetos realizados na capital e pela Tabela Projetos realizados no interior. A primeira apresenta 109 projetos de extensão universitária, realizados em Manaus, sem contudo registrar o número de participantes. Vale destacar que toda e qualquer atividade de extensão universitária executada pela Universidade do Amazonas nesse ano é categorizada por essa instituição como projeto de extensão. Assim, cursos, eventos, prestações de serviço e programas são classificados pela UA como

projetos, revelando a consequência da imprecisão conceitual dessa atividade. Por isso, é importante a apresentação dos dados relacionados à UA, que é uma maneira de constatar formas da Universidade pública brasileira em desempenhar a atividade de extensão universitária. O Relatório de Gestão de Julho de 1997 a Junho de 2001 não conceitua projeto de extensão. Esse documento apenas estabelece a diferença entre projetos de extensão desenvolvidos pela UA na capital e no interior.

A grande maioria das atividades de extensão universitária (95%), classificadas pela UA como projetos, em 1998, foi promovida por uma só unidade acadêmica, conforme Tabela Projetos realizados na capital. As unidades da UA que mais interagiram com outras unidades acadêmicas dessa instituição foram: a Faculdade de Educação, a Faculdade de Ciências da Saúde, o Instituto de Ciências Biológicas e a Escola de Enfermagem, todas com um projeto. A totalidade dessas atividades não apresentou interação com outras instituições, evidenciando a tendência da extensão universitária se centralizar na própria Universidade.

As unidades da UA que mais ofereceram atividades de extensão universitária, categorizadas por ela como projetos, em 1998, foram as seguintes: o Instituto de Ciências Humanas e Letras, com 36 projetos, representando 33% do total; o Instituto de Ciências Exatas, com 17 projetos, representando 16% do total e a Faculdade de Educação, com 12 projetos, representando 11% do total.

Os departamentos que mais ofereceram projetos de extensão, no ano de 1998, em Manaus, foram: o Departamento de Métodos e Técnicas, com 08 projetos, representando 7% do total; o Departamento de Ciências da Computação, com 06 projetos, representando 6% do total; o Departamento de Serviço Social, o Departamento de Comunicação Social, o Departamento de Educação Artística, o Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras e o Departamento de Química, todos com 05 projetos, representando 5% do total. Apenas 03 projetos, representando 3% do total, envolveram a interação interdepartamental, evidenciando a estrutura cartesiana da extensão universitária da UA.

A partir da Tabela Projetos realizados na capital, pode-se associar as atividades de extensão universitária, realizadas pela UA na capital, e por ela categorizadas como projetos de extensão, e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. Assim, entre as categorias apresentadas, constata-se que:

- a) 02 atividades, classificadas pela UA como projetos de extensão, são categorizadas de forma distinta pelo Fórum. Programa de Reciclagem em Informática e Programa de apoio e acompanhamento do desenvolvimento educacional das crianças assistidas pela Aldeia Infantil SOS Brasil-Filial/Manaus, são considerados pelo Fórum como programas;
- b) as atividades Avaliação do estado nutricional de crianças desnutridas após o consumo de Multimistura da Comunidade São José I e Avaliação do teor dos teores de matéria orgânica Fe^{2+} e Fe^{3+} nas águas distribuídas para a população de Manaus, típicas de pesquisa, foram classificadas pela UA como projetos de extensão. O Fórum não inclui essas atividades dentre as ações de extensão universitária;
- c) 10 atividades, classificadas pela UA como projetos de extensão, são categorizadas de maneira distinta pelo Fórum. Assessoria à Escola Alternativa da Comunidade de São Francisco, Assessoria Pedagógica aos educadores-alfabetizadores de educação popular da cidade de Manaus, Realização de exames parasitológicos de fezes para atender a comunidade do bairro de Aparecida, crianças das escolas adjacentes, comunidade universitária e outros, Promoção de saúde bucal aos escolares da Escola Municipal Ana Maria de Souza Barros e João dos Santos Braga, Bairro Mauazinho e Zumbi I, Atenção Odontológica a pacientes deficientes da Escola Helena Antipoff da Sociedade Pestalozzi do Amazonas, Implementação e consolidação dos Serviços da Biblioteca do Centro Roger Cunha Rodrigues, Diagnóstico e exames coproparasitológicos da comunidade acadêmica e seus familiares, Acompanhamento domiciliar de pacientes oncológicos terminais por acadêmicos de medicina supervisionados pela Fundação Centro de Controle de Oncologia do Amazonas – Grupo de Apoio Terapêutico Domiciliar e pela

Fundação Centro de Controle de Oncologia, Aspectos sociais associados a parasitoses intestinais e orientação preventiva para alunos de uma escola de rede pública de Manaus e Acompanhamento e avaliação de Plano Estadual de Qualificação Profissional do Amazonas são classificadas pelo Fórum como prestações de serviço;

- d) 11 atividades, classificadas pela UA como projetos de extensão, são categorizadas pelo Fórum como cursos: Curso de Tanatologia: a morte e o morrer na saúde e educação, Curso à distância em exercício físico e saúde – VI Etapa - Manaus, Curso interno de atualização e reciclagem em musculação na Academia La Fuerza, Curso livre de violão, Curso de Autocad R14 aplicado – 60 h, Curso de atualização em gestão municipal na área de saúde do Estado do Amazonas, Curso – Climatologia e Pedagogia: bases conceituais, técnicas e aplicações em trabalhos de campo, Atualização de professores de inglês do 1.º Grau da Secretaria Municipal de Educação, Curso de Organização de Arquivos e Curso de geologia básica para alunos do 2.º grau Escola Técnica de Mineração do Amazonas;
- e) 26 atividades, categorizadas pela UA como projetos de extensão, são classificadas pelo Fórum como eventos: I Seminário de Educação Popular no Amazonas, XII Semana de Educação Física, I Encontro de Saneamento Ambiental do Amazonas, I Encontro Científico da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Amazonas, V Semana de Ciências Sociais, Semana de Estudos Medievais, XI Semana de Comunicação, X Mesa redonda dos profissionais públicos, Seminários de ética e psicanálise, XIV Semana de filosofia do Amazonas, “Banzeiro” - Mostra de artes dos alunos do curso de Educação Artística, Fuarte 98, Teatro/Universidade, II Semana de Biblioteconomia da Universidade do Amazonas, II Encontro da Regional Norte da UNITRABALHO, Oficina de Jornalismo Internacional, XIV Semana de Química, Semana do curso de Física, XIII Semana de Geologia, XVIII Semana de Estatística do Amazonas, I Maratona de Programação, Olimpíada Amazonense de Química, XIII Semana de Biologia da Universidade do Amazonas, I Semana da Engenharia Florestal, Seminário Internacional de

Engenharia de Software e IX Encontro Regional de Estudantes de Enfermagem;

f) das 109 atividades constantes dessa Tabela, apenas 07, representando 6% do total, são consideradas pelo Fórum como projetos: Projeto de Atenção a Saúde do Adolescente, Projeto EDUKI, Projeto Adolescer, Projeto Alfa-Manaus, Primeiros socorros e prevenção de acidentes para a comunidade, Projeto de implantação Herman G. da Aldeia SOS Amazonas, Projeto Bivalência, Projeto da V Semana de Informática e Projeto Frutíferas.

Esses dados evidenciam a existência da confusão conceitual por parte da UA, quanto às atividades de extensão universitária, decorrente das imprecisões apontadas. Além disso, identifica-se a dificuldade em registrar as informações adequadamente nos documentos. No caso da UA, há registro apenas dos projetos.

Ao analisar a frequência com que as 58 atividades de extensão universitária que puderam ser classificadas e comparadas com as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, identifica-se que a atividade Eventos representa a maioria (45%) do total delas. Em seguida, figura a atividade Cursos, representando 19% do total, acompanhada da atividade Prestação de Serviços, representando 17% do total. Não foi possível comparar o número de participantes entre as atividades de extensão universitária, uma vez que o Relatório de Gestão de Julho de 1997 a Junho de 2001 não registra essa informação.

A Tabela Projetos realizados na capital não classifica as atividades de extensão universitária, realizadas pela UA, no ano de 1998, por área temática, contrariando as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Além disso, os cursos descritos nessa Tabela não apresentam o número da carga horária, de participantes e nem o indicador equivalente-aluno.

Contudo, essa Tabela registra o nome do coordenador de cada atividade realizada pela UA, em Manaus, no ano de 1998. Há, portanto, uma preocupação simultânea dessa instituição em caracterizar quem faz a extensão universitária e em não revelar quem recebe essas ações. Dentre essas 109 atividades

classificadas pela UA como projetos de extensão, ocorre a interação entre docentes em apenas 26 atividades, representando 24% do total. Esse dado evidencia, novamente, a estrutura cartesiana da extensão universitária realizada pela UA.

A Tabela Projetos realizados no interior identifica 65 atividades realizadas pela UA, no interior, em 1998, e categorizadas por essa instituição como projetos de extensão. Há, nessa Tabela, o registro da unidade e do departamento responsáveis pela promoção de cada atividade, o título da atividade e o nome do seu coordenador. Contudo, não há o registro do número de participantes de cada atividade. Toda e qualquer atividade executada pela Universidade do Amazonas, em 1998, é classificada por essa instituição como projeto de extensão. Dessa forma, cursos, eventos, prestações de serviço e programas são categorizados pela UA, nessa Tabela, como projetos de extensão, implicando em confusão conceitual, por parte dessa instituição. Não obstante, o Relatório de Gestão de Julho de 1997 a Junho de 2001 não conceitua projeto de extensão.

A grande maioria (95%) das atividades de extensão universitária classificadas pela UA como projetos e realizadas em 1998, no interior, foi promovida por uma só unidade acadêmica, conforme Tabela Projetos realizados no interior. As unidades da UA que mais interagiram com outras unidades acadêmicas foram as seguintes: o Centro de Artes da Universidade do Amazonas, com 02 projetos, seguido do Instituto de Ciências Humanas e Letras, do Campus Universitário de Parintins, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e do Centro de Atenção Integral à Saúde, cada unidade com um projeto. A totalidade dessas atividades não apresentou interação com outras instituições, evidenciando a tendência da extensão universitária se centralizar na própria Universidade.

As unidades da UA que mais ofertaram atividades de extensão universitária no interior, em 1998, categorizadas por ela como projetos, foram: o Instituto de Ciências Humanas e Letras, com 15 projetos, representando 23% do total; o Campus Universitário de Coari, com 09 projetos, representando 14% do

total e a Faculdade de Ciências Agrárias, com 06 projetos, representando 9% do total.

Os departamentos que mais ofereceram projetos de extensão, em 1998, no interior, foram: o Departamento de Educação Artística, o Departamento de Ciências Florestais e o Departamento de Química, cada departamento com 04 projetos, representando 6% do total; o Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras e o Departamento de Eletricidade, cada um com 03 projetos, representando 5% do total. A totalidade dos projetos não apresentou interação interdepartamental, evidenciando a estrutura cartesiana da extensão universitária da UA.

A partir da Tabela Projetos realizados no interior, pode-se associar as atividades de extensão universitária, executadas pela UA, no interior, em 1998 e por ela classificadas como projetos de extensão e as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desse modo, verifica-se que:

- a) 02 atividades, categorizadas pela UA como projetos de extensão, são classificadas de forma distinta pelo Fórum. Programa Odontológico Escolar de Saúde/PROESA e Programa de Prevenção à Cárie através do Bochecho com Flúor são considerados pelo Fórum como programas;
- b) 03 atividades, categorizadas pela UA como projetos de extensão, são classificadas pelo Fórum como prestações de serviço: Assessoria de educação especial da APAE do município de Itacoatiara, Implementação de um Biodigestor na Comunidade Rural do Sagrado Coração de Jesus no Município de Castanho – AM e Assessoria de educação especial às APAES do Rio Preto da Eva, Tefé, Manacapuru, Careiro, Castanho e Pestalozzi de Parintins;
- c) das 55 atividades constantes dessa Tabela, apenas 02, representando 3% do total, são consideradas pelo Fórum como projetos: Projeto de Prevenção à saúde bucal e Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos – Analfa Zero;
- d) a atividade Inquérito Epidemiológico da Infecção pelo Histoplasma Capsulatum na População do Município de Presidente Figueiredo, típica de

pesquisa, foi classificada pela UA como projeto de extensão. O Fórum não inclui essa atividade dentre as ações de extensão universitária;

- e) as atividades Estágio em medicina preventiva e social, Estágio em Odontologia Social e Estágio em Farmácia foram categorizadas pela UA como projetos de extensão. O Fórum não inclui a atividade estágio dentre as ações de extensão universitária;
- f) 04 atividades, classificadas pela UA como projetos de extensão, são categorizadas pelo Fórum como eventos: Seminários de Filosofia – Ética, Seminários de Filosofia – Fundamentação Filosófica-, Seminário de Filosofia – Teoria do Conhecimento e I Circuito de Arte e Cultura em Parintins;
- g) 23 atividades, categorizadas pela UA como projetos de extensão, são classificadas pelo Fórum como cursos: Curso de Aperfeiçoamento da Prática Pedagógica, Curso de Capacitação em Educação Especial, Curso de Primeiros Socorros, Treinamento em Produção de Mudas Cítricas através da Enxertia, Qualificação do Trabalhador na exploração do Guaraná, Curso de Olericultura, Curso de Fruticultura, Curso de Produção e Técnicas de Locução Radiofônica, Curso de Capacitação em Desenho Arquitetônico, Curso de Capacitação em Música/ Humaitá e Itacoatiara, Curso de Capacitação em Regência e Técnica de Coral, Reciclagem de Geografia para Professores de 1º e 2º Graus dos Municípios de Itacoatiara, Parintins, Maués, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira e Adjacências, Curso de Capacitação de Língua Espanhola para Professores dos Municípios do Pólo Alto Solimões, Curso à Distância em Exercício Físico e Saúde, Curso Livre de Violão, Treinamento para a Formação de Identificadores Botânicos Mateiros, Capacitação Agroflorestal de Pequenos Produtores do Município de Itapiranga – AM, Curso de Formação de Viveiristas, Aperfeiçoamento de Professores em Conteúdo e Metodologia de 5.^a a 8.^a Séries do 1.º Grau nos Municípios de Itacoatiara e Humaitá, Atualização em Química para Professores do 2.º Grau e Reciclagem de Professores de Química.

Deve-se registrar que não foi possível identificar a classificação de 27 atividades categorizadas pela UA como projetos de extensão, verificando-se apenas o título dessas atividades.

Ao analisar a frequência com que as 38 atividades de extensão universitária que puderam ser classificadas e comparadas com as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, identifica-se que a atividade Cursos representa a maioria (61%) desse total, seguida da atividade Eventos, representando 11% do total. Não foi possível comparar o número de participantes entre as atividades de extensão universitária, posto que o Relatório de Gestão de Julho de 1997 a Junho de 2001 não registra o número de participantes dessas atividades.

A Tabela Projetos realizados no interior não classifica as atividades de extensão universitária, realizadas pela UA, em 1998, no interior, por área temática, contrariando as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Além disso, os cursos descritos nessa Tabela não apresentam o número da carga horária, de participantes, de certificados expedidos e nem o indicador equivalente-aluno.

Por outro lado, essa Tabela registra o nome do coordenador de cada atividade realizada pela UA, no interior, em 1998, revelando a preocupação dessa instituição em caracterizar apenas quem faz a extensão universitária. Dentre essas 65 atividades classificadas pela UA como projetos, verifica-se a interação entre docentes em apenas 14 atividades, representando 22% do total.

Somando-se somente as atividades, classificadas como projetos, realizadas pela UA no interior e na capital, que são 96, essas que puderam ser comparadas com a classificação proposta pelo Fórum, identifica-se que a atividade Cursos, com 33 projetos, perfazendo 34% do total, representa a maioria das atividades de extensão universitária da UA, seguida da atividade Eventos, com 30 projetos, perfazendo 31% do total. A predominância da atividade Cursos revela a centralização da extensão universitária na própria Universidade, o pouco envolvimento dessa instituição com a sociedade, pouca disponibilidade de recursos humanos para a sociedade, uma temática altamente diversificada e

descontinuidade das ações de extensão universitária, implicando na não transformação da sociedade.

Essas informações são relevantes, porque se constata a enorme confusão conceitual, em operacionalizar e documentar as atividades que compõem a extensão universitária. Como as demais Universidades, a do Amazonas não segue a classificação das ações de extensão universitária, proposta pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

9. COMPARAÇÃO ENTRE TERMOS, CONCEITOS E ATIVIDADES

Este capítulo apresenta, de um lado, alguns resultados gerados pelas pesquisas sobre extensão universitária brasileira e, de outro, as ações realizadas, concebidas como de extensão pelas universidades investigadas. São comparadas essas duas dimensões, com o objetivo de descobrir comunalidades e pontos divergentes entre as mesmas. A Tabela 15 indica uma síntese da comparação entre essas duas dimensões.

Constata-se a existência de 08 comunalidades e de 13 pontos divergentes. A grande parte das comunalidades é relativa à concepção da extensão universitária brasileira: concebe-se essa função como transmissão de cultura; enquanto legitimação do conhecimento produzido e repassado pela universidade; como formação do aluno. A mesma apresenta confusão conceitual; substitui outras agências sociais; os problemas subjacentes à extensão universitária são de natureza conceitual, organizacional e operacional. A maioria dos pontos divergentes se refere à dimensão relação ensino, pesquisa e extensão: autonomia relativa da extensão em relação às demais funções; articulação entre as três funções; articulação e inter-relação entre essas funções; a extensão é concebida enquanto redimensionamento do ensino e da pesquisa; a extensão como interligação da universidade, por meio do ensino e da pesquisa, às demandas da maioria da população; extensão enquanto reorientação do ensino e

da pesquisa; como alimentação do ensino e da pesquisa. O interessante é que, apesar de ser essa a dimensão mais investigada pelos estudiosos e investigadores da extensão universitária brasileira, é a que apresenta o maior número de divergências interpretativas entre esses autores, e o maior número de pontos divergentes entre os mesmos e as atividades realizadas pelas universidades, consideradas por elas como extensão.

Tabela 15 - Comparação entre os termos utilizados pelos estudiosos e investigadores da extensão universitária brasileira, e as atividades realizadas pelas universidades investigadas

Termos utilizados pelos autores	O que foi evidenciado nos registros das universidades investigadas
1. Autonomia relativa da extensão em relação ao ensino e à pesquisa.	Ações extensionistas independentes do ensino e da pesquisa.
2. Realização eventual da extensão.	Realização eventual da extensão, principalmente por meio de cursos e eventos.
3. Extensão universitária enquanto transmissão de cultura e difusão de tecnologia.	Extensão universitária enquanto transmissão de cultura pela mídia e difusão de tecnologia.
4. Extensão como uma dimensão da vida acadêmica, articulando ensino e pesquisa, e facilitando a interdisciplinaridade.	Inexistência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Confusão conceitual entre ensino, pesquisa e extensão. Ausência de interdisciplinaridade.
5. Extensão enquanto democratização do saber acadêmico.	Não-democratização do saber acadêmico.
6. Articulação e inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ausência de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Não ocorre a inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
7. A extensão universitária redimensiona o ensino e a pesquisa.	A extensão universitária não redimensiona o ensino e a pesquisa.
8. Extensão universitária enquanto transformação dos indivíduos e da sociedade.	A extensão universitária não transforma os indivíduos e nem a sociedade.
9. Função de legitimação do conhecimento produzido e repassado pela universidade.	Função de legitimação do conhecimento produzido e repassado pela universidade.

Tabela 15, Cont.

Termos utilizados pelos autores	O que foi evidenciado nos registros das universidades investigadas
10. Extensão enquanto prática acadêmica, interligando a universidade, nas atividades de ensino e de pesquisa, às demandas da maioria da população.	A extensão universitária não interliga as atividades de ensino e de pesquisa. Não interliga a universidade às demandas da maioria da população. Como a universidade não se desloca até a sociedade, torna-se impossível conhecer as suas demandas.
11. Participação da extensão universitária no resgate da cidadania.	Não-participação da extensão universitária no resgate da cidadania.
12. Existência de uma confusão conceitual sobre extensão universitária.	Existência de uma confusão conceitual sobre extensão universitária.
13. Extensão universitária como reorientação do ensino e da pesquisa.	Ausência de reorientação do ensino e da pesquisa, por meio da extensão universitária.
14. Extensão universitária enquanto formação do aluno.	Extensão universitária enquanto formação do aluno.
15. O papel da extensão universitária é alimentar o ensino e a pesquisa.	A extensão universitária não alimenta o ensino e a pesquisa.
16. A universidade, por meio da extensão, substitui outras agências sociais.	A universidade, por meio da extensão, substitui outras agências sociais.
17. A extensão praticada, atualmente, nas universidades públicas brasileiras, segue as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.	A extensão praticada, atualmente, nas universidades públicas brasileiras, são segue as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
18. Falta de clareza conceitual da extensão universitária, atrelada a proposições individuais, sem uma fundamentação teórica.	Falta de clareza conceitual da extensão universitária, atrelada a proposições individuais, sem uma fundamentação teórica.
19. Entrelaçamento do conhecimento científico com o conhecimento popular.	Não-entrelaçamento do conhecimento científico com o conhecimento popular.
20. Construção, por parte do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, de uma nova concepção de extensão, que explica essa função e resolve o problema da indefinição das atividades extensionistas.	As várias concepções do Fórum de Pró-Reitores de Extensão não conseguem explicar essa função e nem resolver o problema da indefinição das atividades extensionistas.
21. Os problemas globais da extensão universitária são de natureza conceitual, organizacional e operacional.	Os problemas globais da extensão universitária brasileira são de natureza conceitual, organizacional e operacional.

10. CONCLUSÕES

A proposição geral da literatura corrente, ao investigar a extensão universitária brasileira, apresenta como comunalidade a vinculação dessa atividade acadêmica à relação universidade-sociedade. Administradores, estudiosos e críticos concordam com essa vinculação, mas a comunalidade, entre eles, ainda continua, quando nenhuma das referências apresenta especificidades ou delimitação dessa vinculação.

A partir das ausências das especificações, há a utilização dos termos ensino, pesquisa e extensão, delimitando atividades da universidade, e não a interação entre elas, e nem tampouco entre esses segmentos e instituições componentes da sociedade. Com isso, a preocupação recai sobre a delimitação do que ocorre na esfera universitária, especificamente o registro das atividades que podem ser consideradas como extensão universitária. Isto é, se admite que há a relação entre as três funções da universidade, mas essas relações não são identificadas ou definidas. Por exemplo, poder-se-ia delimitar o que se ensina, sob a perspectiva formal, e a realização do que se ensina, via informalização, em extensão universitária. A mesma orientação poderia ocorrer em relação à pesquisa, a qual se volta para outros pesquisadores e empresas, quando realizada nos laboratórios e campos experimentais e que se desenvolve para os segmentos difusos da sociedade.

Afastando-se dessas relações, há a preocupação com a extensão universitária em termos dos seguintes aspectos: como uma dimensão das políticas públicas; como atividade que necessita de financiamento; a preocupação em determinar as influências sobre a extensão universitária brasileira ; a extensão como atividade pontual, como atividades isoladas e como programas de desenvolvimento institucional e social. Além disso, os resultados obtidos por meio dos estudos realizados, normalmente, não são comparados.

Na obtenção dessas conclusões, a investigação concentrou-se na sistematização das proposições sobre a extensão universitária brasileira, decorrentes de diferentes esferas: a consolidada pelo Fórum de Pró-Reitores, a apresentada por teóricos e críticos, a expressa em documentos das universidades e a registrada como atividades desenvolvidas pelas universidades. O primeiro interlocutor apresenta, nos encontros realizados entre 1987 e 2000, doze concepções e proposições sobre a extensão universitária, constituídas dos seguintes elementos:

1. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; relação transformadora entre a universidade e a sociedade; via de mão dupla; troca entre os saberes acadêmico e popular, e trabalho interdisciplinar.
2. Extensão universitária enquanto prática acadêmica.
3. Extensão universitária como promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar.
4. Extensão universitária concebida como atuação permanente de Programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino.
5. Extensão universitária como função social da universidade, como somadora das relações com a comunidade.
6. Atividade-fim que se relaciona/articula com o Ensino e a Pesquisa.
7. Ultrapassa os currículos em suas práticas de ensino e os limites metodológicos dos projetos de pesquisa.
8. Extensão universitária como articulação da universidade com a sociedade, para a transformação social. Aproximação de sujeitos/atores na busca e proposição de soluções para os problemas emergentes.

9. Extensão universitária concebida como articuladora das relações entre a universidade e a comunidade.
10. Extensão universitária enquanto mecanismo de revitalização.
11. Extensão como prática acadêmica que articula a universidade à sociedade.
12. Harmonia entre ensino, pesquisa e extensão.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras não atribui significados a esses elementos, não os exemplifica e nem explicita a orientação para a sua implementação, consistindo, portanto, em imprecisão conceitual, o que não subsidia a definição de políticas públicas, nesse sentido.

Os teóricos e críticos apresentam, também, várias concepções e proposições sobre a extensão universitária, identificando-se os seguintes:

1. Existência de uma confusão conceitual sobre extensão universitária, com a presença, na universidade, de várias concepções sobre essa função.
2. Extensão universitária enquanto administração de eventos.
3. Extensão universitária como transferência de informações técnicas ou como disseminação de cultura.
4. Diferença entre a concepção processual e a prática da extensão universitária (concepção tradicional ou funcionalista).
5. Extensão universitária enquanto ações heterogêneas.
6. Extensão universitária enquanto soluções efêmeras para problemas periféricos.
7. Extensão universitária concebida como integração cultural dos excluídos sócio-economicamente do sistema capitalista.
8. Extensão universitária enquanto ações destinadas às populações carentes. Desenvolvimento de comunidades. A extensão funcionaria como ponte entre a universidade e a sociedade.
9. Carência de uma fundamentação teórica ou de uma prática convincente.
10. A extensão universitária concebida como articulação da universidade com a sociedade: difusão do ensino e da pesquisa à comunidade, para a elevação do nível cultural geral da sociedade.

11. Extensão universitária como uma dimensão da vida acadêmica, articulando ensino e pesquisa, e facilitando a interdisciplinaridade.
12. Extensão universitária enquanto democratização do saber acadêmico.
13. Função de legitimação do conhecimento produzido e repassado pela universidade.
14. Participação da extensão universitária no resgate da cidadania.
15. Extensão universitária enquanto experiência que pode ligar a Universidade, de forma mais estreita e cotidiana, aos problemas da população brasileira.
16. Entrelaçamento do conhecimento científico com o conhecimento popular.
17. Autonomia relativa da extensão em relação ao ensino e à pesquisa.
18. Ausência de consenso entre os autores sobre o significado da relação entre ensino, pesquisa e extensão e de que maneira ocorre a sua operacionalização.
19. A definição dos segmentos (ensino, pesquisa e extensão) não ocorre de forma explícita.
20. Não se investiga a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O emprego desse termo se fundamenta em termos de pressuposição.
21. Os problemas referentes às relações entre o ensino e a extensão e entre essa função e a pesquisa permanecem sem solução.
22. Constatação de que a extensão universitária se situa abaixo das demais funções universitárias.
23. Ausência da fala dos beneficiados pela extensão universitária, nos relatórios de atividades.
24. Realização eventual da extensão universitária.
25. Descompromisso da universidade com o social: a universidade não promove mudanças significativas nas estruturas sociais.
26. A extensão universitária não integra a universidade por dentro.
27. A extensão praticada nas universidades públicas brasileiras não segue as diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
28. Os recursos orçamentários destinados à extensão universitária são bastante reduzidos.

29. A extensão universitária deve ser financiada pelos Organismos Governamentais do Estado, pelas empresas privadas e por algumas organizações da sociedade civil.
30. Ausência de uma política de extensão, limitação dos recursos financeiros, desvinculação entre ensino, pesquisa e extensão.
31. Construção, por parte do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, de uma nova concepção de extensão, que explica essa função e resolve o problema da indefinição das atividades extensionistas.
32. Defesa do resgate da posição da extensão enquanto algo próprio e permanente na universidade.
33. A extensão universitária enquanto uma obrigação da universidade, e não como uma função caritativa ou que se realiza por favores.

Da mesma forma, as concepções sobre extensão universitária, apresentadas nos documentos elaborados por algumas universidades brasileiras, são difusas, empregando conteúdos distintos à sua concepção. Essa constatação pode estar relacionada à imprecisão conceitual sobre extensão universitária, por parte do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e do Plano Nacional de Extensão Universitária. Assim, a Universidade do Amazonas concebe a extensão universitária como: uma função, a interação sistematizada da Universidade com a comunidade, para avaliar e retificar a pesquisa e o ensino; pertinência entre a extensão, o ensino e a pesquisa; inferioridade da extensão universitária em relação às demais funções; extensão universitária enquanto difusão de conhecimentos, vinculada à elevação dos padrões culturais das comunidades.

A Universidade Federal de Minas Gerais concebe extensão universitária pelos seguintes conteúdos: é uma atividade do presente, é processo educacional para o aluno, envolve todos os Departamentos, está articulada com o ensino e a pesquisa, se relaciona com a sociedade para a troca de saberes; a interação é planejada, visando às necessidades da realidade. Consolida-se pela difusão de conhecimentos e pela prestação de serviços. A UFMG também não atribui

significados aos termos componentes de sua concepção sobre extensão universitária e nem explicita como ocorre a sua operacionalização.

A Universidade Federal de Viçosa concebe extensão universitária enquanto único instrumento por meio da qual a Universidade poderá estar presente na região em que insere; como realimentação do ensino e da pesquisa; como formação dos alunos; como transferência de tecnologias e práticas especializadas; enquanto sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão; como difusão de conhecimentos. Essa universidade não atribui significados aos termos que compõem a sua concepção sobre extensão universitária e nem menciona como ocorre a sua operacionalização.

Com o objetivo de tornar a investigação mais abrangente, foram comparadas as atividades da extensão universitária executada pela UFV com as da UFMG, as da UnB e as da UA. Dessa forma, constatou-se que a tendência atual é de centralização da extensão universitária pública brasileira nos limites acadêmicos dos Departamentos da própria Universidade, por meio de suas principais atividades, que são cursos e eventos, sem o envolvimento institucional da sociedade, mas de segmentos isolados. Essas atividades se caracterizam por ações descontínuas, isoladas de outras ações institucionais, desarticuladas do ensino e da pesquisa, ocasionais e compartimentadas, através das quais não ocorre a interação entre as várias áreas do conhecimento e nem a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, como previsto nas proposições. Na prática, a Universidade, como operadora de conhecimento, transmite à sociedade o saber científico, sem se preocupar com a busca do saber popular ou com a troca entre os saberes acadêmico e popular, ocorrendo, por conseguinte, relações assimétricas entre a Universidade e os segmentos sociais. Trata-se, portanto, de atuações unilaterais e imediatistas, por parte da Universidade, sem fundamentação teórica ou planejada para a intervenção, implicando num reducionismo que prioriza soluções imediatas, em detrimento da existência de problemas, que são complexos, globais e envolvem interações. No caso da extensão praticada pela UFMG, UnB e UA, as ações consideradas restringiram-

se ao ano de 1998, em função da dificuldade de acesso aos Relatórios de Atividades, produzidos por essas instituições.

Evidenciou-se, ainda, que a Universidade, por meio da extensão universitária, tem substituído as agências sociais e o Estado, principalmente nas áreas de Saúde e Cultura. A extensão universitária praticada pela UFMG e a pela UnB ilustram, respectivamente, essa tendência.

Esta pesquisa teve como objeto de análise algumas universidades públicas brasileiras, delimitadas em função de suas características e potencialidades. As unidades de análise são caracterizadas artefatos sociais, pois se referem às publicações internas das Universidades, documentos que definem conteúdos e proposições, e relatórios de atividades, registradas como extensão universitária.

A pesquisa demandou um trabalho em dois momentos distintos: no primeiro, a sistematização da extensão universitária brasileira, em que se investigaram os seguintes interlocutores: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, os autores pelas investigações e estudos, e as universidades pelos documentos. A diversidade de interlocutores permitiu a comparação conceitual entre os vários significados atribuídos à extensão universitária. O segundo momento concretizou-se com a análise das atividades consideradas de extensão, praticadas pela UFV, UFMG, UnB e UA. Para as análises foram utilizados os Relatórios de Atividades, produzidos por essas instituições. Dessa forma, foi possível contrastar as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com as atividades executadas, consideradas como de extensão pelas universidades.

Os Relatórios de Atividades consultados indicaram que a prática da extensão da UFV, UFMG, UnB e UA se configura dentro das seguintes concepções: tradicional (ou funcionalista), caracterizada por ações pontuais, descontínuas, desarticuladas do ensino e da pesquisa, e de iniciativa pessoal do professor; acadêmica, posto que a extensão é concebida como uma oportunidade para aluno e professor se desenvolverem; institucional, porque é multifacetada e

promove o nome da instituição; a extensão como um apêndice, pois considera essa atividade acadêmica como uma função menos importante. Portanto, há um descompasso entre as propostas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e as ações de extensão executadas pelas universidades públicas brasileiras.

Verificou-se a imprecisão conceitual do termo extensão universitária, no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do Plano Nacional de Extensão Universitária, dos estudiosos e investigadores dessa atividade, e das universidades, por meio dos documentos por elas produzidos e das atividades por elas executadas, consideradas como de extensão. Admite-se, portanto, a necessidade da mudança conceitual da extensão universitária, para a sua reorientação, pautada em um modelo mais compartilhado com a sociedade do que até agora tem sido implantado pelas universidades públicas brasileiras, além de explicitar a sua forma de operacionalização. Nesse processo de redefinições, além da mudança conceitual, faz-se necessária, ainda, a mudança da organização institucional, permitindo a substituição do conhecimento especializado, disciplinar, fragmentado em parcelas, monodepartamental, sem interação com outras instituições, presente na atual estrutura da Universidade pública brasileira, pelo conhecimento global, multidimensional, interdisciplinar, em que haja interação institucional, envolvendo os vários departamentos da Universidade. Para tanto, é necessário que ocorra uma reforma paradigmática do conhecimento, posto que os saberes, na atual estrutura educacional, estão compartimentados, ao passo que os problemas são multidisciplinares, transversais e globais. Além das mudanças conceitual e organizacional, urge, ainda, a mudança operacional, no sentido de adequar as atividades de extensão universitária aos interesses dos segmentos sociais, e não só aos interesses da academia. Para tanto, a Universidade precisa se organizar para a prática da extensão universitária, o que requer orientações conceituais, normas e avaliação diferentes das do ensino e pesquisa. Em vez de atuar, prioritariamente, em cursos e eventos, a Universidade atuaria em projetos e

programas, por exemplo. Para realizar a transformação da sociedade, é necessário, portanto, que a Universidade transforme a si mesma.

Uma outra evidência verificada no estudo é a ausência de uma política de extensão universitária, tanto no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no Plano Nacional de Extensão Universitária, como nas próprias universidades. Dada a complexa natureza administrativa que envolve a extensão universitária, a necessidade de uma maior interação entre a Universidade e outras instituições, entre a Universidade e a sociedade; a necessária participação dos segmentos sociais em todas as fases do processo, desde a concepção dos problemas e métodos, a execução de ações estratégicas para a superação dos desafios, a escolha dos temas a serem tratados e dos tipos de atividades a serem realizadas, bem como a avaliação das atividades de extensão, faz-se necessária a elaboração de uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras, que inclua, dentre outros, a forma de operacionalização da extensão universitária, a participação da sociedade e o financiamento. Caso contrário, a Universidade, que concebe extensão universitária enquanto promoção de cursos e de eventos, desvinculada de um planejamento institucional e de um compromisso com uma justiça social distributiva, continuará distante da maioria dos grupos e das classes sociais que a mantém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, E. **The practice of social research**. California: Wadsworth Publishing Company, 1983.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

BOTOMÉ, S.P. **Pesquisa alienada e ensino alienante - o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996. 248 p.

BUSCH, I. **Can agronomy feed the world? Agricultural research 'policy and world hunger'**. Montreal, Canada, 1984. 20 p. (Paper presented at The Right to Food an International Conference on Freedom From Hunger).

CARNEIRO, M.A. **Extensão universitária: versão e perversões**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985. 156 p.

CASTELLS, M., ÍPOLA, E. **Prática epistemológica e ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1973. 70 p.

COHEN, M., NAGEL, E. **Introducción a la lógica y al método científico**. 2.ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1971. 284 p.

CORDEIRO, M.C.M. Universidade e democracia: a importância da extensão. In: _____. **Extensão universitária um canal em dupla-mão**. Fortaleza: UFC, 1986. p. 49-56.

CORRÊA, E.J. Implementação de áreas temáticas e linhas programáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002.

DEMO, P. Extensão universitária: algumas idéias preliminares. In: MENEZES NETO, P.E., CASTRO, J.F., THERRIEN, J., CARTAXO, H., VIEIRA, S.L. (Orgs.). **A universalidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1980. p. 118-130.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Unicamp, 1986. 184 p.

FARIA, D.S., QUEZADO, S. Transformando a extensão: o processo na Universidade de Brasília. **Revista do Decanato da Extensão da Universidade de Brasília - Pensar o Futuro: a Extensão no Século XXI**, Brasília, n. 8, dez. 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Edituas, 2001. 65 p.

FREIRE, R.B. Repensando a extensão universitária. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - A Extensão na Sociedade do Conhecimento**, Brasília, n. 7, jul. 2000. (Edição especial).

GALTUNG, J. **Teoría y métodos de la investigación social**. 2.ed. Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1969. Tomo 2, 603 p.

GURGEL, R.M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986. 182 p.

HAGE, J. **Techniques and problems of theory construction in sociology**. New York: John Wiley & Sons, 1972.

HINDESS, B. **Philosophy and methodology in the social sciences**. New Jersey: Humanities Press, 1976. 258 p.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 354 p.

MACDONALD, J.F. **Agricultural biotechnology at the crossroads biological - social & institutional concerns**. Ithaca: National Agricultural Biotechnology Council, 1991.

MERTON, R.K. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 758 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 118 p.

NEVES, L.F. **A extensão universitária como prática institucional: o caso da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: UFV, 1993. 415 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1993.

NOGUEIRA, M.D.P. (Org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000. 196 p.

NOGUEIRA, M.D.P. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 255 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

PEREIRA, M.L. Extensão universitária na ESALQ-USP: o caso dos agricultores de São Pedro-SP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 281-288, 2001.

ROCHA, R.M.G. Considerações sobre o financiamento da extensão universitária. In: _____. **Extensão universitária em canal em dupla-mão**. Fortaleza: UFC, 1986. p. 57-62.

ROCHA, R.M.G. As oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: MENEZES NETO, P.E., CASTRO, J.F., THERRIEN, J., CARTAXO, H., VIEIRA, S.L. (Orgs.). **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1980. p. 216-244.

SANT'ANA, R.S. Extensão universitária na perspectiva crítica e a formação do aluno: o caso do campus de Franca da UNESP (Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil). In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALASRU, 2002. p. 2335-2341.

SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista. In: SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

SELLTIZ, et al. **Research Methods in Social Relations**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1987. 622 p.

SILVA, U.M. **Extensão universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro – UFV**. Viçosa: UFV, 1995. 199 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1995.

SILVA, M.G.M., SPELLER, P. **Extensão universitária: qual o seu lugar no contexto da universidade?** [11 set. 2002]. (<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev13/ext-univers.html>).

SOUSA, A.L.L. O papel do articulador da extensão universitária. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - A Extensão na Sociedade do Conhecimento**, Brasília, n. 7, jul. 2000. (Edição especial).

SOUSA, A.L.L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. 138 p.

SZTOMPKA, P. **System and function: toward a theory of society**. New York: Academic Press, 1974.

TAVARES, G.M. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - A Extensão na Sociedade do Conhecimento**, Brasília, n. 7, jul. 2000. (Edição especial).

TOALDO, O.A. **Extensão universitária: a dimensão humana da universidade**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977. 189 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **Seminário Cultura e Extensão 2001. Diálogo com a Sociedade**. São Paulo, 2001. 141 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **Síntese das principais atividades realizadas em 1998**. São Paulo: 2003. 5 p.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - UAM. Pró-Reitoria para Extensão. **Guia de extensão**. 2.ed.rev.aum. Manaus, 2001. p. 100.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - UAM. Pró-Reitoria para Extensão. **Relatório de Gestão de Julho de 1997 a Junho de 2001**. Manaus, 2001. p. 141.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. Decanato de Extensão. **Resolução da Câmara n.º 04/2000**. [12 mai 2003]. (<http://www.unb.br/dex/programas/cex/reso-4.htm>).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **II Congresso de Extensão Universitária - 2002**. Bauru, 2002. 407 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. Reitoria. **Relatório de Gestão 1994-1998**. Belo Horizonte, 1998. p. 104.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de Atividades 1998**. Belo Horizonte, 1999. p. 92.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Conselho de Extensão. **Programa de Treinamento Prático de Estudantes Mediante Assistência Técnica e Social a Pequenos e Miniprodutores Rurais e Comunidades Carentes – Síntese**. Viçosa, 1980. p. 3.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos Institucionais 1998**. Viçosa, 1998. [02 out. 2002]. (<http://www.cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos Institucionais 1999**. Viçosa, 1999. [02 out. 2002]. (<http://www.cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Eventos Institucionais 2000**. Viçosa, 2000 {2/10/2002} (<http://www.cpd.ufv.br/eventos/Estatisticas.asp>)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Catálogo de Pós-Graduação 2001/2002**. Viçosa, 2001. p. 196.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Reitoria. **Revista Ação Ambiental**. Viçosa, n. 19, ago./set. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Reitoria. **Revista Ação Ambiental**. Viçosa, n. 22, fev./mar. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividades 1998**. Viçosa, 1999. p. 104.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividades de 1999**. Viçosa, 2000. p.109.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividades 2000**. Viçosa, 2001. p. 106.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV. Reitoria. **Informativo 1973**. Viçosa, 1973. p.32.

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR. **Pesquisa na Universidade Norte do Paraná**. [10 set. 2002]. (http://www.unopar.br/extensao/permanente_odonto/).

VIDAL, M.M.P. **Análise de um programa de extensão universitária, como difusor de tecnologia agropecuária: o caso do programa Gilberto Melo da UFV.** Viçosa: UFV, 1987. 101 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1987.

ZOUEIN, G.F. **Concepções de extensão na comunidade universitária da UFLA.** Lavras: UFLA, 2001. 173 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, 2001.